

# DESENVOLVER A INFRAESTRUTURA SOCIAL (HABITAÇÃO, SANEAMENTO E ENERGIA)



## DESENVOLVER A INFRAESTRUTURA SOCIAL (HABITAÇÃO, SANEAMENTO E ENERGIA)

Investir em infraestrutura social significa melhorar a vida da população e, ao mesmo tempo, criar condições que facilitem e incentivem atividades produtivas, promovendo o desenvolvimento de forma socialmente mais justa e territorialmente mais equilibrada. O enorme passivo social, que foi se constituindo na Bahia ao longo de décadas, em parte decorre da proliferação de habitações precárias em grandes centros urbanos e mesmo em cidades menores, traduzindo-se na ausência de saneamento e na precariedade de acesso a serviços, como energia elétrica. Corrigir distorções dessa natureza é o objetivo da diretriz “Desenvolver a Infraestrutura Social (Habitação, Saneamento e Energia)”.

O desenvolvimento urbano é um fator estratégico para a elevação da qualidade de vida dos baianos. Com cerca de 70% da população do Estado residindo em áreas urbanas, os investimentos em saneamento, habitação e infraestrutura são indispensáveis ao desenvolvimento e à maior qualidade de vida. Sob essa perspectiva, o Governo da Bahia, nos últimos três anos, vem promovendo investimentos em obras de saneamento e em habitação, ofertando moradias mais dignas para os baianos mais expostos à pobreza, seja através da construção de novas residências, seja com a realização de melhorias em imóveis já existentes.

No âmbito urbano, o Governo vem também desenvolvendo outras iniciativas que se inserem no objetivo de oferecer melhores condições de mobilidade urbana. É o caso, em Salvador, das obras de construção do metrô, que estão em andamento, da Via Expressa Baía de Todos os Santos, que vai desafogar o tráfego na região central da capital, facilitando o acesso ao porto. A obra em execução e com conclusão prevista para 2010, é realizada em parceria com o Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Há também diversas outras obras de requalificação urbana e de construção de vias em Salvador e em vários municípios do interior.

Em relação à mobilidade urbana, o Governo do Estado vem intensificando as ações que visam melhorar a infraestrutura viária para a Copa 2014, que tem Salvador como uma das sedes. Além da reconstrução da Fonte Nova, as intervenções para a Copa do Mundo envolvem melhorias urbanas que depois do mundial permanecerão à disposição da população, elevando a qualidade de vida dos baianos.

No campo o Governo da Bahia tem como principal iniciativa o Programa Água para Todos – PAT, que implica na oferta de infraestrutura hídrica para a população residente em regiões mais expostas à escassez de água. Aproximadamente 70% do território baiano localiza-se no semiárido, onde reside uma população estimada em seis milhões de pessoas.

Outra iniciativa que, além de melhorar a qualidade de vida dos baianos, tem efeitos positivos sobre as atividades econômicas é o Programa Luz para Todos, que implica na oferta de energia elétrica para a população residente em áreas rurais. Nos últimos três anos, o Governo deu um impulso significativo à eletrificação rural, alcançando praticamente todos os municípios do Estado e oferecendo os serviços mesmo às comunidades mais distantes e cujo acesso é mais difícil. A disponibilidade de energia elétrica favorece não apenas o consumo doméstico, mas viabiliza a utilização do recurso em atividades produtivas.

Assim, através da presente diretriz, o Governo do Estado realiza importantes intervenções que contribuem para reduzir as imensas desigualdades sociais, beneficiando principalmente os segmentos da população mais expostos à falta de saneamento, às precárias condições de habitação e à escassez de recursos indispensáveis a uma qualidade de vida satisfatória, como o acesso à água e à energia elétrica, no campo ou nas áreas urbanas.

Nas páginas que se seguem são apresentadas as principais realizações do Governo da Bahia nessa diretriz ao longo do ano de 2009.



## CIDADES SUSTENTÁVEIS: DESENVOLVIMENTO URBANO

### Apoio à Infraestrutura e Equipamentos Estruturantes em Áreas Urbanas

O Governo do Estado, tendo em vista ampliar e desconcentrar os investimentos em infraestrutura, prioriza os municípios mais carentes para reduzir as disparidades regionais, desigualdades socioterritoriais e desequilíbrios urbano-ambientais que caracterizam o território baiano. Este apoio aos municípios engloba a elaboração e implantação de projetos de infraestrutura viária, equipamentos urbanos e urbanização de espaços públicos, com recursos oriundos principalmente do Tesouro do Estado e do Orçamento Geral da União – OGU.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR faz o acompanhamento contínuo da implementação das obras sob sua responsabilidade, de forma a garantir a qualidade e o fiel cumprimento do projeto técnico aprovado. Em 2009, foram realizadas 31 visitas de campo, acompanhadas de relatórios técnicos, indicando a aprovação de cada etapa executada ou a necessidade de adequação e realinhamento dos projetos.

### Obras com Recursos do Estado

Em 2009, os municípios baianos encaminharam aproximadamente 500 pleitos solicitando apoio técnico e financeiro da SEDUR para a execução de projetos de infraestrutura e equipamentos urbanos. Destes, 203 já apresentavam as condições mínimas para análise, dos quais seis foram aprovados e encaminhados para celebração dos convênios, através de recursos do Tesouro Estadual. Os demais projetos reprovados na análise prévia foram encaminhados com as orientações técnicas necessárias para revisão e complementação.

Os pleitos analisados neste exercício são provenientes de 139 municípios e compreendem solicitações de obras, desde pavimentação e drenagem de pequenas vias e urbanização de praças, até a construção de “passagens molhadas” em áreas rurais ou de *shopping* popular, como o de Vitória da Conquista.



Urbanização em Maragogipe

Manu Dias/Agcom

O grande volume de pleitos sem condições de aprovação resultou na revisão da sistemática da solicitação e formulação dos mesmos, através da publicação de um novo Plano de Trabalho – PT, mais elaborado, contemplando inclusive observações apresentadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE e o Tribunal de Contas do Estado – TCE.

Esta nova metodologia para apresentação de projetos proporcionou uma reavaliação dos investimentos, bem como a criação de um banco de dados com indicadores que permitem a avaliação do impacto das políticas urbanas no desenvolvimento e avanço na qualidade urbanística dos municípios.

Ainda no sentido de apoiar e prestar assistência técnica aos municípios, foram disponibilizadas no *site* da SEDUR orientações para projetos de equipamentos, urbanização de espaços públicos, além de pavimentação e drenagem de vias urbanas. Essas orientações têm como premissa a promoção da acessibilidade universal, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida.

Desse modo, foram incorporados, nas orientações dos projetos, requisitos da Lei de Acessibilidade, priorizando o pedestre em detrimento de iniciativas que contemplem apenas a modalidade dos veículos automotores particulares, prevendo, obrigatoriamente, calçadas com passeios e rampas apropriados à circulação de cadeirantes, como também a implantação de ciclovias ou ciclofaixas.

Este modelo de planejamento e gestão territorial segue a diretriz do Governo de desenvolver a infraes-



estrutura social, resultando em qualidade e ampliação do acesso aos serviços disponibilizados à população.

Durante o ano de 2009, 24 obras conveniadas em 2007 e 2008 foram concluídas e outras 22 encontram-se bastante adiantadas. A execução desses 46 projetos totaliza um volume de recursos de R\$ 55,6 milhões.

Alguns convênios destacam-se pela importância estrutural da obra, como as avenidas Olívia Flores e Brumado, em Vitória da Conquista, indicadas no Plano Diretor Urbano do Município, localizadas em áreas de expansão urbana. A avenida Brumado é a principal via de acesso à cidade articulada à BR-407. Foi realizada a requalificação do sistema viário com a pavimentação em asfalto, drenagem, sinalização e construção de ciclovias e de calçadas, incluindo rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

### **Obras com recursos da União, apoio técnico e contrapartida do Estado**

Para a pasta do Desenvolvimento Urbano, os recursos da União são repassados ao Estado por meio de Emendas Parlamentares e Medidas Provisórias dos ministérios, especialmente o das Cidades, do Turismo e do Desenvolvimento Agrário.

A SEDUR apóia os municípios na elaboração dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, bem como na condução do processo junto à Caixa Econômica Federal – CEF, adotando providências quanto à revisão do projeto, elaboração do plano de trabalho e documentação necessária.

Durante o ano de 2009, foram acompanhados 71 projetos junto à CEF. Destes, 42 foram contratados em 2007 e 29 em 2008, sendo que 31 projetos foram aprovados e os demais estão em fase final de aprovação. Os recursos provenientes da União para estes projetos importam em R\$ 51,5 milhões, que, somados aos R\$ 7,6 milhões de contrapartida do Governo do Estado, totalizam cerca de R\$ 60 milhões em investimentos.

Para as obras contratadas em 2009, o aporte de recursos é da ordem de R\$ 83,7 milhões, dos quais R\$ 74,7 milhões correspondem a repasses da União e R\$ 9 milhões de contrapartida do Estado. Serão beneficiados mais de 50 municípios, devidamente

cadastrados pela SEDUR no Sistema de Convênios do Governo Federal – Sincov.

### **Parques Urbanos**

As ações de manutenção destes espaços de lazer, entretenimento e contemplação da população urbana compreendem serviços de manutenção, limpeza, conservação de canteiros, pintura em geral, guarda e vigilância. Nas ações de manutenção dos parques de Pituaçu, Jardim dos Namorados, no Costa Azul, e Dique do Tororó, localizados na capital do Estado, o Governo investiu R\$ 1,7 milhão em 2009.

### **Jardim de Shandong**

Em setembro, a província de Shandong, na China, homenageou a Bahia com um jardim temático na 7ª Exposição Internacional de Jardinagem e Flores, em espaço que será mantido permanentemente para visitação pública mesmo após o evento. O Governo, através da SEDUR, ficou responsável pela produção do projeto temático conceitual que conta com símbolos e espécies vegetais do Estado, registrando sua história, cultura e economia. Entre eles estão: baianas estilizadas, saveiros da Bahia, fita do Senhor do Bonfim, círculos que lembram tambores do Olodum, o mapa do Estado com cidades e territórios, espécies de rochas e solos da Chapada Diamantina além de diversos exemplares de plantas. O projeto da Bahia, único representante de todo o Continente Americano, agradou muito à organização do evento pela qualidade apresentada.

### **Implantação de Infraestrutura Turística**

#### **Projetos na Região Integrada de Desenvolvimento – Ride Juazeiro-Petrolina**

A Região Integrada de Desenvolvimento – Ride é uma prioridade na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. O território recebe investimentos públicos que buscam fomentar o crescimento socioeconômico da região. A Ride Juazeiro-Petrolina tem como principal objetivo promover a articulação das ações entre o Governo Federal, os estados de Pernambuco e da Bahia, e os municípios que a compõem, visando o desenvolvimento de forma integrada e a redução das desigualdades regionais.

Em Juazeiro, foi iniciada a construção de novo atracadouro e implantado o Sistema de Abastecimento

de Água – SAA da Ilha do Rodeadouro, ponto turístico de maior movimento do município. Em Casa Nova, será implantado um espaço de lazer e entretenimento às margens do lago de Sobradinho - Balneário Porto do Céu.

### Programa de Desenvolvimento Turístico – Prodetur

A Companhia de Desenvolvimento Urbano – Conder, em parceria com a Secretaria de Turismo – SETUR, com recursos do Programa de Desenvolvimento Turístico – Prodetur, executa diversas ações, tendo investido, neste exercício, um total de R\$ 2,1 milhões.

Algumas intervenções estão em andamento, como as obras de requalificação urbana e de esgotamento sanitário na Orla de Imbassaí, em Mata de São João, bem como a conclusão da 1ª etapa do Corredor Turístico Amaralina - Jardim de Alah, em Salvador. Ainda no âmbito deste Programa, estão em desenvolvimento os projetos de urbanização do Morro de São Paulo, em Cairu; da Orla de Itacaré; da Orla de Guaibim, em Valença; e de Itaparica.

### Requalificação da Orla de Salvador

Os projetos de Revitalização e Requalificação da Orla Itapagipana e Orla Atlântica – 2ª etapa, trecho Jardim dos Namorados - Aeroclube, tiveram os seus projetos aprovados pelo agente financeiro CEF.

O objetivo é valorizar as áreas mais bucólicas e de relevância histórica e cultural da capital do Estado, mediante a melhoria da infraestrutura e da qualidade urbanística local, incluindo paisagismo, iluminação artística e a relocação e padronização dos quiosques e barracas. Tem como pressuposto a proteção ao patrimônio cultural e paisagístico, e o conforto aos usuários cidadãos, seguindo os padrões da lei de acessibilidade, com implantação de sistema viário que prioriza as vias de pedestres e ciclovias.

A urbanização do largo da Ribeira, cuja execução está estimada em R\$ 5 milhões, com área de intervenção de 53.206m², abrange trechos da av. Beira Mar, a partir da rua Francisco Pinto até o Clube dos Saveiros, e visa valorizar o espaço como área de lazer e turismo.

### Obras executadas pela Conder

Os expressivos investimentos realizados através do Programa Cidades Sustentáveis refletiram, até setembro de 2009, a ação governamental em resposta às demandas da sociedade expressas no PPA 2008–2011. Nesse sentido, a Conder, com investimentos de R\$ 39,8 milhões, executou ações referentes à provisão de infraestrutura e equipamentos urbanos e de lazer em todos os 26 Territórios de Identidade, evidenciando a distribuição espacial dos investimentos públicos, conforme a Tabela 1.

**TABELA 1**

**DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE  
BAHIA, 2009 (\*)**

Descrição	Território de Identidade	Municípios Atendidos	Investimento R\$ 1.000,00
Pavimentação	Bacia do Paramirim	1	605
	Chapada Diamantina	4	1.078
	Extremo Sul	2	2.063
	Irecê	2	1.418
	Litoral Sul	1	338
	Médio Rio de Contas	3	1.699
	Metropolitano de SSA	1	2.302
	Piemonte da Diamantina	1	328
	Piemonte do Paraguaçu	3	689
	Piemonte Norte do Itapicuru	3	1.048

Continua

Conclusão da Tabela 1

Pavimentação	Semiárido Nordeste II	3	950
	Sertão do São Francisco	4	2.110
	Sertão Produtivo	3	2.248
	Sisal	2	512
	Vale do Jiquiriçá	1	451
	Velho Chico	1	559
	Vitória da Conquista	4	973
		<b>39</b>	<b>19.371</b>
Ponte	Piemonte do Paraguaçu	1	394
	Semiárido Nordeste II	1	442
		<b>2</b>	<b>836</b>
Praça	Bacia do Jacuípe	2	681
	Chapada Diamantina	1	272
	Extremo Sul	1	148
	Itaparica	1	221
	Médio Rio de Contas	1	195
	Piemonte Norte do Itapicuru	1	395
	Recôncavo	1	619
	Semiárido Nordeste II	2	1.254
	Sertão Produtivo	2	528
	Sisal	3	920
	Velho Chico	1	565
		<b>16</b>	<b>5.798</b>
Urbanização	Irecê	1	104
	Litoral Sul	1	386
	Recôncavo	1	119
	Sertão Produtivo	1	483
		<b>4</b>	<b>1.092</b>
Requalificação	Portal do Sertão	1	103
		<b>1</b>	<b>103</b>
Outros	Agreste de Alagoinhas	2	9.359
	Extremo Sul	1	1.001
	Irecê	1	316
	Sertão do S.Francisco	3	967
	Sisal	1	266
	Velho Chico	1	688
		<b>9</b>	<b>12.597</b>
<b>TOTAL</b>		<b>71</b>	<b>39.797</b>

Fonte: SEDUR/Conder  
(\*) Dados até setembro de 2009



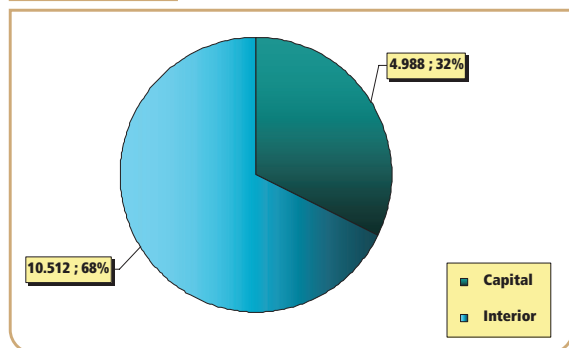
## Infraestrutura e Equipamentos Urbanos

No período de 2008/2009, foram executadas 123 obras de construção, ampliação e recuperação de equipamentos urbanos, requalificação urbana, pavimentação de ruas, entre outros projetos, representando um investimento, no biênio, de R\$ 82,2 milhões.

Neste exercício, os investimentos totalizaram R\$ 15,5 milhões em ações de infraestrutura, construção e recuperação de equipamentos urbanos, na elaboração de estudos e projetos e na fiscalização das obras. Desse total, R\$ 5 milhões foram aplicados em Salvador e R\$ 10,5 milhões no interior (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS  
URBANOS POR REGIÃO  
BAHIA, 2009



Fonte: Conder



Mercado Municipal de Matina

Das intervenções realizadas em Salvador, destacam-se as obras e serviços complementares do Estádio Gov. Roberto Santos (Pituaçu), que possi-

bilitaram a requalificação deste espaço esportivo, visando a sua adequação às exigências da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, da Federação Internacional de Futebol – FIFA e do Estatuto do Torcedor. O investimento neste Estádio e nas suas vias de acesso beneficia a capital com um palco preparado para a realização de eventos esportivos internacionais.

Em 2009, com investimento de R\$ 2,4 milhões, foram realizadas as ações de sinalização e reforma da programação visual, instalação de sistemas de som e cabeamento, instalação do placar informativo, entre outras, além de desenvolvimento do projeto de acessibilidade para portadores de deficiência, o que permitiu a realização de partida eliminatória da Copa do Mundo 2010.

O Plano Urbanístico das Bacias Mané Dendê e Pira-já foi desenvolvido neste exercício, e o investimento nas obras será de R\$ 3,2 milhões.

No interior do Estado, a Conder estimulou o ordenamento do espaço urbano com a instalação de equipamentos e infraestrutura em 66 municípios, onde foram investidos, em 2009, R\$ 6,7 milhões na implementação de 97 obras, das quais 23 foram concluídas neste exercício.



Ginásio de Esportes em Eunápolis

Em atendimento às demandas expressas no Plano Plurianual – PPA 2008-2011 e visando prover os municípios baianos de equipamentos adequados para a comercialização de produtos, a Conder desenvolveu um extenso plano de obras de construção, recuperação e ampliação de mercados, representando um investimento total de R\$ 13,4 milhões distribuído em 22 municípios.



Estádio de Pituáçu

Robson Mendes/Agecom



Obras no Centro Histórico de Salvador

Manu Dias/Agecom



Praça urbanizada em Morro do Chapéu

Manu Dias/Agecom



Praça urbanizada em Bom Jesus da Lapa

Manu Dias/Agecom

## PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA E INTERURBANA

Este Programa objetiva formular e promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, de modo a proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável, com prioridade à implementação de sistemas de transportes coletivos, dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), da integração entre diversas modalidades de transportes, bem como a implementação do conceito acessibilidade universal para atender às pessoas com restrição de mobilidade.

Considerando a importância estratégica desse tema, o Governo do Estado criou na SEDUR, em 2009, uma diretoria específica para cuidar do planejamento, programas e projetos de mobilidade, de forma a implementar as diretrizes da área em consonância com a Secretaria Nacional de Trans-

porte e da Mobilidade Urbana – Semob, do Ministério das Cidades.

### Principais Ações da SEDUR

Entre os projetos de infraestrutura viária considerados prioritários no ano de 2009, destaca-se a implantação de vias estruturantes em Salvador, além daqueles vinculados à Copa 2014, que se encontram em fase de preparação da licitação de projeto básico e executivo.

### Via Expressa Baía de Todos os Santos – BTS

A Via Expressa ligará a BR-324 ao Porto de Salvador, além de contemplar outras intervenções urbanas complementares que garantirão melhorias para o trânsito na Rótula do Abacaxi, Ladeira do Cabula, Largo Dois Leões e Baixa de Quintas. Tendo em vista o caráter prioritário da via e visando acelerar a sua implantação, a obra foi dividida em sete frentes de trabalho. Neste ano, foi intensificado o ritmo das obras com a construção das fundações de viadutos integrantes de duas das



frentes, e foram investidos R\$ 4,4 milhões em ações relativas aos processos de desapropriação, obras e apoio ao desenvolvimento do projeto.



Via Expressa

A ligação Viária Dois Leões - Água de Meninos integra o complexo de viadutos e túneis da Via Expressa e foi concluída em 2009, com investimento de R\$ 18,6 milhões, encerrado as obras do programa de implantação do Sistema Integrado de Transporte de Salvador e Região Metropolitana - 2ª etapa, resultado da parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal do Salvador, com recursos do BNDES.

Em 2009, do convênio de R\$ 381 milhões firmado, em setembro de 2007, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT e a SEDUR, foram descentralizados, através de repasse para a Conder, órgão executor da obra, R\$ 5,6 milhões e pagos R\$ 4,3 milhões. Dos R\$ 381 milhões conveniados, R\$ 339,5 milhões são de responsabilidade do DNIT e R\$ 42 milhões são de contrapartida do Estado. No mesmo período, do valor sob responsabilidade do DNIT, foram descentralizados R\$ 1,4 milhão e pago R\$ 415 mil para obras e desapropriações.

### Via de Acesso ao Hospital do Subúrbio

O Hospital do Subúrbio possui localização estratégica, de fácil acesso para bairros do Subúrbio Ferroviário, como Periperi e Paripe, bem como para aqueles localizados ao longo da BR-324, como Águas Claras e Valéria, além de municípios da Região Metropolitana de Salvador.

Para atender ao fluxo que o Hospital irá gerar, foi elaborado um projeto básico de pavimentação e

drenagem dos seus acessos viários, que interligam a BA-528 (Estrada da Base Naval) à rua das Pedrinhas (via local) e ao hospital, prevendo paradas de ônibus e táxi e acessos para pessoas com mobilidade reduzida, localizados em pontos estratégicos.

### Programa PAC Mobilidade

No atual panorama econômico e político do país, busca-se consolidar um novo modelo de desenvolvimento, tendo como base de sustentação do crescimento a estabilidade econômica, a equidade regional nos investimentos em infraestrutura e a garantia de direitos dos cidadãos. O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, como um dos principais programas do Governo Federal, visa consolidar este novo modelo, tendo na infraestrutura de mobilidade um dos seus eixos fundamentais de intervenção.

O Programa PAC Mobilidade da Região Metropolitana de Salvador - RMS, desenvolvido pela SEDUR em 2009, propõe um conjunto de investimentos em infraestrutura, visando a configuração de um novo Sistema Integrado de Transporte Metropolitano. Esse sistema representará uma iniciativa de forte impacto para o desenvolvimento da Região, sobretudo nas áreas com altos níveis de urbanização, e constitui importante instrumento para a captação de recursos para a Mobilidade Metropolitana. O conceito é de um Sistema Intermodal envolvendo: os transportes articulado e padrão sobre pneus e sobre trilhos (Trem Regional; Veículo Leve sob Trilhos - VLT complementar, de forte interesse turístico, ligando a região do Iguatemi à Ribeira; e o Metrô que vai da Lapa a Cajazeiras); o transporte náutico via Baía de Todos os Santos; e o aéreo, mediante a integração do Sistema ao Aeroporto de Salvador.

Para os corredores de maior demanda que compõem o sistema estrutural, o Programa prevê, inicialmente, a implantação de ônibus de alta capacidade e, posteriormente, veículo sobre trilhos - linhas de complementação do sistema de metrô e veículos leves sobre trilhos (VLT), conforme a necessidade de cada situação específica. Compreende quatro eixos principais de integração da RMS e de penetração na cidade de Salvador, com acesso ao Estádio da Fonte Nova, e articulações transversais que conduzem o tráfego local aos corredores estruturais, além de projetos de urbanização e acessibilidade no entorno dos estádios e de sistemas operacionais visando a gestão integrada do Sistema Metropolitano.

Arisson Marinho/Agcom



Este Sistema tem perspectiva de realizar as intervenções até o ano de 2018, organizadas segundo as prioridades de investimentos necessários ao melhor desempenho da mobilidade na RMS. O recorte prioritário de implantação do Programa propõe qualificar Salvador e a RMS como um todo para a Copa de 2014, e tem como premissa a implantação de corredores de transporte metropolitano de alta capacidade com veículos sobre pneus, com previsão de substituição por trilhos em 2018, na RMS, entre Lauro de Freitas e Salvador. Deste modo, será promovida uma ampliação da acessibilidade e fluidez à malha viária urbana e metropolitana existente, com construção e duplicação de vias e corredores de transporte público de alta e média capacidade.

### Infraestrutura Viária de Transporte

Em 2009, foram desenvolvidos os seguintes projetos, discriminados na Tabela 2:

- Concepção do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano, programa de investimentos e cenários de intervenções até 2018, preparando, de forma especial, a RMS para receber a Copa 2014;
- Projetos Conceituais de oito vias prioritárias, com definição dos planos funcionais dos corredores estruturantes e vias articuladoras;
- Projeto Básico da av. Pinto de Aguiar, no trecho de acesso ao Estádio Gov. Roberto Santos (Pituaçu).

### Obras de Requalificação Urbana para a COPA 2014

O Projeto do Estacionamento, desenvolvido como suporte ao Projeto do Estádio da Fonte Nova, visa atender aos requisitos da FIFA e da Prefeitura Municipal de Salvador, contemplando o plano funcional de estacionamentos no entorno da arena e de rotas acessíveis para pedestres. O estudo da acessibilidade aos campos de treinamento (Pituaçu e Barradão) encontra-se em desenvolvimento.

### Ponte Salvador – Ilha de Itaparica

Em agosto de 2009, foi preparada minuta de edital para abertura do processo de Manifestação de Interesse para a realização de estudos preliminares de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para a construção de uma ponte de articulação promovendo a acessibilidade entre Salvador e a Ilha de Itaparica. O convite foi para empresas ou consórcios de empresas interessadas em participar do processo de seleção para realizar os referidos serviços.

### Gerenciamento de Projetos da Copa Mobilidade

Buscando garantir segurança no acompanhamento da execução dos projetos e ações de acessibilidade e mobilidade da RMS para a Copa 2014, a

**TABELA 2**

**PAC MOBILIDADE - RECURSOS P/ EXECUÇÃO DE OBRAS PRIORITÁRIAS COPA 2014  
BAHIA, 2009 (\*)**

PROJETO	EXTENSÃO km	INVESTIMENTO (Em R\$ milhão)			
		PROJ. BÁSICO	DESAPR.	OBRA	TOTAL
Corredor estruturante Aeroporto - Acesso Norte	19	15	11	542	568
Corredor estruturante Aeroporto Lauro de Freitas	8	7	90	321	418
Corredor estruturante Iguatemi Lapa	10	4	1	230	235
Corredor alimentador av. Gal Costa	10	8	19	224	251
Ligação av. Gal Costa - Via Regional	3	2	31	39	72
Corredor alimentador av. Pinto de Aguiar	4	5	41	99	145
Ligação BA-526 - Lauro de Freitas - Camaçari	30	2	31	40	73
Ligação BA-526 - 29 de Março	4	4	99	36	139
<b>TOTAL</b>		<b>47</b>	<b>323</b>	<b>1.531</b>	<b>1.901</b>

Fonte: SEDUR/SGT/Dimob

(\*) Dados até setembro de 2009

SEDUR, em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, está desenvolvendo o projeto de gerenciamento Copa Mobilidade, de forma a acompanhar os seguintes produtos a serem realizados e/ou implantados:

- Obras dos eixos metropolitanos de transporte e dos eixos alimentadores de acesso às arenas de treinamento;
- Obras de requalificação de acessos às arenas;
- Sistema de Gestão de Transporte Metropolitano;
- Logística de acessibilidade às arenas de treinamento;
- Acompanhamento operacional da Mobilidade durante a Copa 2014;
- Licenciamento ambiental para o novo Estádio.

### Trilhos Urbanos

O Projeto Trem Regional indica a requalificação do Sistema Ferroviário de Transporte de Passageiros entre Salvador e Alagoinhas, passando pelos municípios de Simões Filho, Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, Pojuca e Catu. Integra o projeto a melhoria das condições das vias, equipamentos e estações, atualmente sob a guarda do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Secretaria do Patrimônio da União – SPU. Em 2009, o Governo do Estado iniciou a negociação junto a esses órgãos federais, no sentido de assumir a guarda provisória, inicialmente da Estação da Calçada e da área da Baixa do Fiscal, de forma a garantir a sua preservação e evitar a sua ocupação por outras atividades.

A Estação Ferroviária da Calçada tem grande importância para o Sistema Integrado de Transporte Metropolitano (Programa PAC Mobilidade) por ser um dos principais pontos de integração multimodal desse sistema, possibilitando a troca de passageiros entre as linhas do Trem Regional, do VLT e da Rede de Transporte Coletivo por Ônibus de Salvador. A área da Baixa do Fiscal precisa ser reintegrada ao pátio operacional do trem devido à necessidade de ampliação de espaço para manutenção, guarda de equipamentos, pátio de manobras, dentre outros.

O projeto de implantação do Trem Regional foi desenvolvido com o objetivo de requalificar o Sistema

Ferroviário de Transporte de Passageiros e, devido a sua importância na rede da mobilidade regional, foi incluído no Programa PAC Mobilidade. O Termo de Referência – TR do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA foi reformulado de modo a se enquadrar às demandas de mobilidade e acessibilidade geradas pelo Programa.

### Metrô de Salvador

O Metrô de Salvador faz parte do Sistema Integrado de Transportes. A aquisição do Material Rodante é de responsabilidade do Estado, cujo fornecedor foi a MITSUI & Co. Ltd. Seis trens foram entregues para o Metrô de Salvador, sendo cada um deles composto por quatro carros com tração elétrica, carrocerias e estruturas construídas em aço inoxidável, cujo valor total do contrato corresponde a R\$ 109 milhões (taxa de câmbio 04/08/2003). Em 2009, o Governo do Estado investiu R\$ 503 mil para a armazenagem dos equipamentos rodantes (trens do metrô).



Trens do Metrô

Arisson Marinho/Agecom

### HABITAÇÃO

#### Política Estadual de Habitação de Interesse Social – Pehis

Em face de novos dados divulgados pelo Ministério das Cidades, apontando um déficit de, aproximadamente, 510.000<sup>1</sup> unidades habitacionais, além de diversos tipos<sup>2</sup> de inadequação habitacional, o Governo do Estado, através da SEDUR, vem envidando esforços no sentido de desenvolver e consolidar sua política habitacional. A ação governamental tem se voltado para a

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit Habitacional no Brasil 2007. Brasília, 2007, 129 p.

<sup>2</sup> Inadequação fundiária (100.873); domicílios sem banheiro (125.157); domicílios sem infraestrutura (904.147); adensamento excessivo (105.955) e cobertura inadequada (16.980). Metodologicamente estes números não podem ser somados.

Região Metropolitana de Salvador – RMS e para os municípios mais populosos, com ênfase nas áreas de maior concentração do déficit e inadequação habitacionais, sem deixar de atender aos municípios de menor porte, como estratégia de desenvolvimento sustentável e fortalecimento dos mesmos, garantido melhores condições de vida às populações do interior.

A Lei Nº 11.041, que criou a Política Estadual de Habitação de Interesse Social – Pehis, apresenta as disposições e regulamentos que nortearão a elaboração de planos, programas, projetos e ações dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social – Sehis<sup>3</sup>, de modo a proporcionar à população de baixa renda o acesso à moradia digna, e dedica ainda especial atenção aos problemas de regularidade fundiária, prevendo o reconhecimento de direitos adquiridos pela população de baixa renda com o objetivo de promover a segurança da posse e a integração socioespacial, articulando-as com as políticas públicas de desenvolvimento urbano.

Os princípios de participação e controle social do processo de implementação da Pehis estão assegurados pela atuação do Conselho Estadual das Cidades – ConCidades, criado através da Lei nº 10.704/2007<sup>4</sup>, no âmbito da SEDUR.

Dentre as medidas regulamentadas pelo Conselho em 2009, destacam-se:

- Resolução Recomendada Nº 001, de 24/04/2009, que define orientações e dire-

trizes para o cadastramento de demandas por habitação de interesse social no âmbito do Programa de Habitação do Estado da Bahia, Casa da Gente, bem como critérios de enquadramento e seleção do Programa Minha Casa Minha Vida, lançado pelo Governo Federal;

- Decreto Nº 11.539, de 15/05/2009, que regulamenta o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS e o seu Conselho Gestor, criados pela Lei nº 11.041/08;
- Elaboração de Decreto para regulamentação dos artigos referentes à mediação de conflitos fundiários urbanos.

De modo a assegurar transparência de métodos e procedimentos seletivos, realizou-se um cadastramento dos potenciais demandantes da Pehis<sup>5</sup>, atendendo-se, de um lado, a demanda dos movimentos e entidades sociais e, de outro, as demandas isoladas, totalizando 394.296 pessoas<sup>6</sup> cadastradas.

Ao lado do cadastramento, desenvolveu-se metodologia de seleção dos demandantes, partindo-se de critérios pactuados com o movimento social, que teve assegurada uma proporção de 60% das unidades habitacionais disponíveis nos programas habitacionais em relação à demanda isolada. Os critérios de seleção podem ser assim sintetizados: Critérios de enquadramento<sup>7</sup>, que definem o público-alvo da Política; critérios de localização<sup>8</sup>, que definem os municípios prioritários; e critérios de prioridade no atendimento<sup>9</sup>, definidos no âmbito do ConCidades.

<sup>3</sup> Integram o Sehis: o Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades-BA (órgão central); a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR (coordenador); os órgãos da administração pública direta municipal, conselhos municipais com competência em assuntos de habitação e afins, bem como entidades regionais ou metropolitanas que desempenhem funções na área de habitação de interesse social, complementares ou afins; as companhias de habitação ou entidades equivalentes da administração pública indireta; as empresas, cooperativas, consórcios, associações comunitárias, fundações ou quaisquer outras formas associativas privadas, com ou sem finalidade lucrativa, que desempenhem atividades na área de habitação de interesse social, complementares e afins.

<sup>4</sup> Trata-se de um órgão colegiado, permanente, de caráter deliberativo e fiscalizador da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, e de caráter consultivo quanto às demais políticas do Estado, sendo formado por representantes do poder público e da sociedade civil, e articulado com o Ministério das Cidades, por meio do Conselho Nacional das Cidades.

<sup>5</sup> População com rendimentos familiares até três salários mínimos.

<sup>6</sup> BAHIA. SEDUR. Relatório do Cadastramento. Salvador, 2009.

<sup>7</sup> Famílias com renda mensal de até três salários mínimos vigentes, que não sejam proprietárias, promitentes compradoras, arrendatárias ou cessionárias de imóvel residencial, bem como não tenham sido atendidas por programa público de habitação realizado nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal.

<sup>8</sup> Municípios localizados na RMS; municípios com mais de 100.000 habitantes; municípios com mais de 50.000 habitantes, localizados em área de influência de programas ou projetos de alcance regional e municípios atingidos por catástrofes (Defesa Civil).

<sup>9</sup> Situações de risco e situações onde seja constatado comprometimento ambiental em razão de ocupação precária existente; situações de deslocamentos e despejos em razão da execução de obras e empreendimentos promovidos com recursos públicos; pessoas idosas; pessoas com deficiência; famílias chefiadas por mulheres; servidores públicos do Estado da Bahia; famílias em aluguel custeado pelo Estado, não inseridas em programas e projetos habitacionais.



## **Planejamento Habitacional das Ações de Habitação**

Com base nos princípios e diretrizes da Pehis, o Governo desenvolve ações de planejamento habitacional com a finalidade de coordenar e elaborar estudos subsidiários da implantação e do monitoramento da política, bem como o acompanhamento dos programas e projetos voltados, especificamente, à provisão habitacional e à urbanização de assentamentos precários.

Dentre as atividades de planejamento, destaca-se a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária, de forma democrática e descentralizada, e em estreita consonância com os marcos legais que balizam a Política Nacional de Habitação de Interesse Social – PNHIS.

Com vistas à elaboração do Plano, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Elaboração de Termo de Referência para contratação da empresa que vai elaborar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária do Estado da Bahia;
- Acompanhamento do processo de licitação, cujo Edital foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE de 24/07/2009;
- Elaboração do Plano de Trabalho Nº 0250982-59 (Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária), encaminhado e aprovado pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- Participação na Tomada de Preços Nº 002/2009, que resultou na contratação da empresa Grupo de Apoio Técnico – GTA, assinatura de contrato de trabalho e ordem de serviço para início dos trabalhos relativos à elaboração do Plano.

## **Programa Estadual de Habitação Casa da Gente – Ações Diretas**

### **Provisão Habitacional e Urbanização de Assentamentos Precários**

Simultaneamente ao processo de elaboração do Plano Estadual de Habitação Social ainda em curso, o Governo da Bahia, através do Programa Casa da

Gente, desenvolveu projetos e atividades voltadas à provisão habitacional e à urbanização de assentamentos precários.

Este Programa parte do entendimento de habitação como um conjunto de circunstâncias essenciais à vida cotidiana da população, envolvendo não apenas a moradia propriamente dita, mas a cidade como um todo, incluindo-se o saneamento básico e a mobilidade social. O objetivo do Programa é, fundamentalmente, proporcionar condições dignas de vida e moradia nas áreas urbanas e rurais do Estado, através da provisão da habitação, urbanização de assentamentos precários e regularização fundiária.

Trata-se de uma nova forma de atuação do Estado no desenvolvimento dos programas e projetos de habitação de interesse social, fundamentada na participação e controle sociais, na salvaguarda cultural e socioambiental, no respeito à autonomia municipal e das entidades civis. Na prática, isso só é possível a partir da construção coletiva dos projetos, no diálogo permanente entre as partes envolvidas e em consonância com a pluralidade das realidades locais.

O Programa compreende todas as ações de habitação operacionalizadas pelo Estado, com recursos próprios, do Governo Federal ou captados junto a bancos e organismos internacionais. Trata-se de um conjunto de projetos que, sob o título de Programa Casa da Gente, volta-se para a minimização do déficit e da inadequação habitacional. Apresenta-se, a seguir, uma síntese de cada um desses programas, bem como as realizações efetivadas ao longo de 2009.

### **Programa Prioritário de Investimento – PAC/PPI**

Objetiva a retomada do crescimento no País, prevenindo, na área habitacional, o desenvolvimento de projetos relacionados à urbanização de assentamentos precários, produção e aquisição de material de construção; reforma e ampliação de moradias; produção de lotes urbanizados, melhorias habitacionais, regularização fundiária, dentre outros aspectos.

Os destinatários finais são famílias com renda mensal de zero a cinco salários mínimos, residentes em assentamentos humanos precários (favelas e outros tipos de assentamentos), especialmente

em regiões metropolitanas. Os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, além de aportes e contrapartidas dos estados e municípios<sup>10</sup>.

Criado no início de 2007, o PAC/PPI tem presença expressiva na capital e Região Metropolitana de Salvador – RMS, onde se concentra a maior parcela do déficit habitacional do Estado, na modalidade Urbanização de Áreas Precárias. O investimento total é de R\$ 334,7 milhões e compreende a produção de unidades habitacionais em substituição às que estão em situações de risco e/ou de relocações de moradias para implantação de infraestrutura, regularização fundiária e desenvolvimento de ações sociais que atenderam, em 2009, cerca de 27.522 pessoas.

Adotou-se como estratégia de operacionalização a implementação dos projetos em etapas, viabilizando-se o início das obras à medida da conclusão dos projetos. Portanto, as ações concentraram-se nos desdobramentos necessários para a atualização e detalhamento dos projetos apresentados ao agente financeiro, dado o descompasso de tempo entre a elaboração do projeto e a realidade atual das áreas de intervenção. Assim, dos dez projetos contratados (considerando a Falha Geológica I e II como dois projetos compostos de 12 metas no total), a situação atual é a que segue:

- Obras em andamento: Águas Claras, Lagoa Grande; 1ª Etapa de Lagoa da Base; 1ª Etapa de Nova Esperança; Pitanguinhas; 1ª Etapa de Jardim das Mangabeiras; 1ª Etapa de Nova Constituinte; Baixa do Soronha; Jardim

das Mangabeiras; Falha Geológica I e Falha Geológica II;

- Projetos em licitação: 2ª, 3ª e 4ª Etapas da Lagoa da Base; 2ª Etapa de Nova Esperança; Pitanguinhas; 2ª Etapa de Jardim das Mangabeiras; 2ª Etapa de Nova Constituinte; Baixa do Soronha; 16 Casarões do Centro Histórico; Pilar II; Alto do Bom Viver; e Baixa do Cacau, sendo que estes últimos quatro projetos compõem a Falha Geológica I, e o Jardim Nova Esperança-Rocinha integra a Falha Geológica II;
- Projetos em Análise na Caixa: 3ª e 4ª etapas de Nova Esperança; Água Brusca (Falha Geológica II);
- Projetos em Elaboração: Casarões no Centro Histórico; Lapinha; Santo Antonio; Pilar III (todos compõem a Falha Geológica II).



Melhorias de Infraestrutura e Sistema Viário

Arisson Marinho/Agecom

Apresenta-se, na Tabela 3, dados do PAC/PPI, indicando os municípios e população beneficiados, bem com os respectivos investimentos.

**TABELA 3**

**OBRAS DO PAC - EM ANDAMENTO  
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	EMPREENDIMENTO	OBJETO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	INVESTIMENTO R\$ 1.000,00
Feira de Santana	Lagoa Grande	Construção de 84 unidades habitacionais - infraestrutura e urbanização	8.000	4.580
		Construção de 606 unidades habitacionais	3.030	12.488
		Urbanização da Lagoa e execução de melhorias habitacionais	4.465	39.945

<sup>10</sup> Foram incluídos no PAC/PPI os projetos do Pró-Moradia contratados em julho de 2008, com recursos do FGTS.

Continua

Continuação da Tabela 3

Lauro de Freitas	Lagoa da Base	Construção de 64 unidades habitacionais	320	2.324
		Pavimentação de 25 ruas e 22 caminhos		2.196
		Construção de 144 habitações na área denominada Japonês	720	5.089
		Construção de 88 habitações na área denominada São José	440	3.475
		Urbanização da Lagoa da Base		6.810
Salvador	Águas Claras	Construção de 270 unidades habitacionais - ligação Águas Claras - BR-324	1.350	15.400
Salvador	Baixa do Soronha	Execução de macro drenagem na Baixa do Soronha		2.346
		Construção de 189 habitações e 1.152 melhorias habitacionais na Baixa do Soronha	2.190	14.947
		Recuperação de equipamentos urbanos do Parque do Abaeté		1.720
		Recuperação de 16 casarões no Centro Histórico de Salvador		4.608
Salvador	Falha Geológica I	Requalificação urbana da comunidade do Alto do Bom Viver		3.804
		Requalificação urbana da comunidade de Alto e Baixa do Cacau I e II		23.218
		Requalificação urbana do Pilar II		11.515
Salvador	Falha Geológica II	Execução de 184 unidades habitacionais, 253 melhorias, infraestrutura e urbanização em Costa Azul	2.185	6.814
		Requalificação urbana do Alto de Ondina	225	2.744
		Requalificação urbana da Rocinha		6.427
		Requalificação urbana da Água Brusca		8.635
		Recuperação de casarões no Centro Histórico de Salvador		8.160
		Requalificação urbana da Lapinha		9.033

Continua



Conclusão da Tabela 3

Salvador	Falha Geológica II	Recuperação de casarões em Pilar III		4.358
		Requalificação urbana do Santo Antônio		7.087
Salvador	Jardim das Mangabeiras	Construção de 60 unidades habitacionais, 50 melhorias, infraestrutura e sistema viário		6.862
		Construção de 258 unidades habitacionais, 295 melhorias, 292 unidades sanitárias e nove equipamentos comunitários	2.252	16.702
Salvador	Nova Constituinte	Construção de 306 unidades habitacionais, infraestrutura e urbanização		11.646
		Drenagem e infraestrutura		2.318
		Construção de 576 unidades habitacionais, 1.232 melhorias, 743 unidades sanitárias e equipamentos comunitários		40.001
Salvador	Nova Esperança	Infraestrutura		
		Pavimentação e drenagem		
		Construção de 475 casas e 1.106 melhorias	2.190	31.854
		Construção de equipamentos comunitários		
		Construção de 31 UH e infraestrutura do loteamento Preto Velho, quadra 1	155	797
Simões Filho	Pitanguihas	Construção de unidades habitacionais e infraestrutura no loteamento Preto Velho, quadras 2 a 12		5.243
		Urbanização de Pitanguihas		11.598
<b>TOTAL</b>			<b>27.522</b>	<b>334.744</b>

Fonte: SEDUR

(\*) Dados até setembro de 2009

## Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS

Os projetos contratados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, nos anos de 2007 e 2008, ainda estão em fase de licitação e perfazem um investimento total de R\$ 61,8 milhões. Deste valor, R\$ 58 milhões serão investidos em áreas urbanas e R\$ 3,8 milhões em áreas rurais.

Dos 26 projetos contratados, cinco estão localizados em áreas rurais, atendem à modalidade de produção de novas unidades habitacionais, com previsão de construção de 181 unidades, tendo como órgão executor a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, conforme a Tabela 4.

**TABELA 4**

**FNHIS 2007/2008 - ÁREAS RURAIS NA MODALIDADE DE PRODUÇÃO HABITACIONAL – CAR BAHIA, 2009 (\*)**

MUNICÍPIO	ÁREA DE INTERVENÇÃO	EMPREENHIMENTO	UNIDADES	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)		
				TOTAL	UNIÃO	ESTADO
Alcobaça	Assentamento 4045	Assentamento 4045	45	952	493	459
Bom Jesus da Lapa (2007)	Comunidade Quilombola Araçá/ Cariacá	Araçá / Cariacá	36	904	648	256
Boa Vista do Tupim	Beira Rio (Incra)	Beira Rio (Incra)	44	686	493	193
Campo Formoso	Fazenda Quina	Loteamento Fazenda Quina	21	556	250	306
Santo Antônio de Jesus (2007)	Distrito de Bonfim	Vila Bonfim	35	712	600	112
<b>TOTAL</b>			<b>181</b>	<b>3.810</b>	<b>2.484</b>	<b>1.326</b>

Fonte: SEDUR / SH / DPPH

(\*) Dados até setembro de 2009

Os demais se encontram em áreas urbanas e correspondem às modalidades de produção de novas unidades habitacionais, de lotes urbanizados e promoção de melhorias habitacionais. O órgão executor é a Conder, que prevê a construção de 1.415 unidades habitacionais, além da urbanização de 136 lotes e mais 716 melhorias habitacionais, beneficiando 3.324 famílias, conforme apresentado na Tabela 5.

A seleção para obtenção de recursos do FNHIS de 2009 foi realizada no mês de agosto e foram inscritos cerca de 20 projetos, em consonância com os critérios do Programa. Esta listagem foi submetida à apreciação da Câmara Técnica de Habitação do Conselho Estadual das Cidades.

Dentre os projetos apresentados, foram pré-selecionados quatro na modalidade de Urbanização

**TABELA 5**

**OBRAS DO FNHIS EM ÁREAS URBANAS BAHIA, 2009 (\*)**

FNHIS - FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL						
MUNICÍPIO	ÁREA DE INTERVENÇÃO	U H	LOTES URBANIZADOS	Nº DE MELHORIAS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)
Amargosa	Bairro Catiara	37	-	-	37	1.406
Cachoeira	Loteamento Nova Esperança	56	-	-	47	968
Camaçari	Verdes Horizontes	146	-	-	146	4.793
Casa Nova	Rua da Orla	47	27	-	74	1.174
Conde	Vila de Poças	-	-	-	30	690
Dias D'Ávila	Bairro Garcia D'Ávila - 1ª etapa	40	-	-	16	1.690
	Bairro Garcia D'Ávila - 2ª etapa	16	-	-	40	601
Ilhéus	Bairro Nossa Sra da Vitória	104	-	58	292	6.761
Irecê	Lot.Nobelino Dourado	51	35	-	86	1.088

Continua

Conclusão da Tabela 5

Jacobina	Bairro da Grotinha	113	41	55	395	8.422
Nazaré	Bairro do Cajueiro	30	-	-	30	679
Porto Seguro	Bairro do Baianão	-	-	123	123	2.758
	Vila Vitória	-	-	300	300	3.071
Ribeira do Pombal	Bairro Pombalzinho	47	33	-	80	1.078
Salvador	V. Faz. Grande - av. Assis Valente	502	-	-	502	14.066
Santa Maria da Vitória	Bairro Morada do Sol	36	-	-	36	737
S. Francisco do Conde	Distrito de Caípe	70	-	-	70	1.732
S. Sebastião do Passé	Bairro Patrício Dórea	40	-	-	40	1.029
Senhor do Bonfim	Distrito de Carrapichel	30	-	-	30	702
Teixeira de Freitas	Bairro da Liberdade I	-	-	180	900	3.575
Vera Cruz	Baiacu	50	-	-	50	919
<b>TOTAL</b>		<b>1.415</b>	<b>136</b>	<b>716</b>	<b>3.324</b>	<b>57.939</b>

Fonte: Conder/Astec  
(\*) Dados até setembro de 2009

de Áreas Precárias, única opção disponibilizada pelo FNHIS, prevendo a construção de 678 novas habitações e beneficiando 3.590 famílias. Os projetos contemplam os bairros de Águas Claras (complementação do PAC Salvador), Nova Constituinte (Complementar I e II) e Bate Facho, em Salvador; e a localidade de Baiacu, no município de Vera Cruz.



Obras de habitação popular - Águas Claras

## Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – PHIS e Monumenta

A reabilitação de áreas urbanas centrais se realiza através de dois programas: o Programa de Habitação em Áreas de Interesse Social – PHIS e o Programa Monumenta.

O Programa de Habitação em Áreas de Interesse Social – PHIS prevê a transformação de antigos casarões do Centro Histórico de Salvador em unidades habitacionais pluridomiciliares, para atender à comunidade do Pelourinho. Nele, estão incluídas as obras de recuperação de 21 imóveis e 103 apartamentos previstas na 7ª Etapa do Centro Histórico, conforme apresentado na Tabela 6.

O Programa Monumenta, por sua vez, é um programa de financiamento para recuperação de imóveis de valor histórico e monumentos localizados em sítios urbanos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Manu Dias/Agcom

**TABELA 6**

**PROGRAMA DE HABITAÇÃO - ÁREA DE INTERESSE SOCIAL - PHIS - OBRAS EM ANDAMENTO  
BAHIA, 2009 (\*)**

7ª ETAPA - CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR				
LOCALIDADE	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)			
	UH / FAMÍLIAS	APLICADO 2008	APLICADO 2009	INVESTIMENTO
Recuperação de 09 imóveis – CHS	51	578	50	3.751
Recuperação de 12 imóveis – CHS	52	1.368	52	4.306
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>	<b>1.946</b>	<b>102</b>	<b>8.057</b>

Fonte: Conder / Astec

Obs.: A 7ª Etapa do centro Histórico compreende os contratos 042/06 e 043/06

(\*) Valores até 30 de setembro de 2009

– BID e contrapartidas Estadual e Federal. Na Bahia, o programa é desenvolvido pela Secretaria de Cultura, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Ipac, e já contemplou as cidades de Cachoeira, Lençóis e Salvador (área do Pelourinho). A responsabilidade pela coordenação e fiscalização da 7ª etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador é da SEDUR/Conder.

Através do Monumenta, estão em andamento também obras da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador, que incluem a restauração dos prédios números 1 e 2 da Rua do Tesouro e a restauração e adaptação residencial de 55 imóveis do Programa Prohabit, totalizando 234 apartamentos destinados exclusivamente aos servidores públicos estaduais. Nestas ações e nos serviços e obras de manutenção do Centro Histórico, foram aplicados, em 2009, recursos da ordem de R\$ 2,6 milhões.

### **Programa Habitacional do Servidor Público – PHSP**

O programa tem como objetivo oferecer unidades habitacionais, por meio da concessão de benefícios que facilitem a aquisição da casa própria, sob a forma de crédito e arrendamento. Os destinatários finais são os servidores públicos com renda até seis salários mínimos para o arrendamento, e dez para a aquisição.

Realizado em parceria com a Caixa Econômica Federal – CEF, o PHSP, desde a sua implantação, já atendeu a 16.713 servidores públicos estaduais. De 2007 a 2009, foram atendidos 3.045 novos servidores. No último exercício de Governo, foram comercializadas

810 unidades em Salvador e 162 no interior do Estado, contemplando sete municípios: Vitória da Conquista, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Jequié e Lauro de Freitas.

### **Pró-Moradia**

O Programa tem por finalidade oferecer acesso à moradia para população em situação de vulnerabilidade social por intermédio de financiamento a Estados, Municípios, Distrito Federal ou órgãos das administrações direta e indireta. Nas ações desenvolvidas, estão previstas a urbanização de assentamentos precários; a produção de conjuntos habitacionais e o desenvolvimento institucional. Os destinatários finais são pessoas físicas, com renda familiar mensal de zero até dois salários mínimos e meio.

O Pró-Moradia corresponde ao Projeto Falha Geológica II, cuja contratação ocorreu em 2008. O Projeto envolve a urbanização de áreas situadas na borda da Cidade do Salvador, ao longo da Baía de Todos os Santos em direção à Borda Atlântica, e complementa, por sua vez, o Projeto com a denominação de Falha Geológica I, do PAC/ PPI, que segue em direção ao Subúrbio Ferroviário.

As obras referentes às duas metas da Falha Geológica II (Alto de Ondina e Costa Azul) foram iniciadas em 2009 e, simultaneamente, foi licitada a obra do Projeto Vila Nova Esperança – Rocinha (Pelourinho). As demais metas ainda estão em fase de projeto. O valor total desses financiamentos foi de R\$ 56 milhões e o da contrapartida estadual de R\$ 3,7 milhões.



Até o momento foram concluídas 210 unidades habitacionais e promovidas 563 melhorias, beneficiando 1.896 famílias. No interior do Estado, foram concluídas 722 unidades, realizadas 210 melhorias, beneficiando 1.269 famílias.

Nas ações para conclusão das obras, foram investidos R\$ 2,1 milhões, incluindo recursos aplicados na elaboração de estudos e projetos e na fiscalização de 16 obras na capital e interior do Estado, das quais seis foram concluídas neste exercício.

### Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH

O Programa objetiva subsidiar a produção de empreendimentos habitacionais para população de baixa renda, nas formas de conjuntos habitacionais e/ou de unidades isoladas, em áreas urbanas e rurais. Os destinatários finais são as pessoas físicas com rendimento familiar, preferencialmente, de zero a dois salários mínimos. Em 2009, foi adaptado e passou a integrar o Programa Minha Casa, Minha Vida, para municípios com população abaixo de 50 mil habitantes.

O Programa é operado com recursos do Orçamento Geral da União – OGU e com aportes de contrapartida do Estado e municípios baianos. Corresponde à parcela significativa de unidades produzidas no Estado.

Em 2009, foram contratadas cerca de 1.557 unidades habitacionais, envolvendo recursos totais de R\$ 20,5 milhões, número aquém das expec-

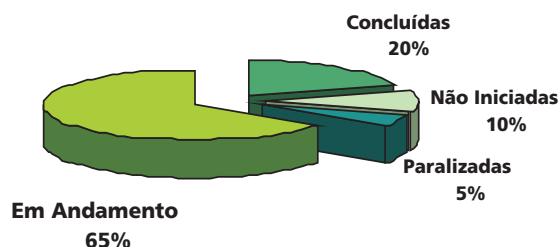
tativas e inferior às contratações dos anos anteriores. Tal fato decorreu da redução de recursos disponibilizados pelo Ministério das Cidades, destinados ao Estado da Bahia.

Conforme pode ser observado na Tabela 7, até 2009, foram contratadas pelo Governo 13.232 Unidades Habitacionais – UH na modalidade de construção de novas unidades, envolvendo recursos do Estado e da União, respectivamente, na ordem de R\$ 37,5 milhões e R\$ 82,3 milhões, totalizando R\$ 119,8 milhões.

De acordo com o Gráfico 2, do total de unidades contratadas entre 2007-2009, 20% foram concluídas, 65% estão em andamento; 10% ainda não foram iniciadas e 5% encontram-se paralisadas. Das casas construídas, quase a totalidade (95%) já foi entregue às famílias atendidas pelo Programa.

**GRÁFICO 2**

**PSH - STATUS DAS UNIDADES HABITACIONAIS BAHIA, 2007 / 2009**



Fonte: Planilha Global. SEDUR / SH / DPH

**TABELA 7**

**PSH - CONTRATAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POR ANO BAHIA, 2009 (\*)**

ANO	UH	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)		
		ESTADO	UNIÃO	TOTAL
2007	1.833	3.509	10.824	14.333
2008	9.842	25.013	60.007	85.020
2009	1.557	8.985	11.499	20.484
<b>TOTAL</b>	<b>13.232</b>	<b>37.507</b>	<b>82.330</b>	<b>119.837</b>

Fonte: Planilha Global. SEDUR/SH/DPH  
(\*) Dados até setembro de 2009

Um aspecto a ser abordado quanto à atuação do PSH no Estado da Bahia diz respeito à sua abrangência territorial. O Programa tem ampla cobertura geográfica, estando presente em 25 dos 27 Territórios de Identidade do Estado. Acrescente-se a isso sua atuação expressiva no perímetro do Programa de Governo – Terra de Valor, que corresponde às intervenções governamentais no Semiárido baiano, com 1.362 unidades habitacionais, ou seja, cerca de 10% do conjunto.

### Resolução 460/518 – Carta de Crédito Associativo

O que se convencionou chamar de Resolução 460 consiste na resolução do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que regulamenta o Programa de Operações Coletivas com recursos deste Fundo. O Programa tem como objetivo o financiamento às pessoas físicas, associadas em grupos formados por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações e Companhias de Habitação – Cohab.

A Resolução 460/518 prevê a produção de lotes urbanizados, a construção de unidades habitacionais e a reabilitação urbana. Os destinatários finais são famílias com rendimentos até 3,6 salários mínimos que não tenham outro financiamento e não sejam proprietárias, promitentes, compradoras ou titulares de outros imóveis.

O Programa é operado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep e com aportes dos estados e municípios, sendo gerenciado pela CEF. Corresponde à parte significativa do total de unidades produzidas ou em execução no Estado.

Com parcela de recursos do Estado da ordem de R\$ 59,3 milhões, foram concluídas 13.474 unidades e 10.392 encontram-se em fase de construção. Das casas concluídas, quase a totalidade (97%) foi entregue às famílias beneficiadas. No âmbito deste Programa existem, ainda, 1.787 unidades com a construção paralisada<sup>11</sup> e a previsão de construção de 14.713 unidades habitacionais.

A Resolução 460/518 – Carta de Crédito Associativo também tem ampla cobertura geográfica no Estado, abrangendo a totalidade dos Territórios de Identidade da Bahia, além de atuação expressiva dentro do programa Terra de Valor. Apresenta-se, no Quadro 2, as unidades habitacionais previstas pelo Programa, por Território de Identidade.

#### QUADRO 2

#### RESOLUÇÃO 460/518: UNIDADES HABITACIONAIS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE - BAHIA, 2009

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	UNIDADES HABITACIONAIS
Agreste de Alagoinhas	3.093
Bacia do Jacuípe	1.365
Bacia do Paramirim	333
Bacia do Rio Corrente	800
Baixo Sul	759
Chapada Diamantina	1.992
Extremo Sul	2.689
Irecê	2.739
Itaparica	700
Itapetinga	640
Litoral Sul	793
Médio Rio de Contas	1.362
Metropolitana	513
Oeste Baiano	1.168
Piemonte da Diamantina	1.911
Piemonte do Paraguaçu	1.624
Piemonte Norte	1.150
Portal do Sertão	2.471
Recôncavo	1.903
Semiárido Nordeste II	2.938
Sertão do São Francisco	1.570
Sertão Produtivo	931
Sisal	2.824
Vale do Jiquiriçá	1.884
Velho Chico	600
Vitória da Conquista	1.614
<b>TOTAL</b>	<b>40.366</b>

Fonte: Planilha Global. SEDUR/SH/DPH

<sup>11</sup> Foram incluídos no PAC/PPU os projetos do Pró-Moradia contratados em julho de 2008, com recursos do FGTS.

## Programa Habitar Brasil BID – HBB

Trata-se de um acordo de empréstimo entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O Programa tem como objetivo promover intervenções em assentamentos precários, localizados em regiões metropolitanas, capitais de estados e aglomerações urbanas, prevendo saneamento integrado, urbanização e instalação de equipamentos comunitários, garantindo-se as condicionantes ambientais.

Os destinatários finais são famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos, residentes em assentamentos precários, representando um investimento de R\$ 30 milhões, com recursos oriundos do Governo Federal, através do Habitar Brasil BID – HBB e contrapartida Estadual. No conjunto, o Programa prevê o atendimento a 2.677 famílias com a construção de 712 unidades habitacionais e a promoção de 32 melhorias habitacionais.

Denominado “Melhoria das Condições de Habitabilidade”, o projeto contempla as obras de Alagados IV, V e VI e, em 2009, foram investidos R\$1,7 milhão em ações relativas à complementação do aterro, desapropriações, construção de unidades habitacionais e implantação de infraestrutura nas áreas.

## Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV

**PMCMV para municípios com mais de 50 mil habitantes** - O Programa foi lançado pelo Governo Federal em maio de 2009, com o objetivo de construir um milhão de moradias para a população entre zero e dez salários mínimos no Brasil. Para o Estado da Bahia foi definida a cota inicial de cerca de 80 mil unidades habitacionais e, destas, aproximadamente 32 mil destinadas à população com renda de até três salários mínimos.

Conforme estabelecido no Art. 2º, inciso II da Lei 11.041/2008, esta faixa está incluída nas diretrizes da Pehis e do Programa Casa da Gente, cabendo ao Governo articular ações e implementá-las com vistas a garantir que os projetos em áreas de propriedade do Estado fossem destinados à construção de moradias para atender a demanda de interesse social.

Para tanto, as ações desenvolvidas, neste ano, são descritas a seguir:

- Estabelecimento de critérios para seleção dos municípios a serem enquadrados no programa;
- Seleção das áreas e projetos a serem apresentados à CEF;
- Enquadramento dos projetos disponibilizados pela Conder no Programa;
- Contração de projetos e planos urbanísticos;
- Elaboração de anteprojeto para a área do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, doada ao Estado pelo Patrimônio da União;
- Vistoria conjunta com a CEF das áreas selecionadas;
- Assessoria para montagem de Diagnóstico Ambiental;
- Apresentação institucional dos projetos no Conselho das Cidades e Instituto do Meio Ambiente – IMA.

Dentre essas ações, ressalte-se a atuação na área da Lagoa da Paixão, cujo projeto foi pactuado com o movimento social. Devido às características de localização do projeto, ações integradas têm sido promovidas pela SEDUR na perspectiva de uma construção coletiva nas dimensões urbanística, ambiental e fundiária, em articulação com as diversas instâncias do Governo, para a sua aprovação, com destaque para a participação da Casa Civil e Secretaria do Meio Ambiente – SEMA. Várias propostas foram cadastradas no Programa MCMV, com previsão aproximada de 16 mil unidades habitacionais, conforme a Tabela 8.

Cabe ainda destacar a celebração de convênio envolvendo a SEDUR, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá e a Caixa Econômica Federal – CEF, que define contrapartidas do Estado no Programa Minha Casa Minha Vida e estabelece os percentuais de potenciais beneficiários incluídos no cadastro do Programa Casa da Gente. Estes serão atendidos nos projetos envolvendo alienação de terrenos (doação ou venda) de órgãos da administração direta ou indireta do Estado e daqueles encaminhados à CEF diretamente pelas construtoras.

**TABELA 8**

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA PARA MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 HABITANTES  
BAHIA, 2009 (\*)**

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO PROJETO - PMCMV URBANO			
MUNICÍPIO	LOCALIDADE	UNIDADE	VALOR ESTIMADO (R\$ 1.000,00)
Camaçari	Madeiraira	200	8.400
Dias D'Ávila	Bairro Garcia D'Ávila - Etapa III	200	8.400
Feira de Santana	Mangabeira	2.000	84.000
Itabuna	Bananeira - Viver Melhor	500	21.000
Lauro de Freitas	Caji (Acalanto)	1.500	63.000
Salvador	Tubarão – Votorantim	3.000	126.000
	Lagoa da Paixão	2.500	105.000
	Cajazeira 02 - A06 - Resid.Colina Solar (Hospital)	400	16.800
	Cajazeiras 4 e 5 - A08 - Recanto dos Pássaros - 1ª Etapa	42	1.764
	Vila Moema	224	9.408
	Fazenda Grande I - Área 07	544	22.848
	Fazenda Grande I e II - Área 08A	352	14.784
	Fazenda Grande II - Área 08B	394	16.548
	Fazenda Grande I e II - Área 16	288	12.096
	Fazenda Grande IV – Assis Valente	380	15.960
	Fazenda Grande III - Área 15E	80	3.360
	Fazenda Grande III - Área 15G	128	5.376
	Fazenda Grande III - Área 15H	54	2.268
	Fazenda Grande III - Área 15I	66	2.772
	Fazenda Grande III - Área 15L	54	2.268
	Fazenda Grande III - Área 15M	144	6.048
	Fazenda Grande III e IV - Área 15O	80	3.360
	Fazenda Grande III e IV - Área 15P	148	6.216
	Fazenda Grande I - Área 06	170	7.140
	Fazenda Grande IV- Área 14A	84	3.528
	Fazenda Grande IV- Área 14B	78	3.276
	Fazenda Grande IV- Área 14C	100	4.200
	Fazenda Grande IV- Área 14D	48	2.016
	Fazenda Grande II - Área 15A	206	8.652
	Fazenda Grande II - Área 15C	192	8.064
	Mata Escura - Cajueiro (Penitenciária)	208	8.736
	Antarctica - Ribeira	234	9.828
	CIA	200	8.400
	Escada	150	6.300
	Periperi	200	8.400
	Vale do Saboeiro	400	16.800

Continua

Conclusão da Tabela 8

Salvador	Via Portuária - Matança	112	4.704
	Via Portuária - Rainha da Paz	65	2.730
	Via Portuária - Vale Queimadinho	29	1.218
	Valéria Setor "B" - Área 01	30	1.260
	Pau da Lima (Aeronáutica)	200	8.400
Sto. Antônio de Jesus	Vila Viva	276	11.592
<b>TOTAL</b>		<b>16.260</b>	<b>682.920</b>

Fonte: SEDUR/SH

(\*) Dados até setembro de 2009

### PMCMV para municípios com até 50 mil habitantes

Em setembro de 2009, foi lançada a Portaria Interministerial Nº 484, que regulamenta o acesso dos municípios, com população inferior a 50 mil habitantes, ao Programa Minha Casa, Minha Vida (Quadro 3).

As atividades em relação a essa nova sistemática foram as de formular as Cartas Consulta ao Mi-

nistério das Cidades para submeter os pleitos à seleção. As propostas inscritas totalizaram 2.460 UH. Além dos pleitos propostos, foi prestada assistência técnica para elaboração das Cartas Consulta para todos os municípios que se dispusessem a fazê-lo. Para tanto, o Governo do Estado propôs parceria aos municípios no aporte de contrapartida para complementar os recursos federais.

#### QUADRO 3

#### PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA PARA MUNICÍPIOS COM 50.000 HABITANTES BAHIA, 2009 (\*)

PROPOSTAS CADASTRADAS NO PROGRAMA MCMV - PORTARIA 484	
MUNICÍPIO	MODALIDADE
Amélia Rodrigues	Loteamento com 60 unidades - urbano
Aiquara	Reposição de 30 unidades isoladas - urbana
Aratuípe	
Candiba	
Central	
Conceição de Feira	
Dário Meira	
Dom Macedo Costa	
Governador Mangabeira	
Ibiassucê	
Igaporã	
Igrapiúna	
Itatim	
Iuiú	
Jacaraci	
Jaguaripe	

Continua



Continuação do Quadro 3

<p>Jandaíra Jitaúna Jussari Lagoa Real Lajedão Malhada Manoel Vitorino Milagres Mirante Muniz Ferreira Nilo Peçanha Nova Ibiá Nova Itarana Pau Brasil Pindaí Piraí do Norte Rio do Antônio Santa Brígida Santa Teresinha São Miguel das Matas Sebastião Laranjeiras Sítio do Mato Tapiramutá Varzedo</p>	<p>Reposição de 30 unidades isoladas - urbana</p>
<p>Muquém do S.Francisco Souto Soares Taperoá</p>	<p>Reposição de 30 unidades isoladas - rural</p>
<p>Caetité Camamu Capim Grosso Entre Rios Gandu Itiúba João Dourado Laje Miguel Calmon Palmas de Monte Alto Quijingue Riachão das Neves Riacho de Santana São Felipe</p>	<p>Reposição de 60 unidades isoladas - urbana</p>

Continua

Conclusão do Quadro 3

<p>Itacaré</p> <p>Maragogipe</p> <p>Prado</p> <p>Presidente Tancredo Neves</p> <p>Santa Cruz Cabralia</p> <p>Seabra</p>	<p>Reposição de 60 unidades isoladas - rural</p>
---	--

Fonte: SEDUR

### Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes na Bahia 7344-BR - BIRD

No âmbito deste Projeto foram desenvolvidas as seguintes ações:

#### Fortalecimento Institucional da SEDUR e instituições parceiras

- Apoio à revisão, seleção e captação de recursos para Projetos de Habitação de Interesse Social no FNHIS, Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e Crédito Solidário;
- Planejamento e aquisições do Projeto Casa da Gente;
- Acompanhamento de projetos em andamento nas poligonais de Intervenção Social;
- Regulamentação de instrumentos normativos que disciplinarão as ações do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social;
- Elaboração do estudo diagnóstico e diretrizes para urbanização da Pista de Borda
- Detalhamento da metodologia, acompanhamento da implantação e monitoramento de projeto piloto de melhorias habitacionais através de autoconstrução assistida, com a elaboração de diretrizes e indicações metodológicas para a Política Estadual de Assistência Técnica à Produção Social da Moradia;
- Detalhamento da metodologia de funcionamento, acompanhamento da implantação e monitoramento dos Núcleos de Desenvolvimento da Economia dos Setores Populares, com a elaboração de diretrizes e indicações metodológicas para abordagem da economia solidária nos demais projetos de habitação do Governo do Estado;
- Assessoria ambiental e acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental;
- Elaboração de Termo de Referência para o Plano de Urbanização e Recuperação Ambiental de

Projetos Habitacionais na Área da Lagoa da Paixão, bem como supervisão do processo de elaboração do Plano;

- Assistência técnica ao Departamento de Ação Social da Conder para execução das ações do componente de Desenvolvimento Social, Comunitário e Econômico;
- Definição de estratégias e suporte técnico para elaboração e acompanhamento do Plano de Regularização Fundiária para a Poligonal de Intervenção Social – PIS Ribeira em Salvador;
- Definição de diretrizes para o Programa Casa da Gente na componente Regularização Fundiária;
- Revisão do Projeto de Urbanização da Via de Contorno/Sistema de Proteção e da Praça de Oxum do Parque São Bartolomeu em Salvador;
- Elaboração de Planos de Reassentamento Involuntário para as famílias e propriedades afetadas por intervenções;
- Revisão do Projeto de Arquitetura dos núcleos culturais de Pirajá e Rio Sena e do Horto Etnobotânico, situado na macro-área Ribeira/Cobre, na Poligonal de Integração Social – PIS Cobre, no Parque São Bartolomeu em Salvador.

#### Obras de Infraestrutura Urbana para o Desenvolvimento Habitacional e Ambiental em Áreas Carentes

- Execução de obras e serviços complementares de infraestrutura, urbanização, habitação e melhorias habitacionais em Boiadeiro e São Bartolomeu, no município de Salvador;
- Execução de obras e serviços de infraestrutura, urbanização, habitação, para requalificação da Avenida Anchieta, no município de Feira de Santana;
- Execução de obras e serviços Complementares de infraestrutura para implantação da “Via de Borda” em Alagados, no município de Salvador.

### **Elaboração de Projetos para Urbanização e Desenvolvimento Integrado em Áreas Carentes no Município de Salvador**

- Elaboração de Projeto Executivo para a Comunidade Mangueira III;
- Revisão do Projeto Urbanização de São Bartolomeu;
- Elaboração de Projeto Executivo da Comunidade de Mirante do Bonfim e Pedra Furada;
- Elaboração de Projeto Executivo da Comunidade de Sussuarana III e Baixa da Paz.

### **Programa Morada de Todos Nós**

O Programa tem por objetivo assegurar moradia digna e geração de renda para famílias em situação de extrema pobreza. Lançado pelo Governo do Estado, o Programa é operacionalizado através do repasse de recursos às prefeituras e associações parceiras para a construção de casas e implementação de projetos produtivos, assegurando-se às famílias um incremento na renda. Inicialmente, o Programa era operado através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, porém teve sua gestão e operacionalização delegada à SEDUR, envolvendo pleitos, projetos e convênios em execução. Estão sendo realizadas vitórias técnicas nos municípios com convênios em execução para a continuidade das mesmas. Serão construídas 205 unidades habitacionais, envolvido recursos do Estado na ordem de R\$ 1,2 milhão.

Na mesma modalidade de contratação, encontram-se os convênios na linha Construindo Dias Melhores firmados entre a SEDUR e as entidades: Organização Cidadania e Ação – OCA com 480 unidades habitacionais; e o Instituto Brasil – IB, com 1.120, ambos com obras em andamento. Além da construção, estão incluídas ações de formação profissional e geração de renda.

### **Crédito Solidário**

É uma linha de financiamento criada pelo Ministério das Cidades, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, que tem como objetivo o atendimento a famílias de baixa renda, organizadas através de cooperativas, associações, sindicatos e outras entidades da sociedade civil. O Programa prevê: aquisição de imóvel residencial urbano novo; aquisição de terreno e construção em ter-

reno próprio; reforma e/ou ampliação e aquisição de material de construção. Esse Programa passou a integrar o Programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade Entidades.

Estão em andamento, em Salvador, através do Convênio 121-A/2005, com a participação da entidade Instituto Brasil, 472 unidades habitacionais em Pirajá (Loteamento Canto do Rio) e 236 unidades na área de Tubarão – Gameleira (Loteamento Vila Solidária Mar Azul).

### **Projetos Especiais**

Dentre as ações desenvolvidas pela Coordenação de Projetos Especiais – CPE/SEDUR na promoção de habitação para as comunidades tradicionais, definidas conceitualmente na PEHIS, destacam-se:

- Articulação com o Grupo Intersetorial para Quilombos, coordenado pela Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI, com vistas a participar e contribuir com a constituição de políticas de Estado, abrangentes e transversais, que respondam à multiplicidade de necessidades apresentadas por essas comunidades;
- Desenvolvimento de projetos com base no respeito aos modos de vida, formas de organização da comunidade, composição familiar, à diversidade de tipologias, produção social e cultural das habitações. Os projetos habitacionais propostos nestas comunidades incorporam padrões de moradia e formas de apropriação do território específicos de cada local;
- Estudos de soluções apropriadas à realidade, com utilização de materiais e tecnologias construtivas que diminuam o custo da unidade habitacional, garantindo-se a sustentabilidade econômica, social e ambiental da intervenção. Prevê-se a utilização de materiais produzidos no local da obra, o que potencializará a aplicação de recursos. Estas tecnologias, além de mais limpas que as convencionalmente usadas, colocam a família atendida na condição de sujeito ativo na produção, favorecendo e estimulando o controle social da ação promovida pelo Estado;
- Realização dos seminários internos “Moradia das Comunidades Tradicionais: Comunidades Indígenas” e “Moradia das Comunidades Tradicionais: Comunidades Quilombolas”, com a participação de representantes de algumas

localidades, no intuito de melhor identificar a realidade e as necessidades dessas populações.

Dentre os projetos em andamento, destacam-se:

- Apoio ao projeto “A Caminho dos Sertões de Canudos”, desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia – Uneb em parceria com o Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC. Este projeto traz uma proposta de reconstituição das rotas históricas da Guerra de Canudos, envolvendo os municípios protagonistas do chamado “cenário estratégico” da Guerra: Canudos, Euclides da Cunha, Monte Santo e Uauá. O projeto visa a construção de um turismo sustentável, de fundamentação histórico-cultural e ambiental, buscando desenvolver uma alternativa social e econômica viável para a população local. Busca-se a articulação entre as prefeituras, as comunidades locais e órgãos do Governo do Estado, dentre eles, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, responsável pela requalificação habitacional da rota instituída pelo projeto;
- O projeto Trilhos Urbanos visa a reabilitação de áreas da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e a utilização destas para uso habitacional a partir de diagnóstico de potencial de uso e restrições, para que os projetos habitacionais, de equipamentos urbanos e de mobilidade sejam propostos e projetados. Encontra-se em andamento um estudo específico para a área da Calçada, em Salvador, e em tramitação a licitação para elaboração de diagnóstico de áreas em outros municípios;
- Elaboração, a partir da avaliação da Procuradoria Geral do Estado – PGE, do convênio com a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão - Acopamec, em parceria com outras instituições, possibilitando a SEDUR a participar do projeto de Melhorias Habitacionais da área de Mata Escura, em Salvador;
- Viabilização de convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e a SEDUR/Conder para construção de habitações e melhorias habitacionais em assentamentos de reforma agrária em rotas turísticas de municípios da Bahia.

Além destes projetos, no âmbito de Projetos Especiais, destacam-se ainda as ações relacionadas à regularização fundiária urbana no Estado.

### **Regularização Jurídico-Fundiária em Áreas Urbanas**

A regularização fundiária objetiva a integração dos assentamentos irregulares, conciliação da dimensão da legalização fundiária com a regularização urbanística e ambiental, promoção da segurança da posse e inclusão de mecanismos de participação e controle social nesses processos. Para alcançar esses objetivos, apóia a sua atuação nos seguintes eixos: Gestão da Terra Pública, Regularização Fundiária dos projetos em curso e Assistência Técnica aos municípios.

#### **Gestão da Terra Pública**

Uma das ações de Regularização Fundiária é promover os procedimentos jurídico-administrativos para a regularização fundiária de imóveis públicos, do Estado ou cedidos pela União, ocupados por população de baixa renda e construídos, formalmente, por órgãos como a Habitação e Urbanização da Bahia – Urbis. Em conjunto com a Secretaria de Administração – SAEB, busca-se garantir o cumprimento da função social da propriedade para Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária, de acordo com a Lei Estadual nº 11.041/08. Dentre as ações desenvolvidas nesse sentido, destacam-se:

- Doação ao Estado da Bahia do terreno da União com área de 9.731m<sup>2</sup>, localizado no bairro de Cajazeiras, em Salvador, para construção de 208 unidades habitacionais de interesse social que irão contemplar famílias em situação de conflitos fundiários<sup>12</sup>;
- Promoção do registro da Escritura de Doação em Pagamento<sup>13</sup> referente a porções de terras situadas em Ponta da Sapoca, Tubarão, São Tomé de Paripe, subdistrito de Paripe, no município de Salvador;
- Entrega, em todo o Estado, de 2.629 escrituras de propriedade aos mutuários entre janeiro e dezembro. Ressalte-se que, nos três anos deste Governo (2007 a 2009), foi outorgado um total de 6.840 escrituras da Urbis;

<sup>12</sup>Esta ação foi inicialmente tratada pela Coordenação de Mediação de Conflitos Fundiários e posteriormente encaminhada para a Coordenação de Regularização Fundiária.

<sup>13</sup>Trata-se a dação em pagamento de um acordo de vontades entre credor e devedor, por meio do qual o primeiro concorda em receber do segundo, para exonerá-lo da dívida, prestação diversa da que lhe é devida. É uma das formas consideradas como pagamento indireto visando a extinção de obrigações (art. 356 do Código Civil). No caso, a Votorantim Empreendimentos Ltda. devia tributo à Fazenda Estadual, sendo que o débito foi quitado mediante a dação de terrenos situados na área de Tubarão.



- Traçado de poligonais de 8.245 imóveis, dos quais 2.628 foram registrados até dezembro de 2009;
- Inauguração de escritório de campo temporário em Camaçari, com potencial de outorga de 2.748 títulos para os conjuntos habitacionais, sendo 1.252 unidades na Gleba E, 896 unidades em Piaçaveira e 600 unidades em Ficam. Em 2 de dezembro de 2009, foram entregues as primeiras 100 escrituras aos mutuários;
- Emitidas, no âmbito da Conder, 423 escrituras em Alagados e Novos Alagados, em Salvador, com evento na comunidade para entrega dos títulos;
- Encontra-se em trâmite, na Superintendência Estadual do Patrimônio da União – SPU/BA, um processo de modo a viabilizar a alienação de área da União para a Bahia, com 114.757m², localizada em Baiacu - Vera Cruz, com o objetivo de implementar Projeto de Regularização da Situação Jurídico-Fundiária e Urbanística, através de instrumento de regularização à Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia – Cuem para os assentamentos precários instalados na localidade;
- Também em trâmite na SPU/BA outro processo com o propósito de alienar ao Estado terreno de imóvel não operacional da extinta RFFSA, localizado em Periperi subúrbio ferroviário de Salvador, com área de 22.939m². A área, ocupada pelo Movimento Sem Teto da Bahia, será utilizada pelo Estado para implementar Projeto de Habitação de Interesse Social com alienação diretamente ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

Além dessas ações foi publicada a Lei nº 11.628, de 30 de dezembro de 2009, que autoriza o Poder Executivo Estadual e a Conder a doarem imóveis ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

Considerando-se que a Constituição do Estado da Bahia exige a autorização legislativa para a alienação de imóveis de propriedade dos entes públicos estaduais, seja a título oneroso ou gratuito, a publicação da Lei nº 11.628/09 foi crucial à consecução do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Vale lembrar que, para um terreno ser utilizado na construção de UH no âmbito do PMCMV, o mesmo deverá ser doado para o FAR e, só então, a CEF, órgão gestor do Programa, escolherá a construtora para executar a obra. No referido diploma legal, foram incluídos imóveis situados em Tubarão, Mata Escura, Jardim Cajazei-

ras e Lagoa da Paixão, em Salvador, e outros em Camaçari e Santo Antônio de Jesus.

Por fim, importa destacar que, em parecer jurídico, a PGE autorizou a alienação dos imóveis da Urbis diretamente ao FAR. Isto permitirá que sejam destinados terrenos em Salvador, nos bairros de Fazenda Grande, com potencial de construção de 3.726 UH, e Cajazeiras, sem estimativa de unidades.

### **Regularização Fundiária dos Projetos em Curso**

As atividades concernentes à Regularização Jurídico-Fundiária em áreas urbanas envolvem a promoção de procedimentos jurídico-administrativos de regularização dos imóveis ocupados por famílias de baixa renda, situados em assentamentos precários, nas poligonais de intervenção física, objeto do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/FNHIS e do Acordo de Empréstimo 7344-BR/BIRD - Banco Mundial.

No caso do PAC, as poligonais de intervenção encontram-se nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Feira de Santana e Simões Filho. Nos projetos selecionados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, as atividades contemplam os municípios de Boa Vista do Tupim, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Porto Seguro, Vera Cruz, Teixeira de Freitas, Campo Formoso, Alcobaça e Salvador. Por fim, as atividades do contrato do BIRD envolvem as poligonais de intervenção da Ribeira, Cobre e Pau de Lima, em Salvador; e Mangabeira, em Feira de Santana.

Nesse sentido, dentre as atividades realizadas, ocorreram oficinas de Regularização Fundiária em assentamentos inseridos em áreas objeto de intervenção do PAC, envolvendo representantes do Ministério das Cidades, SEDUR, Conder e das prefeituras municipais de Salvador e Lauro de Freitas, desencadeando na formação de um Grupo de Trabalho para a definição de procedimentos de aprovação e licenciamento de projetos urbanísticos e de regularização fundiária.

No que tange aos projetos selecionados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS (seleção 2007), foi elaborado Termo de Referência – TR para contratação de ações de

regularização fundiária para o bairro da Grotinha, em Jacobina, e enviado à CEF para análise.

Em relação ao FNHIS, foram cumpridas as pendências jurídicas (titularidade) existentes nos pleitos de provisão de habitação de interesse social relativos à seleção 2008 e, em 2009, dos pleitos enviados para o Ministério das Cidades, foram selecionados Águas Claras e Nova Constituinte (Área Complementar 1 e 2). Atualmente, a fase é de articulação para promoção do levantamento fundiário destas áreas em Salvador.

No âmbito do Acordo de Empréstimo 7344-BR/BIRD – Banco Mundial, no Programa de Habitação do Estado, estão sendo definidos estratégias e suporte técnico para elaboração e acompanhamento dos Planos de Regularização Fundiária das Poligonais de Integração Social – PIS. Em atendimento às metas do Acordo previstas para a poligonal de integração social da Ribeira, foi publicado, em novembro de 2009, o decreto de desapropriação da área da antiga fábrica da Antártica (Ambev), em Salvador, que já possuía decreto de utilidade pública.

Outra oficina, a de Comercialização de Unidades Novas e Regularização Fundiária de Ocupações Espon-tâneas, tratou sobre procedimentos e critérios para titulação nos processos de regularização fundiária.

Por fim, a publicação do Decreto nº 11.873, de 4/12/2009, propondo alteração no Decreto Estadual nº 9.266, de 14/12/2004, que institui o Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos – Sicon, e aprova o regulamento para celebração de convênios ou instrumentos congêneres que requeiram liberação de recursos Estaduais apresenta alternativas à comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, em caso de convênios para execução de obras ou benfeitorias, por interesse público ou social.

## **Programa Estadual de Habitação Casa da Gente – Ações Transversais**

### **Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos**

Esta ação se coloca na perspectiva da busca de soluções pacíficas e negociadas em situações de ameaça de despejo de famílias ocupantes de imóveis públicos ou particulares, tendo como diretriz a garantia do direito à moradia e o cumprimento

da função social da propriedade, sob responsabilidade da Coordenação de Projetos Especiais – CPE/ SEDUR.

As ações de mediação acontecem basicamente com a abertura de mesas de negociação com as famílias ocupantes, movimentos sociais, proprietários e atores institucionais ligados à questão. A resolução final de um conflito fundiário se dá com a garantia da regularização fundiária e com a implantação de projeto de habitação de interesse social. Atua-se também na busca de garantia dos direitos humanos e sociais das famílias ocupantes. Com a incorporação das ações de mediação de conflitos fundiários urbanos na política habitacional, o Estado da Bahia tem sido referência nacional na forma de abordagem da questão.

Neste contexto, em 2009, foram alcançados os seguintes resultados:

- Acompanhamento de 56 casos de conflitos fundiários, envolvendo cerca de 9.500 famílias de baixa renda, em 19 municípios baianos;
- Mediação de conflitos fundiários urbanos;
- Finalização de conflito fundiário com a aquisição, pelo Estado, de imóvel com área de cerca de 600.000m², para implantação de Projeto de Habitação de Interesse Social que beneficiará cerca de três mil famílias;
- Finalização de conflito fundiário em Feira de Santana, no Bairro da Mangabeira, com aquisição de imóvel pelo Estado, através de desapropriação que permitiu a captação de recursos do FNHIS pela União de Moradia Popular, destinados a atender as 83 famílias envolvidas;
- Realização do Mutirão da Cidadania na ocupação da Lagoa da Paixão em Salvador, com atuação de mais de dez secretarias do Estado para fornecimento de serviços voltados à melhoria das condições de vida de cerca de mil famílias envolvidas no conflito fundiário, incluindo a realização do Curso de Educação Ambiental para 40 integrantes da ocupação.

### **Assistência Técnica**

O Governo desenvolveu, no âmbito do Programa Casa da Gente, diversas ações de Assistência Téc-

nica voltadas ao desenvolvimento urbano e planejamento habitacional rural e/ou urbano de municípios e entidades que compõem o SEHIS, tendo como pressuposto central o direito à moradia digna e ao controle social das políticas públicas, conforme preconizado pela PNHIS.

Colocou-se assim em prática a Lei Nº 11.888/2009, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no Art. 6º da Constituição Federal de 1988.

Essa vertente do programa busca atender demandas de natureza diversas, porém complementares, no sentido de operacionalização e consolidação da PEHIS. São três as principais atividades de Assistência Técnica, as quais intitulamos de apoio, descritas a seguir.



Moradias e Urbanização

### **Apoio à Elaboração de Projetos Urbanísticos, Arquitetônicos e de Engenharia**

Estas atividades objetivam prestar assistência técnica, sobretudo às entidades não governamentais e entidades de classe que integram o SEHIS, com vistas à captação de recursos para a implementação de projetos habitacionais e/ou urbanísticos. Prevê ações: de elaboração de projetos urbanísticos, arquitetônicos e de engenharia, com metodologia participativa, contemplando as modalidades de melhorias habitacionais e/ou a utilização de tecnologias sociais; e de apoio às entidades na elaboração e gerenciamento de projeto de produção habitacional com cogestão e autogestão.

São ações operacionalizadas com recursos federais e estaduais, incluindo atividades de Mobilização e Organização Comunitária e de Assistência Técnica Individual e Coletiva. No primeiro caso, deu-se início ao processo de licitação dos projetos aprovados no FNHIS no período 2007/2008. Foram também encaminhados à Procuradoria Geral do Estado – PGE os Termos de Referência para licitação dos projetos na modalidade de Assistência Técnica Individual e Coletiva. Estão assegurados os investimentos de R\$ 2,9 milhões para desenvolver essas atividades. Ressalta-se que as solicitações desses serviços foram demandadas pelos Movimentos Sociais.

Com recursos estaduais, estão em andamento os seguintes projetos e/ou ações:

- Projetos de produção habitacional em área de quilombo, em Ilha de Maré, na Baía de Todos os Santos e na Reserva Extrativista – Resex, em Canavieiras, em parceria com a Secretaria Nacional da Pesca e uma entidade não governamental a ela conveniada, utilizando o sistema de autogestão nos trabalhos desenvolvidos;
- Assistência técnica para o processo de relocação e reconstrução de terreiro de candomblé em Águas Claras, Salvador;
- Edital de Chamada Pública de Assistência Técnica com incentivo para o uso de tecnologias sociais, técnicas construtivas tradicionais e melhorias habitacionais;
- Assistência técnica para a comunidade do Costa Azul, em Salvador, para projetos de melhorias habitacionais a serem executados pela Conder;
- Consultoria para execução de Melhorias Habitacionais no sistema de autogestão assistida na Comunidade de São Bartolomeu, em Salvador.

No âmbito deste eixo da Assistência Técnica, foram ainda desenvolvidos, em 2009, Seminários de Moradia das Comunidades Tradicionais dos Povos Indígenas e Quilombolas, com o objetivo de promover a autocapacitação a partir das práticas culturais, e Banco de Projetos, com elaboração de projetos arquitetônicos para viabilização de contratação de Programas da Resolução 518/2006 e PSH (para entidades rurais).

Manu Dias/Agcom

### **Apoio à Estruturação dos Sistemas Locais de Habitação de Interesse Social e Elaboração de Planos e Projetos de Desenvolvimento**

Estas atividades visam prestar assistência técnica aos municípios da Bahia, embora atendam também a outras entidades integrantes do SEHIS, para a estruturação e elaboração, respectivamente, dos sistemas e planos locais de habitação de interesse social, bem como planos de desenvolvimento local. Fazem parte do processo de estruturação dos sistemas locais de habitação a criação do Conselho Gestor Municipal e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, visando à implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS. A Assistência Técnica é prestada mediante demanda e articulações com as prefeituras municipais.

Em 2009, foram realizadas duas oficinas de capacitação para municípios. Da primeira, em parceria com o Ministério das Cidades e a CEF, participaram 59 municípios que cumpriram as formalidades de adesão ao SNHIS, além de já terem assinado contrato com a CEF para a elaboração dos seus respectivos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

Da segunda, participaram seis municípios do Território de Identidade do Baixo Sul. O evento foi promovido em parceria com a Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia – Amubs. Nesta oportunidade, foram debatidas as principais questões habitacionais das zonas urbanas e rurais de cada município, delineadas algumas soluções possíveis para resolvê-las, construindo um panorama da questão habitacional do Baixo Sul a partir da leitura das especificidades de cada localidade. Estes participantes serão os futuros coordenadores da elaboração dos PLHIS nos seus respectivos municípios.



Casas em Carinhonha

Manu Dias/Agecom

### **Apoio aos Municípios para Regularização Fundiária**

Este apoio visa prestar assistência técnica aos municípios e associações na elaboração e implementação de ações relacionadas à Regularização Fundiária de Interesse Social. É desenvolvido através de seminários, oficinas para sensibilização e produção de materiais didáticos e orientação direta.

Foram lançadas 14 Oficinas de Sensibilização para Regularização Fundiária com objetivo de despertar o interesse e envolver representantes do poder público e da sociedade civil na referida temática, bem como mapear os principais avanços e desafios municipais na questão. Desde o seu lançamento, em setembro de 2009 com a participação de 115 pessoas, já foram realizadas sete oficinas, nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Cruz das Almas, Juazeiro, Itabuna, Irecê e Seabra, envolvendo 12 Territórios de Identidade, com 283 participantes.

O vídeo sobre Regularização Fundiária de Interesse Social também foi produzido e lançado em setembro de 2009, e já foi assistido por mais de mil espectadores em espaços de debate sobre o tema. Trata-se de um instrumento pedagógico de sensibilização e debate sobre regularização fundiária, estando em fase de reprodução para futura distribuição.

Encontra-se em análise na CEF o Plano de Trabalho e Atividades para elaboração dos Planos Municipais de Regularização Fundiária dos municípios de Buerarema e Camacã, que trata de recursos pleiteados na Chamada Pública da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades/Sistemática 2008 - Ação Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas.

Foram ainda captados recursos do Ministério das Cidades, através do Fundo de Habitação de Interesse Social, na modalidade Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, em 19 comunidades localizadas nos municípios de: Alagoinhas, Baixa Grande, Barreiras, Carinhonha, Cruz das Almas, Feira de Santana, Itagi, Itiruçu, Laje, Mortugaba, Mutuípe, Prado, Salvador, Santa Rita de Cássia, Ubaíra, Una e Itaberaba.



Esta Assistência Técnica envolve ações de mobilização comunitária, levantamento de legislação urbanístico-ambiental, diagnóstico físico-ambiental e fundiário preliminar, capacitação das lideranças comunitárias e elaboração de um Plano de Ação para a Regularização Fundiária, apontando medidas jurídicas ou administrativas cabíveis para promoção da regularização. As atividades envolvem também atendimento de demandas de algumas comunidades e Prefeituras, como Alto da Sereia e Goméia de São Caetano, em Salvador; Baixa da Linha, em Cruz das Almas; Pau Brasil, em Itagi, pleiteando avaliação fundiária e/ou capacitação na temática.

Foi ainda elaborada, em conjunto com a comunidade Recanto Feliz e Paraíso Azul, do bairro Costa Azul, em Salvador, uma cartilha visando sensibilizar as comunidades locais de baixa renda para a importância da Regularidade Fundiária e sua interação com os aspectos urbanísticos. A cartilha está prevista para ser lançada no primeiro trimestre de 2010.

Em parceria com o Instituto Polis, está em elaboração o Caderno de Orientação para ações de regularização fundiária e elaboração de planos locais de habitação de interesse social no Estado da Bahia. O Caderno aborda a questão da irregularidade urbana e tem previsão de lançamento também para o primeiro trimestre de 2010.

### **Salvaguardas Ambiental, Cultural e Socioeconômica**

A forte correlação entre os assentamentos informais e a degradação do meio ambiente, causada pela carência de infraestrutura urbana e serviços básicos, e a precariedade de equipamentos de promoção social serviram de base para que, dentro dos princípios da PEHIS, fossem incorporadas ações de salvaguarda ambiental, social e cultural. Assim, dentro da esfera do Programa Casa da Gente, estão as ações sociais, de geração de trabalho, emprego e renda, segurança e convivência, e meio ambiente, denominadas práticas de salvaguarda ambiental, cultural e socioeconômica.

Essas práticas repousam na mobilização, tendo como diretriz a busca pela transformação da realidade em áreas socialmente vulneráveis, a partir de uma participação comunitária ativa. Reforça-se,

com as ações de salvaguarda, o objetivo de fortalecimento da autonomia e organização das comunidades para fins de transformação social.

Respeitando as características da realidade e as identidades locais, limites e potencialidades disponíveis, atua-se na perspectiva de prover, na elaboração e execução dos projetos habitacionais:

- Ampliação do conhecimento da realidade socioeconômica local;
- Estímulo à mobilização e organização comunitária para que os grupos acompanhem e participem do processo de planejamento do desenvolvimento local e elaboração dos projetos;
- Promoção e fortalecimento de formas de convivência e coexistência cidadãs;
- Garantia do atendimento integral às famílias em situação de vulnerabilidade residentes nas áreas de intervenção física;
- Qualificação sócio-profissional e intermediação para o mercado de trabalho;
- Assessoria técnica e gerencial aos empreendedores individuais e empreendimentos solidários, sobretudo àqueles preexistentes;
- Estímulo ao consumo consciente que fortaleça, dentre os comunitários, empresas ou entidades executoras, a opção pela aquisição de bens e serviços produzidos localmente<sup>14</sup>;
- Desenvolvimento de experiências de autoconstrução assistida;
- Inclusão das premissas de espaço urbano seguro nas intervenções físicas;
- Fomento de ações preventivas da violência e de resolução de conflitos;
- Fomento de ações ambientalmente adequadas;
- Transversalização das temáticas ambientais nas ações desenvolvidas;
- Articulação com Secretarias de Estado, Prefeituras, Conselhos de Direito, Organizações Sociais sem fins lucrativos, para ampliação do acesso às políticas sociais;
- Implementação de sistemas de informação e comunicação para integração comunitária.

As ações de salvaguarda se desenvolvem por meio de metodologias que envolvem, convocam e responsabilizam as comunidades na implantação e acompanhamento dos projetos. Tal estratégia se justifica pela compreensão de que a potencialização de uma

<sup>14</sup> Tal diretriz fundamenta-se no fortalecimento das identidades locais, da conscientização acerca do caráter político do consumo, e da promoção propriamente dita dos produtos (propaganda).

política pública social abrangente requer, para a sua efetivação, o reconhecimento das especificidades locais de realidades marcadas pela diversidade.

Do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico, ressalta-se a opção estratégica do Governo quanto à adoção de um modelo de desenvolvimento que, dentre outras, tenha como base a Economia Solidária para desenvolver a capacidade da sociedade de articular melhor suas forças produtivas em novas formas de inclusão econômica; e a qualificação da força de trabalho, crucial para promover a inserção e a mobilidade social, e aumento da renda<sup>15</sup>.

No que tange às questões ligadas à segurança e convivência, as ações buscam articular e integrar agentes sociais, políticas e projetos voltados para causas e consequências do fenômeno da violência, interligando políticas de segurança pública *lato sensu* (educação, trabalho e renda, habitação etc.) às *stricto sensu* (policiamento, resolução de conflitos etc.). Desta forma, entende-se que uma maior segurança nos espaços da vida cotidiana do bairro, resultado de ações institucionais e de intervenções físicas, é, ao mesmo tempo, produto e produtora de uma coletividade com potencial para transformações sociais. Neste sentido, a busca não é apenas por uma maior segurança física e patrimonial dos moradores das áreas de intervenção habitacional, mas, de forma vinculada, também por uma convivência coletiva mais qualificada.

Na vertente de qualificação ambiental, desenvolvem-se os trabalhos na busca de conciliação entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente equilibrado. Trata-se de garantir, além das medidas necessárias para o licenciamento ambiental dos projetos, efetivar ações preventivas e de recuperação ambiental em áreas ocupadas por população de baixa renda, sejam essas recentes ou consolidadas, objeto de projetos de urbanização ou produção habitacional.

Na linha de promoção e valorização da cultura local as ações repousam na identificação de particularidades representativas dos modos de vida das comunidades atendidas, na valorização dos locais das manifestações culturais, das relações entre espaços privados e espaços de uso coletivo e formas de uso/apropriação desses espaços nos projetos habitacionais. Também

orienta o desenvolvimento de projetos de tipologias habitacionais que atendam às necessidades das comunidades, ação até o momento restrita a projetos para comunidades tradicionais (quilombolas, pesqueiras, indígenas e fundo de pasto).

Na vertente do reassentamento planejado e assistido, adota-se como princípio a mitigação das perdas relacionadas a mudanças locais e de contexto da moradia.

As diretrizes de atuação neste eixo estão sendo desenvolvidas com o apoio de consultoria externa contratada através do Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes na Bahia 7344-BR – Bird, que serão de grande importância para outros projetos, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida e do PAC/PPI:

- Elaboração de Plano Integrado de Desenvolvimento Social no Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes na Bahia 7344-BR – Bird, base para o planejamento das ações de salvaguarda socioeconômica e cultural;
- Inserção de Operadoras Sociais no Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes na Bahia 7344-BR – Bird (uma por PIS) responsáveis pela sensibilização e mobilização de outras Organizações da Sociedade Civil para a produção de Planos Locais de Desenvolvimento Comunitário – PLDC, viabilização de Fóruns Locais de Desenvolvimento Comunitário, e planejamento participativo dos projetos de urbanização;
- Elaboração do estudo do Mosaico de Unidades de Conservação e Plano de Gestão da Bacia do Cobre;
- Elaboração de estudo preliminar do Parque da Lagoa da Paixão associado a projeto de produção habitacional a ser desenvolvido para o Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Elaboração de estudos ambientais e pareceres técnicos associados a projetos habitacionais (São Bartolomeu, Fazenda Grande II, Paripe/Tubarão, em Salvador; Maragogipe etc.);
- Realização de reuniões técnicas e oficinas para discussão e definição de diretrizes de projetos que assegurem o respeito a particularidades culturais de comunidades.

<sup>15</sup> SEPLAN, 2008.

## PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO

A Lei 11.172 – Lei Estadual de Saneamento Básico, que foi sancionada em dezembro de 2008, tendo como elementos norteadores a Lei Federal de Saneamento nº 11.445/07 e a Lei de Consórcios nº 11.107/05, trouxe para o ano de 2009 o desafio de implementá-la com seus respectivos instrumentos, tais como os Planos Estaduais, Regionais e apoio aos municípios para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento.

Outra conquista foi a regulamentação da Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia – Coresab, pelo Decreto 11.429, de 05 de fevereiro de 2009, que possibilitou o atendimento da diretriz legal de regulação dos serviços de saneamento através de atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, mediante delegação, enquanto não houver ente regulador criado pelo município, ou agrupamento dos municípios, por meio de cooperação ou coordenação federativa.

A inovação tecnológica com foco na sustentabilidade socioambiental tem sido também uma linha de atuação relevante, buscando implementar novas tecnologias de saneamento, com especial enfoque no uso racional da água, buscando para isso o reúso de águas residuais, principalmente nas regiões semiáridas, onde as comunidades sofrem com a escassez de água.

Nesse sentido, merecem destaque a articulação que tem sido feita com a Universidade Federal da Bahia e a Cátedra Unesco de Sustentabilidade da Universitat Politècnica de Catalunya – UPC (Barcelona, Espanha) para consolidação de convênios de cooperação visando implantação do Parque Demonstrativo de Gestão Sustentável da Água na Estação de tratamento de Esgoto – ETE de Viverdas, em Irecê, o qual utilizará águas residuais para fins agrícolas.

Na área de Resíduos Sólidos, a inovação tecnológica visou a melhoria de determinados tipos de resíduos que promovem impactos socioambientais significativos no Estado, elaborando-se projetos preliminares de usinas de reaproveitamento de casca de coco e os Resíduos de Construção e Demolição – RCD.

No âmbito do Saneamento Básico, contratou-se todos os projetos e foram iniciadas as obras de saneamento dos municípios do Recôncavo Baiano, garantindo um importante passo no processo de despoluição da Baía de Todos os Santos, estando em execução as obras dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos municípios de Muritiba, Maragogipe, Cruz das Almas, Cachoeira, São Félix, Santo Antônio de Jesus, Vera Cruz e das ilhas de Salvador. Isso permitirá, numa perspectiva estratégica, com a Baía de Todos os Santos saneada, não só a melhor qualidade de vida para toda a população, como mais sociabilidade, mais balneabilidade e o uso turístico desse enorme potencial que existe no Recôncavo da Bahia.

O Governo do Estado, em cooperação com os municípios, iniciou a elaboração de Planos Regionais para os componentes manejo de resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário. Estes planos regionais servirão de subsídio aos planos municipais, que serão elaborados com apoio técnico e financeiro do Estado e serão posteriormente compatibilizados e consolidados no Plano Estadual de Saneamento Básico.

Além dos desafios estruturantes que visam consolidar o novo modelo de saneamento, outros desafios estão sendo enfrentados de forma a otimizar os recursos do PAC que foram direcionados para o setor de Saneamento no Estado, os quais se traduzem em questões estratégicas relevantes à prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A seguir, são listados os principais desafios enfrentados pelo Governo do Estado no ano de 2009, agrupando-os por componentes do saneamento básico:

### Abastecimento de água

- Implantar de forma eficaz as obras do PAC que já estão em andamento e ampliar o abastecimento de água na Região Metropolitana de Salvador – RMS e Litoral Norte, cuja expansão turística precisa ser integrada às necessidades das populações nativas. Isso inclui a atualização das demandas e a racionalização das disponibilidades hídricas atuais - Joanes, Jacuípe,

Paraguaçu/Pedra do Cavalo, objetivando a otimização de múltiplos usos: As obras do PAC em abastecimento de água movimentam investimentos de R\$ 325,7 milhões;

- Implantar Sistemas de Abastecimento de Água – SAA na única sede municipal ainda sem sistema público adequado, que é Campo Alegre de Lourdes, já tendo seu projeto elaborado.
- Equacionar os riscos de desabastecimento da cidade de Itabuna (que não possui barragem de acumulação) e promover disponibilidade hídrica para o abastecimento de água de municípios da Região do Cacau, inclusive outros usos, bem como para as demandas futuras geradas pelo novo Porto Sul, em Ilhéus, extremo exportador da Ferrovia Oeste-Leste, com a implantação da Barragem do Rio Colônia;
- Ofertar água em condições de potabilidade quanto a cloretos e dureza para as populações que se abastecem do Sistema do Sisal, atualmente alimentado pela barragem salinizada de São José do Jacuípe, o que será equacionado com a obra da nova adutora a partir da Barragem de Pedras Altas, em fase de contratação;
- Ampliar a oferta nos sistemas existentes, operados ou não pela Embasa, aumentando a capacidade daqueles que já estejam em final de plano de projeto. Para isso, o Governo do Estado, através da Embasa, investiu R\$ 47,5 milhões em obras de melhorias e expansão de sistemas em situação crítica;
- Implantar sistemas em povoados e vilas ainda sem abastecimento, equacionando a prestação destes serviços pela Embasa e pela Cerb, por municípios, por consórcios públicos e/ou por centrais e associações, prosseguindo o Programa Água para Todos;
- Implantar um programa de racionalização do uso da água replicando o Projeto com+água, implementado pelo Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, por meio do Programa de Modernização do Setor Saneamento – PMSS, no Sistema de Abastecimento de Água – SAA de Ilhéus e em mais sistemas de abastecimento de água do Estado;
- Equacionar e priorizar os projetos, licenças ambientais, regularização fundiária e recursos complementares para os projetos e obras de abastecimento de água do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - Funasa programados até 2010.

### Esgotamento Sanitário

- Rever o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Salvador – RMS e Litoral Norte, considerando que o acréscimo de população do novo Plano Diretor Urbano de Salvador requererá uma nova destinação dos esgotos para Salvador e Lauro de Freitas, concluindo-se o interceptor e sistema de disposição oceânica do Jaguaribe e prevendo as próximas ações na expansão urbana da RMS;
- Implantar as obras previstas no PAC, avaliando e atualizando as possíveis alternativas de soluções tecnológicas de tratamento e destinação dos esgotos, inclusive reúso de efluentes;
- Equacionar e priorizar os projetos, licenças ambientais, regularização fundiária e recursos complementares para os projetos e obras de esgotamento sanitário do PAC-Funasa programados até 2010;
- Ampliar os sistemas existentes, operados ou não pela Embasa, ampliando a capacidade daqueles que já estão em final de plano de projeto e colocando tais obras, depois de concluídas, em efetiva operação;
- Implantar novos sistemas de esgotamento sanitário com soluções tecnológicas que permitam o reúso de águas residuais, aplicando-as principalmente em regiões semiáridas, como forma de contribuir com uso racional da águas nestas regiões.

### Manejo de águas pluviais e esgotos urbanos

- Dar andamento à elaboração do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário Urbano, iniciando o enfrentamento do problema de lançamento de esgotos nas redes de drenagem da maioria das cidades baianas, hierarquizando as prioridades em função da saúde pública, da degradação ambiental e da ocorrência de enchentes;
- Dar continuidade à realização de estudos, projetos e implementação de soluções de reúso em sistemas mistos – unitário e separador - de esgotos no semárido, com tratamento em tempo seco.

### Resíduos sólidos

- Elaborar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia;
- Elaborar os Planos Regionais e Projetos de Destinação Final de resíduos sólidos, a partir do modelo de gestão associada;



- Minimizar os problemas relacionados com o lixo urbano, através de soluções compartilhadas, ampliando a criação de consórcios que contemplem a gestão associada por meio de consórcios públicos.

#### Modelo institucional

- Consolidar a atuação da Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia – Coresab, equacionando questões de fiscalização, regulação, prestação dos serviços e controle social segundo a Lei de Saneamento (nº 11.445/07);
- Promover o desenvolvimento regionalizado preconizado pelo Governo Estadual, aproveitando a Lei de Consórcios Públicos (nº 11.107/05) e em paralelo às ações do PAC;
- Definir uma estratégia e uma metodologia clara para a implementação dos primeiros consórcios públicos no Estado;
- Integrar a estratégia de formação de consórcios em saneamento básico que vinha sendo adotada pelo Estado, com a criação de autarquias regionais de Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano – RGIDU, o que passará a vigorar para consolidar consórcios de desenvolvimento urbano;
- Definir as diretrizes para o saneamento rural no Estado.

#### Desafios associados com a Embasa, Cerb, Conder e Car

- Definir quais órgãos do Estado serão responsáveis pelo encaminhamento e atendimento de cada faixa de demanda de solicitações de apoio aos municípios, caracterizadas como saneamento urbano (prestação modelo Embasa

e SAAE) ou saneamento rural (prestação por centrais, associações ou prefeituras), inclusive o papel na gestão e na implementação de obras pelos órgãos do Estado - Embasa, Cerb/SEMA, CAR – Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR, Conder – e pelas prefeituras;

- Avaliar, de forma estratificada, o universo potencial das demandas do Programa Água para Todos e equacionar as ações pós-implantação dos sistemas com modelos de gestão;
- Integrar os programas de cisternas e poços às soluções de sobrevivência com tecnologias adequadas de agricultura familiar.

Para o enfrentamento destes desafios, as ações que foram realizadas pelo Estado, ao longo de 2009, estão descritas a seguir:

#### Programa Água Para Todos

O Programa Água Para Todos – PAT é a articulação dos processos de planejamento, execução, monitoramento e das intervenções públicas, nas quais o abastecimento de água seja o vetor de maior relevância, e visa alcançar a integração das informações e das intervenções dos órgãos federais, estaduais e municipais, colegiados e consórcios.

Para efetivar as suas ações, o programa conta com a estimativa de recursos da ordem de R\$ 2,1 bilhões, alocados e orçados para 2007-2010, oriundos de fontes internacionais, federais e estaduais, distribuídos em suas linhas de ação conforme pode ser observado na Tabela 9. Além desse montante, foram captados novos recursos que fortaleceram o Programa.

**TABELA 9**

**PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS - RECURSOS PREVISTOS EM 2007-2010  
BAHIA, 2009**

LINHA DE AÇÃO	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)
Abastecimento de Água	980.618
Esgotamento Sanitário	752.480
Saneamento Integrado	368.400
Meio Ambiente / Projetos Socioeconômicos	6.077
<b>TOTAL</b>	<b>2.107.575</b>

Fonte: SEMA

Em 2009, o programa investiu mais de R\$ 183 milhões, contemplou 326 municípios e beneficiou mais de 519 mil habitantes com abastecimento de água e mais de 209 mil com esgotamento sanitário.

De janeiro de 2007 a dezembro de 2009, já foram investidos mais de R\$ 954 milhões em

ações de água, esgoto e meio ambiente, com obras concluídas de cisternas, poços, barragens, sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares, saneamento integrado, dentre outras, conforme Tabela 10. Neste mesmo período, mais de 389 municípios receberam obras do PAT.

**TABELA 10**

**OBRAS CONCLUÍDAS - PAT  
BAHIA, 2007 - 2009**

TIPO	UNIDADES				RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)				PESSOAS BENEFICIADAS			
	2007	2008	2009	Total	2007	2008	2009	Total	2007	2008	2009	Total
<b>LINHA DE AÇÃO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>												
Cisternas	10.338	14.533	14.300	39.171	19.567	28.353	28.882	76.802	36.701	49.801	47.648	134.150
Poços	165	746	823	1.734	4.451	14.243	19.871	38.565	-	-	-	-
Construção de Barragem	6	13	6	25	658	1.067	770	2.495	2.004	5.527	2.343	9.874
Recuperação de Barragem	...	...	3	3	...	...	74	74	...	...	709	709
Ampliação de Barragem	...	...	1	1	...	...	160	160	...	...	1.327	1.327
Ligações de Água	102.749	106.986	103.602	313.337	...	...	...	...	394.828	421.719	353.259	1.169.806
Construção de Sistemas	106	583	429	1.118	30.325	46.448	57.361	134.134	39.687	103.012	70.856	213.555
Recuperação de Sistemas	20	9	7	36	1.420	167	192	1.779	5.790	2.789	1.024	9.603
Ampliação de Sistemas	38	228	156	422	2.315	58.591	34.270	95.176	13.834	62.214	41.975	118.023
SUBTOTAL 1					58.736	148.869	141.580	349.185	492.844	645.062	519.141	1.657.047
<b>LINHA DE AÇÃO: ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>												
Sistema Esgotamento Sanitário (Construção)	...	12	12	24	...	3.108	7.724	10.832	...	...	...	...
Sistema Esgotamento Sanitário (Recuperação)	9	3	2	14	6.356	2.130	29.307	37.793	2.802	3.430	434	6.666
Melhorias Sanitárias Domiciliares	7.516	4.857	1.243	13.616	17.690	12.034	2.950	32.674	26.689	16.659	4.102	47.450
Ligações de Esgoto	42.934	41.526	52.725	137.185	...	...	...	...	199.734	201.907	204.678	606.319
SUBTOTAL 2					24.046	17.272	39.981	81.299	229.225	221.996	209.214	660.435
<b>LINHA DE AÇÃO: SANEAMENTO INTEGRADO</b>												
Saneamento Integrado	3	53	4	60	924	1.526	2.127	4.577	6.288	1.613	6.473	14.374
SUBTOTAL 3					924	1.526	2.127	4.577	6.288	1.613	6.473	14.374
<b>TOTAL</b>					<b>83.706</b>	<b>167.667</b>	<b>183.688</b>	<b>435.061</b>				

Fonte: SEMA

O Programa Água para Todos investiu, em 2009, mais de R\$ 519 milhões em obras em execução que irão beneficiar mais de 107

mil pessoas com água e mais de 37 mil pessoas com saneamento integrado, conforme Tabela 11.

**TABELA 11**

**OBRAS EM ANDAMENTO – PAT  
BAHIA, 2009**

TIPO	UNIDADES	PESSOAS BENEFICIADAS	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)
<b>LINHA DE AÇÃO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>			
Cisternas	-	-	-
Poços	-	-	-
Construção de Barragem	7	2.077	402
Recuperação de Barragem	7	2.511	491
Ampliação de Barragem	-	-	-
Ligações de Água	-	-	4.706
Construção de Sistemas	362	98.269	95.042
Recuperação de Sistemas	4	444	311
Ampliação de Sistemas	425	4.470	55.392
<b>SUBTOTAL 1</b>		<b>107.771</b>	<b>156.344</b>
<b>LINHA DE AÇÃO: ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
Sistema de Esgotamento Sanitário (Construção)	76	-	317.904
Sistema de Esgotamento Sanitário (Construção)	40	-	37.340
Melhorias Sanitárias Domiciliares	-	-	-
Ligações de Esgoto	-	-	-
<b>SUBTOTAL 2</b>		<b>0</b>	<b>355.244</b>
<b>LINHA DE AÇÃO: SANEAMENTO INTEGRADO</b>			
Saneamento Integrado	10	37.543	7.919
<b>SUBTOTAL 3</b>		<b>37.543</b>	<b>7.919</b>
<b>TOTAL</b>		<b>145.314</b>	<b>519.507</b>

Fontes: SEMA

Como pode ser visto no Quadro 4, a construção de poços e de sistemas de abastecimento de água, no período de 2007 a 2009, ultrapassou os 95% das metas estabelecidas, com grande possibilidade de que, até o final de 2010, tenhamos estas metas ultrapassadas.

A SEMA/Cerb e a SEDIR/CAR fazem parte das instâncias diretivas do Programa Água para Todos, ocupando assento no Conselho Institucional e no Comitê Gestor, respectivamente. Assumem, junto com a SEDES, a responsabilidade na construção de cisternas domiciliares, sistemas convencionais de abastecimento de água, barragens (convencionais e subterrâneas), perfuração de poços tubulares e melhorias sanitárias.

As diversas intervenções hídricas e sanitárias acima referidas buscam responder às demandas por universalização do acesso à água pelas populações pobres, principalmente do semiárido baiano.

Dos mais de R\$ 183 milhões investidos no ano de 2009, 77% foram em abastecimento de água, 22% em esgotamento sanitário e 1% em saneamento integrado.

### **Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

A Embasa opera 405 sistemas de abastecimento de água, atendendo a 788 localidades distribuídas nos 355 municípios por ela operados no Estado da Bahia. Seu atendimento concentra-se principal-

**QUADRO 4**

**METAS DE POÇOS E DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA  
BAHIA, 2009**

AÇÃO	META DEFINIDA	ATENDIMENTO DE META (%)	OBRAS				TOTAL
			REALIZADOS			EM ANDAMENTO	
			2007	2008	2009		
Cisternas	-	-	10.338	14.533	14.300	-	39.171
Poços Tubulares	1.800	96	165	746	823	-	1.734
Sist. de Abastecimento de Água (Construção)	1.500	96	106	583	429	362	1.480
Sist. de Abastecimento de Água (Ampliação)	-	-	106	228	156	425	915
Sist. de Abastecimento de Água (Recuperação)	-	-	106	9	7	4	126

Fontes: SEMA

mente na zona urbana, beneficiando, nessa área, mais de 10 milhões de pessoas (Tabela 12).

**TABELA 12**

**LOCALIDADES ATENDIDAS E POPULAÇÃO BENEFICIADA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA EMBASA BAHIA, 2009 (\*)**

SITUAÇÃO	Nº DE LOCALIDADES	POPULAÇÃO BENEFICIADA **
ZONA URBANA	525	10.229.259
ZONA RURAL	263	538.382
<b>TOTAL</b>	<b>788</b>	<b>10.767.641</b>

Fonte: Embasa

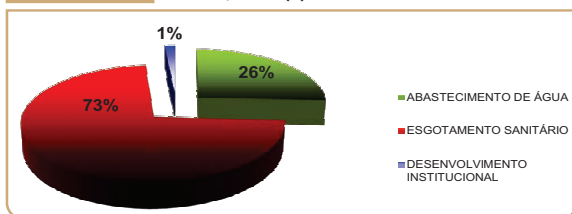
(\*) Dados até setembro de 2009

(\*\*) Economias Residenciais Existentes X Média de habitantes por domicílio

Foram investidos, pela Embasa, incluindo recursos do Programa Água para Todos - PAT, até setembro de 2009, quase R\$ 232 milhões, dos quais 26% em abastecimento de água, 73% em esgotamento sanitário e 1% em desenvolvimento institucional (Gráfico 3).

**GRÁFICO 3**

**INVESTIMENTO EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO BAHIA, 2009 (\*)**



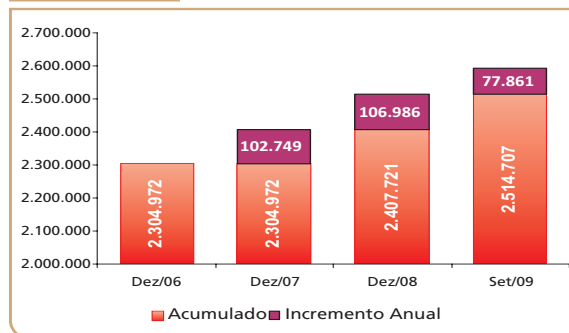
Fonte: SEDUR, Embasa, Siplan

(\*) Dados até setembro de 2009

Conforme demonstram os Gráficos 4 e 5, foram implantadas, em 2009, mais de 77 mil ligações de água, sendo 46% delas em municípios pertencentes ao semiárido baiano.

**GRÁFICO 4**

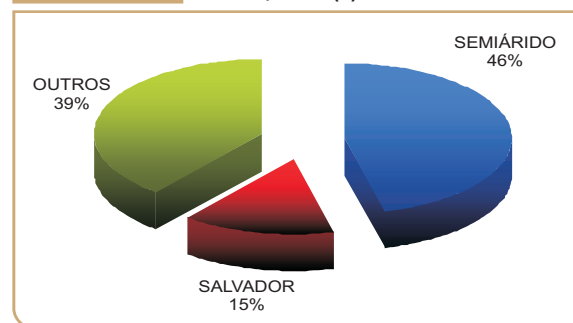
**LIGAÇÕES EXISTENTES DE ÁGUA BAHIA, 2006-2009**



Fonte: Sistema Comercial, Embasa

**GRÁFICO 5**

**NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA IMPLANTADAS BAHIA, 2009 (\*)**

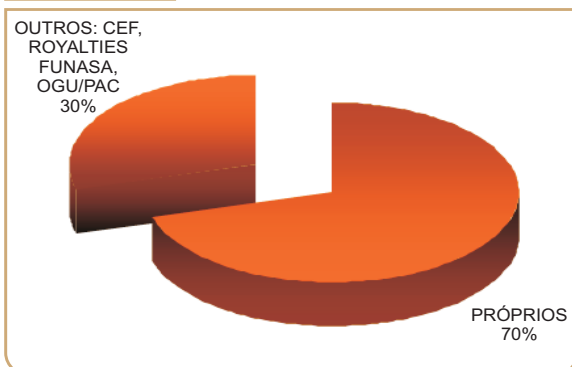


Fonte: Sistema de Informações Estratégicas, Embasa

Foram investidos na implantação e ampliação dos serviços de abastecimento de água, em todo o Estado, no ano 2009, mais de R\$ 60 milhões provenientes das diversas fontes de recursos, conforme Gráfico 6.

**GRÁFICO 6**

**INVESTIMENTO EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR FONTE DE RECURSO BAHIA, 2009 (\*)**



Fonte: Sedur, Embasa, Siplan  
(\*) Dados de setembro de 2009

### Obras do Sistema de Abastecimento de Água – SAA Concluídas em 2009

Em 2009, foram concluídas as obras do Sistema de Abastecimento de Água – SAA nos municípios de Salvador, Palmeiras, Rio do Pires, Riacho de Santana,

Belo Campo, Planalto, Barra do Choça, Tanhaçu e Una. Nessas cidades, foram realizadas 1.182 ligações, beneficiando 234.732 habitantes, com o investimento de R\$ 39,5 milhões e a construção de 80km de rede de distribuição (Tabela 13).

**SAA de Salvador** – Extensometria da Estrutura em Concreto Armado – R-15 da UMF. Com recursos próprios e beneficiando Salvador e Região Metropolitana foram executados: análise da estrutura existente, projeto de extensometria, instalação de equipamentos, instalação de sensores, coleta e processamento de dados, laudo técnico, projeto de recuperação da estrutura, planilha de quantitativos e estimativa orçamentária para recuperação estrutural do Reservatório Elevado R-15.

**SAA de Palmeiras** – Obras de ampliação do sistema de abastecimento de água, compreendendo: captação flutuante no rio Preto; execução de uma estação elevatória; adutora de 5.480,45m com DN 150mm; execução de 13.486,99m de rede de distribuição com DN 50 a 150mm. O sistema beneficiou uma população de 4.044 habitantes e o valor estimado do investimento é de R\$ 1,8 milhão, recursos provenientes da Caixa Econômica Federal – CEF, através do Programa Pró-Saneamento/2004.

**TABELA 13**

**OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA CONCLUÍDAS BAHIA, 2009 (\*)**

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)	Nº DE LIGAÇÕES
SAA de Salvador - extensometria da estrutura em concreto armado - R-15 da UMF	189.290	207	-
Palmeiras	4.044	1.800	110
Rio do Pires	4.819	2.300	396
Riacho de Santana, Localidades e Estrada e Entorno	1.300	1.300	154
Belo Campo	4.397	7.800	-
Planalto / Barra do Choça	26.528	23.700	130
Tanhaçu	3.354	2.300	202
Comandatuba - Complementação	1.000	105	190
<b>TOTAL</b>	<b>234.732</b>	<b>39.512</b>	<b>1.182</b>

Fonte: Sedur, Embasa, Siplan  
(\*) Dados até setembro de 2009





**SAA de Rio do Pires** – O sistema compreende uma captação do tipo flutuante; implantação de 15.506m de adutoras, com diâmetros variando de 100 a 150mm; execução de Estação de Tratamento de Água – ETA, tipo filtro russo, para tratar 30l/s, composta de Casa de Química, Casa de Cloração e Tratamento de Lodo; implantação de duas Estações Elevatórias; construção de uma Rede de Esgotamento Domiciliar – RED de 200m³ e uma Rede de Abastecimento de Água Domiciliar – RAD de 250m, com um investimento de R\$ 2,3 milhões, recursos provenientes da CEF, através do Programa Pró-Saneamento/2004



Crédito: SEDUR

Captação de Água Bruta



Crédito: SEDUR

Construção do RED – 200m³

**SSAA de Riacho de Santana** – Localidades e Estrada de Entorno - O sistema compreende uma captação realizada através de tomada direta. O abastecimento de água dos povoados atingidos pela Barragem do Riacho de Santana será feito a partir de um pequeno represamento existente, que será reformado, e implantação de 11.704m de adutora. A execução da estrada no entorno da barragem, obra que deve *royalties* como fonte de recursos, garantiu a mobilidade dos proprietários das terras vizinhas à Área de Preservação Permanente da Barragem.



Crédito: SEDUR

Barriletes de Água Tratada da Elevatória



Crédito: SEDUR

SSAA de Riacho de Santana - Estrada e Pontilhão



Estrada e construção de passagem molhada

Crédito: SEDUR

**SAA de Belo Campo** - O sistema, obra integrante do Programa Pró-Saneamento/2004, compreende captação de água tratada, através da derivação do SAA de Vitória da Conquista, 62,9km de adutora, 4km de rede de distribuição, execução de uma estação elevatória com potência de 20CV e vazão de 44l/s e melhorias na casa de cloração e no reservatório existente.



SSAA de Belo Campo – Reservatório Elevado

Crédito: SEDUR



SSAA de Belo Campo – AAT – Trecho em PEAD

Crédito: SEDUR

**SIAA de Planalto / Barra do Choça** - O sistema compreende a construção de barragem em concreto rolado, implantação de 19,9km de rede de distribuição, 1.590 hidrômetros em ligações existentes e execução de 130 novas ligações. Foram executadas três estações elevatórias com grupos de conjuntos moto-bomba de potências de 20, 60 e 125CV e vazões de 51,88 l/s, 36 l/s e 71 l/s e suas respectivas linhas de recalque, além de dois reservatórios com capacidade total de 1.000m<sup>3</sup> e um novo módulo de estação de clarificador de contato, com investimento de R\$ 23,7 milhões oriundos do BIRD, através do Programa Proágua.



SIAA de Planalto / Barra do Choça – Barragem do Rio Serra Preta

Crédito: SEDUR

**SAA de Tanhaçu** - O sistema compreende captação com instalação de conjuntos moto-bombas, com potência de 20CV e vazão de 18,63 l/s, 13,4km de adutora, 12,1km de rede de distribuição, execução de uma estação elevatória de água bruta, com potência de 40CV e vazão de 16,94 l/s da ETA de Ourives e melhorias na estação elevatória de água tratada da ETA de Tanhaçu com potência de 25CV e vazão de 23,05 l/s; uma estação de tratamento de lodo na ETA de Tanhaçu, filtro russo e casa de química na ETA de Ourives, além de construção de dois reservatórios com capacidade total de 400m<sup>3</sup>, obra integrante do Programa Pró-Saneamento/2004, gerido pela CEF.

**SES/SAA de Comandatuba** – As obras de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Sistema de Abastecimento de Água de Comandatuba, Município de Una, beneficiarão mil habitantes, com a implantação de 180m de rede coletora e 190 li-



gações intradomiciliares. Está previsto também o fornecimento e instalação de dois conjuntos de moto-bombas na estação elevatória com vazões de 5,50 l/s e 7,49 l/s, 130m do emissário, melhorias na Estação de Tratamento de Esgoto existente, além da captação flutuante e melhorias na Estação de Tratamento de Água. O recurso do Governo do Estado, através *royalties*, totalizou o investimento de R\$ 105 mil.

### Obras de Sistemas de Abastecimento de Água com Contratos Vigentes em 2009

Em relação aos contratos vigentes, serão beneficiados mais de 200 mil habitantes com a realização de 6.381 ligações, investindo o total de R\$ 85 milhões, conforme a Tabela 14.

**TABELA 14**

**OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ANDAMENTO  
BAHIA, 2009 (\*)**

LOCALIZAÇÃO	LIGAÇÕES	POPULAÇÃO BENEFICIADA	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)
Antônio Gonçalves	508	9.000	3.200
Cristalândia	-	67.619	28.000
Litoral Norte	1.772	60.000	17.000
Mulungu do Morro / Souto Soares	1.396	22.812	21.700
São Sebastião do Passé	94	29.000	2.400
SIAA de Igaporã /Matina	2.611	12.000	12.700
<b>TOTAL</b>	<b>6.381</b>	<b>200.431</b>	<b>85.000</b>

Fonte: SEDUR / Embasa

(\*) Dados até setembro de 2009

**SIAA do Litoral Norte** - Com investimento de aproximadamente R\$ 17 milhões, financiado através de recursos próprios, o Sistema beneficiou as localidades de Guarajuba, Monte Gordo, Barra do Jacuípe, Barra do Pojuca, Itacimirim, Praia do Forte, Imbassaí, Açuzinho, Açu da Torre, Campinas, Malhadas, Barro Branco, Diogo, Areal e os empreendimentos hoteleiros Iberostar, Vila Galé, Reta Atlântico (obra dividida em Sistema Jordão, Sistema Pojuca, Sistema Diogo/Areal, e Sistema Barro Branco).

**SAA de São Sebastião do Passé** - Com um investimento de aproximadamente R\$ 2,4 milhões, financiado através de recursos próprios da Embasa, serão executados 3,9km de redes de distribuição, um reservatório de 500m³, uma estação elevatória (de água de lavagem), uma casa de cloração e filtro russo para tratamento, 94 ligações domiciliares de água, 0,8km de adutora de água bruta e duas captações, beneficiando a localidade de São Sebastião do Passé.

**SAA de Antônio Gonçalves** - A obra beneficiará nove mil habitantes das localidades atendidas de Caldeirão do Mulato, Jibóia, Barra, Brejo do Coelho, Carminha, Santana, Poço D'Água, Macaco Atravessado, Favelo, Conceição e São João, com investimento de R\$ 3,2 milhões, através de *royalties*. Serão implantados 13.437m de rede de distribuição em tubos PVC nos diâmetros variando de 50 a 200mm e executadas 508 ligações domiciliares com hidrômetros.

**Barragem de Cristalândia** - A região de influência do empreendimento, em andamento, é composta pelas cidades de Brumado, Ituaçu e Rio de Contas, no entanto, a principal finalidade da barragem é o abastecimento de Brumado. Esta obra, com recursos da CEF, através de Programa Pró-Saneamento/2004, com um investimento total de R\$ 28 milhões, beneficiará 67.619 habitantes em início de plano e 121.411 habitantes em fim de plano (2035).

**SIAA de Igaporã / Matina** - A Barragem de Lagoa da Torta está sendo construída com um barramento em maciço de terra e terá uma altura máxima de 18,30m, numa extensão de 164m de barragem. O sistema beneficiará 12 mil habitantes e o valor estimado do investimento é de R\$ 12,7 milhões, recursos provenientes da CEF, através do programa Pró-Saneamento/2004.

**SIAA de Mulungu do Morro/Souto Soares** - Serão implantados três reservatórios apoiados com capacidades de 200, 250 e 350m³, 30,3km de rede de distribuição com DN 50 a 250mm em tubulação de PVC e 1.396 ligações domiciliares. O sistema beneficiará 22.812 habitantes (1ª etapa) e o valor estimado do investimento é de aproximadamente R\$ 21,7 milhões, com recursos da CEF, através do programa Pró-Saneamento/2002.

### Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - Abastecimento de Água

Visando a ampliação dos serviços de abastecimento de água, o Governo envidou esforços na solução das cláusulas suspensivas relativas à Licenciamento Ambiental e Regularidade Fundiária para efetivação do processo de seleção e contratação dos projetos e licitações das

obras dos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA pela CEF. Dos 20 projetos previstos, dez estão com as obras em andamento e uma obra já foi totalmente concluída. Os nove projetos restantes estão em fase de licitação ou iniciando as obras. Os investimentos do programa em ampliações e implantações de SAA perfazem um valor total de R\$ 325,7 milhões.

### Obras Concluídas

**SAA de Salvador** – Rede de Distribuição do Loteamento Jardim Piatã. Com o objetivo de atender uma população de 13 mil habitantes, foram investidos, através de recursos do Orçamento Geral da União – OGU / e recursos próprios da Embasa, o valor de R\$ 941 mil, pelo Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto / PAC, no Loteamento Jardim Piatã. Foram executados 8,1km de redes de distribuição de água.

### Obras em Andamento

Em relação aos contratos vigentes, tem-se programado o total de R\$ 154,8 milhões, beneficiando uma população de mais de 3.308.245 habitantes, com 6.950 ligações, conforme a Tabela 15.

**TABELA 15**

**INVESTIMENTOS EM OBRAS DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ANDAMENTO  
BAHIA, 2009 (\*)**

LOCALIZAÇÃO	LIGAÇÕES	POPULAÇÃO BENEFICIADA	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)
SAA de Dias D' Ávila	535	2.033	5.700
SAA de Ilha dos Frades	351	1.334	2.400
SAA de Salvador - Adutora de Água Bruta Joanes II	-	-	40.700
SAA de Salvador - Adutora de Água Tratada da ETA Principal	-	-	22.000
SAA de Salvador - Melhorias na Rede de Distribuição da Cidade Baixa	-	158.975	1.700
SAA de Salvador - Estruturas de Controle da ETA Principal	-	3.017.556	8.500
SIAA de Cafarnaum	2.643	36.872	26.200
SIAA de Conceição do Coité		1.600	6.200
SIAA de Jacobina	2.805	83.609	31.100
SIAA de Pedro Alexandre	616	6.266	10.300
<b>TOTAL</b>	<b>6.950</b>	<b>3.308.245</b>	<b>154.800</b>

Fonte: SEDUR / Embasa

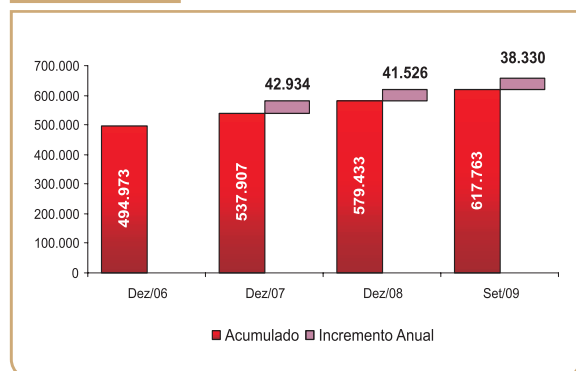
(\*) Dados até setembro de 2009

## Programa de Esgotamento Sanitário

A Embasa opera 69 sistemas de esgotamento sanitário, atendendo 74 localidades, sendo 70 na zona urbana e quatro na zona rural. Foram implantadas, em 2009, 38.330 ligações de esgoto, ampliando esse serviço para mais 193 mil pessoas (Gráfico 7).

**GRÁFICO 7**

**LIGAÇÕES EXISTENTES DE ESGOTO BAHIA, 2009 (\*)**

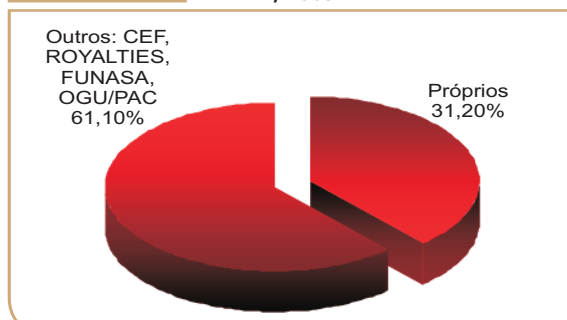


Fonte: Sistema Comercial, Embasa  
\*Dados até setembro de 2009

Foram investidos em implantação e ampliação dos serviços de esgotamento sanitário, em todo o Estado, no ano 2009, cerca de R\$ 168 milhões provenientes das diversas fontes de recursos (Gráfico 8).

**GRÁFICO 8**

**INVESTIMENTO EM ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR FONTE DE RECURSO BAHIA, 2009**



Fonte: Sedur, Embasa, Siplan

## Obras de Sistema de Esgotamento Sanitário – SES concluídas em 2009

Concluídas em 2009, as obras dos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES beneficiaram os municípios de Salvador, Palmeiras, Cachoeira, Canavieiras, Vitória da Conquista, efetuando um total de 1.503 ligações, beneficiando 43.407 habitantes, investindo R\$ 5,6 milhões, (Tabela 16).

## Obras de Sistemas de Esgotamento Sanitário com contratos vigentes em 2009

As obras com contratos vigentes em 2009, referentes a sistema de esgotamento sanitário, totali-

**TABELA 16**

**OBRAS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO CONCLUÍDAS BAHIA, 2009 (\*)**

LOCALIZAÇÃO	LIGAÇÕES	POPULAÇÃO BENEFICIADA	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)
SES de Palmeiras	984	4.044	3.900
EEE do Bairro Alegria / Vitória da Conquista	-	5.000	160
Extensão de Rede Coletora, Captação em Tempo Seco e Elevatórias para Eliminação de Lançamentos de Esgoto na Praia de Paripe - Rua da Austrália - Salvador	-	13.636	230
Interligação de Efluentes de Conjuntos Habitacionais e Eliminação de Esgoto da Rede de Drenagem - I Etapa - Salvador	-	17.616	1.000
Ligações Intradomiciliares no SES de Canavieiras	439	1.756	197
SES do Loteamento 25 de Junho, Cachoeira	80	1.355	104
<b>TOTAL</b>	<b>1.503</b>	<b>43.407</b>	<b>5.591</b>

Fonte SEDUR / Embasa  
(\*) Dados até setembro de 2009



zaram R\$ 132,5 milhões de investimentos, 83.909 ligações e 515.661 habitantes beneficiados, conforme pode ser observado na Tabela 17.

**TABELA 17**

**OBRAS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ANDAMENTO  
BAHIA, 2009 (\*)**

LOCALIZAÇÃO	LIGAÇÕES	POPULAÇÃO BENEFICIADA	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)
Ampliação do SES de Salvador - Adensamento e Ligações em Diversas Bacias	36.670	176.016	23.200
Execução de Obras de Estação Elevatória de Esgoto e Linha de Recalque - Novos Alagados / Salvador	-	26.880	492
Execução de Travessias para Rede de Esgoto no SES de Salvador	-	-	977
Interligação de Efluentes de Conjuntos Habitacionais e Eliminação de Esgoto da Rede de Drenagem - II Etapa Salvador	-	37.915	2.090
Melhorias na ETE do SES de Ilhéus	18.089	94.668	105
SES de Andaraí	500	6.051	4.400
SES de Euclides da Cunha	2.500	23.094	7.900
SES de Ipiáu	4.686	18.911	12.300
SES de Itacaré	3.200	34.000	3.300
SES de Itaju do Colônia	735	3.714	3.600
SES de Jacobina	6.255	33.530	17.400
SES de Mucuri	2.400	13.040	12.100
SES de Rio de Contas	1.360	3.736	6.200
SES de Santa Maria da Vitória	2.000	10.000	6.000
SES do Bairro Urbis I - Eunápolis	479	3.486	497
SES do Litoral Norte	5.035	30.620	32.000
<b>TOTAL</b>	<b>83.909</b>	<b>515.661</b>	<b>132.561</b>

Fonte: SEDUR / Embasa

(\*) Dados até setembro de 2009

**Programa de Aceleração do Crescimento –  
PAC - Ampliação do Atendimento de Esgota-  
mento Sanitário**

Visando a ampliação dos serviços de esgotamento sanitário, o Governo envidou esforços na solução das cláusulas suspensivas relativas à Licenciamento Ambiental e Regularidade Fundiária para efetivação do processo de seleção e contratação dos projetos e licitações das obras dos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES pela CEF. Dos 34 projetos previstos, 32 estão com as obras em andamento e os dois projetos restantes estão em fase final de licitação.

Os investimentos do programa em ampliações e implantações de SES perfazem um valor total de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão.

**Obras de Sistema de Esgotamento Sanitário  
em Andamento - 2009**

As obras com contratos vigentes em 2009, referentes a sistema de esgotamento sanitário, totalizam R\$ 1,1 bilhão de investimentos, 268.666 ligações, beneficiando uma população de 1.194.199 habitantes (Tabela 18).

**TABELA 18**

**INVESTIMENTOS EM OBRAS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO  
BAHIA, 2009 (\*)**

LOCALIZAÇÃO	LIGAÇÕES	POPULAÇÃO BENEFICIADA	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)
Obras do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe - SDO	-	-	259.178
Ampliação do SES de Salvador	26.350	126.500	30.300
Ampliação do SES de Salvador e Implantação do SES da Ilha de Maré, Ilha dos Frades e Ilha do Bom Jesus dos Passos	35.460	170.208	33.700
SES da Ilha de Bom Jesus dos Passos	632	2.402	4.200
SES da Ilha de Maré	1.306	4.963	7.400
SES da Ilha dos Frades	508	1.930	3.800
SES de Cachoeira e Localidades	3.333	12.665	8.800
SES de Camaçari	17.035	64.733	64.400
SES de Candeias	11.983	45.535	39.400
SES de Cruz das Almas	7.373	28.017	32.700
SES de Feira de Santana - Bacia do Jacuípe	15.016	85.489	62.400
SES de Feira de Santana - Bacia do Subaé	10.970	41.686	38.200
SES de Guanambi	8.500	32.300	36.800
SES de Itaberaba	644	2.447	6.500
SES de Itamaraju	2.398	9.105	5.500
SES de Itaparica	1.295	3.846	9.300
SES de Jequié	2.514	9.553	10.000
SES de Maragogipe e Localidades	1.897	7.209	11.900
SES de Muritiba	4.232	16.082	11.700
SES de Paulo Afonso	17.814	67.693	59.800
SES de Porto Seguro	1.534	4.389	11.500
SES de Salvador - Bacias do Trobogi, Cambunas e Águas Claras	63.171	240.050	121.000
SES de Santo Amaro	5.800	22.040	9.500
SES de Santo Antônio de Jesus	581	863	7.000
SES de São Félix	1.100	4.176	1.700
SES de São Francisco do Conde	4.100	15.580	7.200
SES de Simões Filho	6.200	23.560	29.600
SES de Teixeira de Freitas	1.500	5.700	10.700
SES de Tucano	3.093	11.753	8.800
SES de Vera Cruz e Localidades	10.277	39.053	38.200
SES de Vitória da Conquista	-	79.800	81.900
SES Madre de Deus	2.050	14.872	6.800
<b>TOTAL</b>	<b>268.666</b>	<b>1.194.199</b>	<b>1.069.878</b>

Fonte: SEDUR / Embasa

\*Dados de setembro de 2009

## Outros Serviços - Sistemas de Esgotamento Sanitário

Foram retomadas as obras do SES de Rio de Contas e do SES de Itaju do Colônia, com alterações de metas.

## Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

A melhoria da qualidade de vida da população e a defesa do meio ambiente refletem-se também nas ações dos serviços de limpeza urbana e destinação

dos resíduos sólidos, que fazem parte do sistema de saneamento. Com esta premissa e respaldada juridicamente na Lei Federal nº 11.445/2007 e na Lei Estadual nº 11.172/2008, o Governo do Estado, através da SEDUR, tem direcionado esforços para solucionar um dos mais graves problemas relacionados com esse componente do saneamento básico.

Vale ressaltar que o Governo do Estado tem agido em sinergia com órgãos federais e municípios baianos para viabilizar e otimizar, através de apoio técnico e acompanhamento, as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Revitalização do Rio São Francisco, que contam com recursos do Orçamento Geral da União – OGU para o período 2007-2010.

### **Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia e Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

Em dezembro de 2007, o Governo do Estado, através da SEDUR, e o Ministério do Meio Ambiente – MMA assinaram o Convênio nº. 00002/2007, visando a execução de serviços referentes a resíduos sólidos em áreas inseridas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com vigência até 31 de maio de 2009, já com aditivo de prazo aprovado pelo MMA por igual período.

Este convênio é fruto de uma ação federal com o objetivo de apoiar os estados em ações relacionadas com resíduos sólidos, com especial enfoque na região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, contemplando: implantação de obras visando o fechamento de lixões e a requalificação de aterros sanitários; construção de centrais de tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos simplificadas e convencionais; manejo de resíduos da construção civil; coleta seletiva; implementação de programas de inserção social de catadores; entre outros. Trata-se de uma ação com enfoque no Programa de Revitalização do Rio São Francisco que vem sendo priorizada no âmbito das ações do Governo Federal.

A Bahia foi o primeiro Estado do país a assinar esse tipo de acordo com o MMA, ganhando experiência em relação aos demais estados nessa área.

Para acompanhamento do Convênio nº 00002/2007, o MMA solicitou a constituição de um Grupo de Trabalho – GT interinstitucional, o qual foi constituído em 2008, composto por representantes de organizações que possuem conhecimento e ações desenvolvidas na área de resíduos sólidos, tais como a SEDUR, Conder, SEMA, Ima, Ingá, SETRE, SEPLAN, União dos Municípios da Bahia – UPB, Caixa Econômica Federal - CEF, ConCidades – Bahia / Câmara Técnica de Saneamento Básico e Ambiental.

Ao longo de 2009, este GT atuou intensamente, discutindo e contribuindo efetivamente com as ações que vêm sendo realizadas no âmbito do referido convênio. Sua formação e atuação é uma evidência objetiva de que a SEDUR vem praticando uma gestão democrática e participativa em todas as suas linhas de ação.

Como parte de uma das ações que antecederam a consolidação deste convênio, foram realizados estudos preliminares, solicitados pelo MMA, com objetivo de identificar e conceber arranjos regionalizados para soluções integradas, com as respectivas estimativas de custos de investimentos. Estas estimativas ficaram na ordem de R\$ 17,9 milhões, selecionando-se como áreas prioritárias para serem aplicados os recursos aquelas nos quais estão inseridos os municípios envolvidos no Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê, assim como os do Sertão do São Francisco, focalizando, nesse caso, os municípios localizados da região de Juazeiro.

A seguir, são apresentados alguns comentários relacionados com o referido convênio.

A elaboração dos estudos propostos, incluídos no referido convênio, contempla três metas básicas:

- META I - Estudo de Regionalização da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para o Estado da Bahia;
- META II - Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para os Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- META III - Apoio à Formação e Institucionalização de Consórcios Públicos.

Ao longo de 2009, as atividades direcionadas para o alcance dessas atividades foram intensifi-

cadadas em virtude da contratação de uma empresa de consultoria, em março de 2009, visando assessorar para o alcance das referidas metas.

A primeira atividade associada à Meta I consistiu em 26 oficinas de trabalho regionais, realizadas nas cidades-polos dos territórios envolvidos, visando levantar dados para a elaboração do diagnóstico da gestão de resíduos sólidos urbanos do Estado, item determinante para o estudo de regionalização da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para o Estado da Bahia. Durante as oficinas, os participantes foram informados sobre o objetivo da regionalização, como também sobre o novo marco regulatório do saneamento no Brasil e na Bahia.

Vale salientar que, em relação à META III, está sendo proposta a formação e implantação de Consórcios Públicos Desenvolvimento Sustentável com enfoque na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – BHRSF, especificamente na região de Juazeiro e de Irecê.

A região de Juazeiro, que é composta por dez municípios, foi particularmente beneficiada com o empenho de recursos na ordem de R\$ 2,5 milhões pela Funasa/Ministério da Saúde, visando a implantação de laboratório de controle da qualidade da água para consumo humano, onde também será construída sede do referido consórcio.

A região do consórcio do Território Irecê é constituída por 21 municípios do Território Identidade de Irecê e localiza-se integralmente na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A sede do município sediará uma central convencional de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos composta por unidade de compostagem; unidade de Resíduos da Construção e Demolição – RCD; vala séptica para Resíduos de Serviços de Saúde – RSS; e unidade de aterro sanitário. Esta central atenderá a oito municípios: Irecê, Lapão, Jussara, São Gabriel, João Dourado, Presidente Dutra, Uibaí e Central.

Esforços têm procurado garantir recursos oriundos do PAC Saneamento, de maneira a investir em Projetos de Resíduos Sólidos em outras regiões. A exemplo, o GT formado para acompanhar o Convênio MMA/Governo do Estado elaborou o

documento intitulado “Bahia – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - Estudos Preliminares para Soluções Regionalizadas e Integradas em Resíduos Sólidos, Custos de Investimentos”, o qual foi enviado para o MMA em fevereiro de 2008.

Posteriormente, no mês de abril de 2009, a SEDUR recebeu convite do Ministério das Cidades – MCidades e Ministério do Meio Ambiente – MMA para participar de reunião em Brasília, cujo objetivo foi validar a proposta do Estado referente à priorização das Regiões 2 – Unidade de Gestão Regional de Bom Jesus da Lapa, composta de 32 municípios, e Região 4 – Unidade de Gestão Regional de Paulo Afonso, composta de 18 municípios, para elaboração de projetos na área de destinação final de resíduos de forma regionalizada.

É importante ressaltar que o MCidades aprovou a inclusão de arranjos com alguns municípios fora da BHRSF, desde que haja também a contrapartida do Estado na disponibilidade de recursos voltados para a elaboração destes projetos. Assim, definiu-se que recurso disponibilizado pelo MCidades seria de R\$ 1,4 milhão, sendo que a contrapartida do Estado está em fase de definição.

A SEDUR está firmando contrato com a CEF para elaboração destes projetos, que foram validados preliminarmente para as Prefeituras dos municípios contemplados.

### **Planejamento e Infraestrutura para Resíduos Sólidos na Chapada Diamantina**

Em virtude da prioridade de ações na área de resíduos sólidos terem sido focalizadas para a área da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, ao longo de 2009, não foram realizadas ações relevantes na Chapada Diamantina, exceto o apoio do Governo do Estado a pleitos oriundos de diversos municípios, os quais estavam relacionados com a elaboração de projetos de destino final de resíduos sólidos, sob a diretriz de arranjos regionais possíveis de compartilhamento. Neste sentido, está sendo elaborado um plano de gestão integrada de resíduos sólidos, assim como realiza-se a seleção de áreas para destino final e projeto executivo de aterro sanitário de pequeno porte para os municípios de Andaraí, Baixa Grande, Barra da Estiva, Ibiquera, Marcionílio Souza e Piritiba, to-

dos pertencentes à Região de Gestão Integrada de Desenvolvimento da Chapada de Diamantina.

Adicionalmente, como a estratégia do Governo do Estado é ampliar as ações voltadas para a gestão associada e regionalizada para outras regiões da Bahia, definiu-se que a Chapada Diamantina será a próxima região a ser contemplada com um Plano Regional de Saneamento – Componente Resíduos Sólidos. Planeja-se envolver 38 municípios integrantes da Região de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano da Chapada Diamantina, agregando uma população total de 664.650 habitantes, os quais estão distribuídos nos seguintes municípios: Abaíra, Andaraí, América Dourada, Baixa Grande, Barra da Estiva, Boa Vista do Tupim, Boninal, Bonito, Cafarnaum, Iaçú, Ibicoara, Ibitiara, Ibiquera, Iraquara, Iramaia, Itaeté, Itaberaba, Jussiapé, Lajedinho, Lençóis, Macajuba, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Mulungu do Morro, Mundo Novo, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Piritiba, Rio de Contas, Ruy Barbosa, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga e Wagner.

Também há o acompanhamento do Programa Nascentes do Paraguaçu e a participação na Comissão Gestora de Resíduos Sólidos dos municípios de Lençóis, Palmeiras e Ibicoara.

### **Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos do Município de Cipó e Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

O município de Cipó, após solicitação da Prefeitura, recebeu o apoio do Governo do Estado para a elaboração do projeto executivo de aterro sanitário, cuja construção do equipamento de pequeno porte, incluindo central de tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos, já está garantida através de convênio firmado com a Funasa no valor de R\$ 463 mil. A solicitação da Prefeitura é justificada por conta da larga experiência do Estado na implantação de aterros convencionais e simplificados.

### **Outras ações direcionadas para resíduos sólidos**

As ações a seguir foram realizadas pelo Governo do Estado no ano de 2009:

- Requalificação dos sistemas de resíduos sólidos - Estão em curso a elaboração de Planos de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos de Piritiba, Baixa Grande, Andaraí, Barra da Estiva, Ibiquera e, Marcionílio Souza, além de Cairu e Maraú;
- Recuperação e Gestão do Aterro Sanitário Ilhéus/Uruçuca - A inexistência de gestão adequada transformou este aterro, construído e repassado à prefeitura em 2005, em lixão. Em 2009, com recursos de R\$ 137 mil, o Governo do Estado desenvolveu ações de apoio à prefeitura com o objetivo de requalificá-lo física e gerencialmente. A requalificação do aterro assenta-se em três eixos fundamentais: estruturação social, requalificação da infraestrutura e desenvolvimento de um modelo de gestão;
- Apoio à Formação de Cooperativas de Catadores de Resíduos - Este projeto destina-se a apoiar os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis em atividade. Atende diretamente 600 trabalhadores, com benefícios indiretos a 2.800 pessoas. Em 2009, o projeto apoiou a 5ª campanha de realização do “O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente – Carnaval de 2009”, através da aquisição de 1.100 botas e 800 bolsas para transporte de materiais didáticos, representando um custo de R\$ 33 mil;
- Implantação do Centro de Estudos e Referência em Resíduos Sólidos - A implantação do Centro de Estudos e Referência em Resíduos Sólidos, que constitui um espaço de comunicação e disseminação de informações para subsidiar e fortalecer a base do conhecimento, tem como meta contribuir diretamente para o desenvolvimento do conhecimento sobre tecnologias apropriadas para a destinação final de resíduos sólidos no Estado da Bahia, produzindo informações qualificadas para formulação de políticas sobre a sustentabilidade ambiental e social.

### **Visitas técnicas**

Visando promover uma troca de informações e ao mesmo tempo capacitar a equipe que atua na área de resíduos sólidos, o Governo do Estado vem realizando algumas visitas técnicas envolvendo localidades que realizaram projetos bem-sucedidos na área de



resíduos sólidos, principalmente de destinação final, reciclagem e consolidação de consórcios públicos.

Essa prática tem como principal benefício ampliar o conhecimento de novas tecnologias, assim como da rede de relações com outras instituições, as quais poderão contribuir com as ações do Governo do Estado nessa área.

Ao longo de 2009, foi realizada visita técnica à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, com sede em Fortaleza – Ceará, a qual incluiu vistoria nas instalações de uma Unidade de Beneficiamento de Casca de Coco, localizada em Morgado – Paripaba – CE.

Esta visita, realizada em julho de 2009, teve o objetivo de receber orientações dos técnicos da Embrapa quanto à implantação de uma usina similar no Estado da Bahia, como parte das ações de inovação tecnológica para o saneamento que vêm sendo realizadas.

Considerando que a Embrapa possui larga experiência no assunto, caracterizando-se com um referencial nacional nesse tipo de conhecimento, a visita permitiu identificar alternativas tecnológicas, assim como prever infraestrutura, equipamentos, áreas de depósito temporário e outros elementos necessários para a implantação de Usina no Estado da Bahia.

### **Programa de coleta seletiva em prédios públicos – Recicle Já Bahia**

Esse Programa, que foi iniciado em 2008, visa a ampliação da coleta seletiva em prédios públicos da administração estadual, minimizando impactos negativos gerados com o descarte indevido de resíduos. Ele faz parte da ação Coleta Seletiva em Órgãos Públicos Estaduais da Região Metropolitana do Salvador – RMS, e é monitorada por um Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Avaliação do programa Recicle Já Bahia.

O modelo operacional proposto no Programa busca a valorização dos recicláveis (papel, papelão, plástico, vidro e metal) gerados nos departamentos dos órgãos públicos da RMS. O sistema contempla também o descarte seguro de resíduos contaminantes, a exemplo de lâmpadas fluorescentes e Óleos Gordurosos Residuais – OGR.

Neste sentido, o Governo do Estado tem colaborado com o Projeto OGR da Petrobras, o qual apóia cooperativas que atuam na coleta destes resíduos, reaproveitando-os para a produção de biocombustível.

Até outubro de 2009, 46 edificações do Centro Administrativo da Bahia já estavam inseridas no Programa Recicle Já Bahia, o que significa quase total adesão, restando apenas os prédios do DNOCS, da Assembléia Legislativa e da Escola Bolívar Santana.

Principais ações:

- Realização de ações de apoio para a implantação da coleta seletiva em mais quatro unidades;
- Realização de reuniões com equipes de limpeza e monitoramento do sistema implantado;
- Ampliação do Programa, inserindo-se novas instituições, tais como: Fundação Pedro Calmon – FPC; Disque Bahia Turismo, que funciona no prédio da Brasilgás; Juizados Especiais Federais; e Sine Bahia;
- Monitoramento dos sistemas implantados, quando foram visitadas 12 unidades do serviço público, dos quais oito no Centro Administrativo da Bahia – CAB e quatro em outros bairros de Salvador. Pode-se observar, durante esse monitoramento que algumas unidades tinham desativado o Programa.

Os resultados quantitativos associados ao Programa estão descritos a seguir:

De janeiro a agosto, a produção foi de 270,4 toneladas, o que resulta em uma produção mensal de 33,8 toneladas. No mês de agosto, a produção foi de 32 toneladas, um aumento de sete toneladas em relação ao mês anterior. Esse resultado é um reflexo da melhoria do desempenho de algumas unidades no CAB após o monitoramento, a exemplo da Secretaria da Saúde – SESAB, e comprova que o CAB continua sendo a maior fonte de oferta de papéis e papelões para as cooperativas, chegando a quase 50% de toda a produção coletada.

Os papéis e papelões continuam a representar o maior percentual de materiais recolhidos pelo Programa, chegando a 98% do total coletado de janeiro a agosto de 2009.

Os principais resultados socioambientais associados ao Programa são apontados abaixo:

- Economia de 1.302m<sup>3</sup> de espaço no Aterro Metropolitano Centro;

- Diminuição do corte de 5.318 árvores adultas;
- Economia de 5.318m<sup>3</sup> de água;
- Economia de 319.080 litros de combustível;
- Economia de 664.750kw/h de energia;
- Doação de 270,4 toneladas de materiais recicláveis a cinco cooperativas.

Em relação à descontaminação de lâmpadas fluorescentes, registra-se que nenhuma ocorrência desta natureza foi realizada em 2009, acumulando por isso um passivo de mais de 10 mil lâmpadas acumuladas em diversos prédios públicos, inclusive no Horto da Sucab. No entanto, vale ressaltar que Secretaria da Administração – SAEB e a Secretaria de Trabalho, Renda e Esporte – SETRE já contrataram uma empresa baiana para executar a descontaminação destas lâmpadas, buscando prevenir acidentes que possam acarretar um perigoso passivo ambiental.

### **Qualificação Profissional para Catadores de Materiais Recicláveis**

Ao longo de 2008, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, através do Instituto de Meio Ambiente – IMA, a SEDUR coordenou e acompanhou o Projeto de Capacitação Integrada dos Resíduos Sólidos direcionado para a implantação de Aterro Sanitário Regional, no Território de Irecê, o qual atenderá, de forma consorciada, os municípios de Central, João Dourado, Jussara, Lapa, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí.

O Projeto visa sensibilizar os gestores públicos, a sociedade civil e catadores de oito municípios para o manejo adequado dos resíduos sólidos, dando especial ênfase na coleta seletiva de resíduos sólidos, de maneira a promover a sustentabilidade social, econômica e ambiental das ações a serem implementadas na região.



Coleta Seletiva

Aristeu Chagas/Agecom

No âmbito desse Programa, as seguintes ações foram realizadas:

- Mobilização e Comunicação Social junto à população local;
- Seminário de Mobilização Inicial;
- Diagnóstico Social participativo que incluiu os cursos de Práticas em Coleta Seletiva; de Organização de Catadores de Materiais Recicláveis; além de subsídio para elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Seminário de Encerramento.

### **Apoio a Municípios na Gestão Municipal**

Ao longo de 2009, o Governo do Estado intensificou suas ações no sentido de estreitar o diálogo com os municípios, assim como contribuir com a capacitação dos gestores ambientais, principalmente em aspectos relacionados com a gestão associada, o que vem sendo feito através da realização de diversos eventos, tais como seminários, oficinas, palestras que abordam, principalmente, os princípios da gestão associada, apoiada na consolidação de consórcios públicos, tendo como base a Lei nº 11.107/05.

Neste sentido, estes eventos buscam disseminar, junto aos diversos municípios baianos, os princípios e diretrizes que regem as Leis Federal e Estadual de Saneamento, informando sobre o processo de formação de consórcios públicos que incluam a temática do saneamento, assim como sobre as ações referentes à regulação do setor, através da Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia – Coresab.

A seguir são listadas as principais ações relacionadas com eventos mencionados acima, realizadas ao longo de 2009:

- Realização e participação em reuniões regionais com gestores municipais das regiões de Cipó, Valença, Irecê, Jacobina, Juazeiro, Banzaê, Paulo Afonso, Feira de Santana, Jacuípe e Serrinha (ação contínua desde 2007);
- Realização do “Curso de Capacitação em Consórcios Públicos: Módulo I Aspectos Jurídicos”, voltado para gestores municipais e estaduais;
- Reunião Agenda Positiva do Saneamento e da Regionalização Integrada de Desenvolvimento.

- to Urbano para as Regiões da Chapada Diamantina, Irecê, Juazeiro, Baixo Sul e Jiquiriçá;
- Reunião de apresentação e discussão das ações estratégicas do Governo do Estado em relação a saneamento básico para os municípios atendidos através de Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (2009);
  - Elaboração de minuta de Protocolo de Intenções, documento base para a constituição de consórcios públicos (2008 e 2009);
  - Apresentação e discussão das Políticas de Saneamento Básico para os municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2009);
  - Apoio à formação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Sertão do São Francisco – CDS Sertão do São Francisco;
  - Apoio à formação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê – CDS Território de Irecê.

Adicionalmente, o Governo do Estado está formando um programa sistemático de cursos de capacitação dos municípios com foco na elaboração de Planos de Saneamento Municipais, instrumentos das Políticas Federal e Estadual que passarão a ser exigidos pelo Ministério das Cidades para liberação de recursos federais para os municípios.

Todas estas iniciativas são muito importantes, visto que, nas diversas instâncias municipais, ainda predomina no Estado uma cultura de isolamento entre os municípios no enfrentamento dos problemas crônicos do saneamento, em todos os seus componentes. Neste sentido, cabe ao Governo do Estado oferecer apoio às Prefeituras, orientando-as e capacitando-as, ao longo de todo este processo de mudança que o setor de saneamento vem vivendo.

Em sintonia com as ações do Governo Federal, em particular com aquelas que vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério das Cidades e do Meio Ambiente, o Governo do Estado tem também realizado diversas ações com foco no fortalecimento da cooperação federativa com o objetivo de apoiar os municípios no cumprimento de suas responsabilidades, em especial no que diz respeito ao manejo de resíduos sólidos, uma vez que este componente do saneamento básico apresenta muitas fragilidades em todo o Estado. Nesse sentido, estas ações também atendem ao princípio da regionalização,

estabelecido na Política Estadual de Saneamento Básico, buscando-se para isso viabilizar a constituição de consórcios públicos integrados, envolvendo diversos municípios de determinadas regiões.

Além disso, o Governo do Estado vem buscando garantir a captação de recursos e a adequação estadual às estratégias nacionais, as quais são coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA. Concretizando esta ação, foram estabelecidas parcerias com o MMA, Ministério das Cidades – MCidades e Ministério da Integração Nacional/Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

Importante também destacar que o Governo do Estado tem incentivado a gestão associada para os municípios atendidos pelos Sistemas Autônomos de Água e Esgotos – SAAE, visando fortalecer a atuação destas autarquias, que têm grande concentração na Bacia do São Francisco. Neste sentido, o Governo do Estado, através da SEDUR, firmou Termo de Compromisso nº TC/PAC 50003/08 com o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, no valor de R\$ 2,75 milhões, sendo R\$ 250 mil de contrapartida do Estado, para implantar em Juazeiro o Laboratório Regional de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano. Este Laboratório, que será gerido pelo futuro Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Sertão do São Francisco – CDS Sertão do São Francisco, abrigará a sede desta autarquia e atenderá uma população de aproximadamente 480 mil habitantes residentes nos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá e Canudos. Desta forma, será possível controlar e obter um padrão de qualidade da água produzida e distribuída de acordo com a legislação vigente.

### **Inovação Tecnológica para o Saneamento**

A sustentabilidade socioambiental, calcada na inovação tecnológica tem sido uma linha de atuação relevante, com o objetivo de implementar novas tecnologias de saneamento, com especial enfoque no uso racional da água em regiões semiáridas.

Adicionalmente, como a grande maioria das cidades do interior da Bahia não dispõe de sistemas de

esgotamento sanitário, isso requer uma racionalização do uso dos recursos de investimentos, como a adoção de tecnologias alternativas, a exemplo dos sistemas misto com tratamento em tempo seco e o reúso das águas residuais e pluviais.

As principais ações de inovação tecnológica direcionadas para o setor de saneamento em 2009 estão descritas a seguir:

- Articulações com a Universidade Federal da Bahia – Ufba, através do Instituto de Geociências, com a Cátedra Unesco de Sustentabilidade da Universitat Politècnica de Catalunya – UPC (Barcelona – Espanha), para consolidação de convênios de cooperação visando implantação do Parque Demonstrativo de Gestão Sustentável da Água na ETE de Vivendas - Irecê, com objetivo de utilizar águas residuais para fins agrícolas.

Com foco na consolidação desse convênio, foi realizado, no dia 23 de novembro de 2009, o 2º Seminário “Usos e reúsos da água: possibilidades e desafios”, que discutiu necessidades e alternativas direcionadas para o uso sustentável dos recursos hídricos no Estado da Bahia, com especial ênfase no reúso de águas residuais no semiárido baiano.

O Seminário pretendeu também dar continuidade às discussões que foram desenvolvidas no 1º Seminário, realizado em novembro de 2008, enfocando as iniciativas que vêm sendo adotadas no âmbito do Estado, assim como as iniciativas já em curso na Espanha e Europa.

O evento contou com a participação da Cátedra Unesco de Sustentabilidade da Universitat Politècnica de Catalunya – UPC (Barcelona – Espanha) abordando, tanto a realidade dos países latino-americanos, como a realidade baiana, com foco especial no semiárido baiano, sob a perspectiva de implantação do Parque Demonstrativo de Reúso de Águas Residuais no Município de Irecê - Bahia.

Realização, no período de 08 a 10/07/09, em parceria com a Uefs, do Encontro Nacional sobre Aproveitamento de Resíduos da Construção Civil – Enarc, o qual teve como um dos focos principais a discussão de alternativas tecnológicas para a implantação do incremento de 1.615 novas localidades (povoados) do Estado da Bahia. Isto sig-

nifica que 63% dos povoados baianos inexistiam no cadastro anterior.

- Projeto preliminar visando a implantação da Usina de Resíduo de Construção e Demolição – RCD do Estado da Bahia.
- Elaboração do projeto executivo, em parceria com a Conder, com foco na implantação do Projeto de infraestrutura da Vila de Poças – Conde, o qual adota um padrão de sustentabilidade que inclui captação de águas pluviais com aproveitamento e reúso e de esgotos. Esse será caracterizado como piloto na aplicação dos princípios do ecossaneamento. O projeto deverá ser implantado em 2010, com previsão de conclusão em 2011.

O Governo do Estado vem buscando implementar ações integradas, articuladas com os órgãos vinculados à SEDUR, com vistas ao atendimento dos princípios que norteiam a criação das cidades sustentáveis. Nesse sentido, existe uma mobilização inicial para criação de Núcleo de Soluções Tecnológicas Sustentáveis – NSTS. Esse Núcleo tem como objetivo criar uma dinâmica permanente de atuação, de forma a viabilizar a elaboração, implantação e a disseminação de projetos sustentáveis, incorporando seus princípios nas práticas adotadas pelos órgãos.

### **Gestão Ambiental de Sistema de Saneamento**

O Governo do Estado, através da Embasa, vem dando continuidade aos trabalhos de regularização ambiental dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando a obtenção das licenças dos sistemas cuja operação teve início antes da Lei Estadual de Meio Ambiente de 1981.

Encontra-se em análise no Instituto de Meio Ambiente – IMA os processos de licenciamento ambiental de 30 Sistemas de Abastecimento de Água – SAA e 38 Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES, além dos sistemas de reservação e distribuição das zonas de abastecimento atendidas por três Unidades Regionais.

Em 2009, foram solicitadas ao Instituto de Meio Ambiente – IMA 70 novas licenças entre localização, implantação, operação e simplificada; foram concedidas 32 licenças ambientais referentes a processos de licenciamento formados em 2009 e anos anteriores. Dentre as obras de Esgotamento

Sanitário licenciadas, destacam-se os sistemas que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Guanambi, Cachoeira e em Teixeira de Freitas.

Foram concedidas, em 2009, pelo Instituto de Gestão das Águas e Clima-Ingá, 26 outorgas, sendo 22 para abastecimento de água e quatro para lançamento de efluentes de sistemas de esgotamento sanitário. Pela Agência Nacional de Águas – ANA, foi concedida uma outorga para lançamento de efluentes.

Foram elaborados, no ano de 2009, 11 processos para solicitação de Supressão de Vegetação em áreas onde serão implantadas obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

### **Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD**

Em 2009, foi elaborado um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD para corrigir voçorocas no município de Barra do Pojuca e 13 projetos de cinturão verde referentes às áreas das Estações de Tratamento de Esgoto de Guanambi, Itaparica, Madre de Deus, Sauípe, Euclides da Cunha, entre outros.

### **Programa de Monitoramento Ambiental – PMA**

O Programa visa avaliar a situação atual de cada um dos mananciais utilizados pela Embasa e implantar instrumentos de gestão dos recursos hídricos que permitam um controle rápido e eficaz de avaliação da qualidade das águas. Para isto, são analisados o Índice de Qualidade da Água – IQA do monitoramento dos mananciais que abastecem Salvador e a Região Metropolitana, compreendendo as bacias hidrográficas dos rios do Cobre, Ipitanga (Represas Ipitanga I, II e III), Jacuípe (Represa Santa Helena), Joanes (Represas Joanes I e II), Paraguaçu (Represa Pedra do Cavalo).

### **Outras Iniciativas e Projetos**

#### **Controle de Perdas**

Implantado em 2005, em Ilhéus, o Com+Água, um dos principais projetos do Programa de Modernização do Setor Saneamento, do Ministério das Cidades, trouxe resultados positivos no com-

bate a perdas de água, com a queda expressiva em perdas totais (reais e aparentes) de 72%. Os bons resultados permitiram um aumento gradual do volume disponibilizado de água tratada na área, desde o início da operação do projeto.

As perdas reais — vazamentos em redes, ramais e extravasamentos dos reservatórios — caíram, entre 2006 e 2008, de 103.000m<sup>3</sup> para 41.000m<sup>3</sup>, uma redução de 60%. Também foi detectada uma queda no volume de perdas aparentes causadas por ligações clandestinas, *by pass* (“gatos”), hidrômetros danificados e erros de leitura, de 108.000m<sup>3</sup>, em 2006, para 16.000m<sup>3</sup> em 2008, representando uma economia de 85%.

Recentemente, o Governo do Estado foi classificado em primeiro lugar por conta da mobilização social do Com+Água que a Embasa vem fazendo. A Embasa ficou entre as dez empresas brasileiras de saneamento que fazem parte do programa.

Depois dos resultados positivos do Com+Água em Ilhéus, a Embasa resolveu disseminar as diretrizes do projeto para os municípios onde opera, na Região Sul. Desde o início de 2009, os sistemas de Nazaré, Paramirim, Ubaitaba, Ubatã, Itamaraju e Livramento de Nossa Senhora já desenvolvem as ações previstas pelo projeto, como diagnóstico de perdas de água, mobilização social através de palestras, participação em feiras de saneamento, além de melhorias operacionais, como substituição de redes, implantação de hidrômetros em 100% das ligações, instalação de macromedidores, entre outras.

### **Referência Nacional em Eficiência Energética**

A Embasa foi eleita referência nacional com o projeto de eficiência energética implantada no Parque da Bolandeira. Os índices de redução no consumo de energia elétrica e de otimização operacional do processo de tratamento da água foram decisivos para destacar a empresa no setor Saneamento. O título é resultado da convocação da Chamada Pública (001/2004) de Projetos de Conservação e Uso Racional de Energia e Água no Setor de Saneamento Ambiental — Procel/Saneam —, promovido pela Eletrobrás e pelo Ministério das Cidades.



Com este projeto, a Embasa economizou além das expectativas: a redução do consumo superou em 258% o que estava previsto. Inicialmente, os técnicos estimaram uma economia de 1.139 megawatts hora/ano e o atingido foi 4.083 mwh/ano. Isso equivale a uma redução de 30% no consumo de energia nesta unidade operacional da empresa e uma economia anual da ordem de R\$ 650 mil relativa às despesas com esse insumo.

Os bons resultados foram atingidos graças a intervenções elétricas e hidráulicas no Parque da Bolandeira, onde se encontram duas Estações de Tratamento de Água — Teodoro Sampaio e Vieira de Mello, responsáveis por 40% do abastecimento de água de Salvador.

Todas as companhias estaduais concorreram e somente dez tiveram os trabalhos credenciados. Das credenciadas, apenas quatro foram classificadas, e o projeto da Embasa foi escolhido como referência.

### **Sociedade**

Em 2005, foi instituída pelo Governo da Bahia uma tarifa social no intuito de estabelecer um preço acessível para o consumo de água tratada nas comunidades de baixa renda, beneficiando as pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família. No ano de 2009, existem mais de 271 mil famílias cadastradas na Tarifa Social. A Embasa aplica uma Tarifa Filantrópica diferenciada em entidades filantrópicas da capital e interior baianos. As contas são reduzidas em até aproximadamente 60% do valor que seria cobrado com a tarifa comercial.

Em 2009, o total de pessoas atendidas ou participantes das práticas sociais, ambientais e sanitárias promovidas pela empresa foi de 107 mil pessoas.

Foram realizados eventos de interação e divulgação dos trabalhos e produtos da Empresa, como feiras e caminhadas ecológicas, além de eventos culturais, como teatro e cinema; e diversas campanhas e programas institucionais em parceria com outros órgãos.

### **Programa Jovem Aprendiz**

O Governo do Estado instituiu o Programa Jovem Aprendiz, uma importante ação de Responsabilidade Social da Embasa, implementada através da parceria entre Voluntárias Sociais, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac e Ministério Público, que visa incentivar a permanência de adolescentes em sala de aula e proporcionar conhecimentos específicos ao desenvolver habilidades básicas e competências de modo a facilitar a futura inserção no mercado de trabalho. Em 2009, atuaram na empresa 254 aprendizes.

### **Convênio Embasa / Centro de Surdos da Bahia – Cesba**

O projeto Eficientes Especiais se caracteriza pela parceria Embasa – Centro de Surdos da Bahia (Cesba), cujo papel do Governo do Estado é oferecer treinamento, oportunidade de inclusão social e aquisição de renda a deficientes auditivos. Essa parceria existe desde 1985, quando contava com a participação de três eficientes especiais. Atualmente, a parceria conta com 80 eficientes especiais.

### **Programa Aceleração Escolar**

O Programa de Aceleração Escolar está voltado para a conclusão dos Ensinos Fundamental I, II e Ensino Médio dos colaboradores da Embasa com objetivo de aumentar o nível de escolaridade, com integração da educação básica à educação profissional. O Governo do Estado, neste programa, conta com a parceria do Serviço Social da Indústria – Sesi e, em 2009, possuía 90 alunos.

### **Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas**

Em 2007, o Governo do Estado iniciou um trabalho mais efetivo com relação ao manejo de águas pluviais como um dos componentes do saneamento básico, atendendo às diretrizes da nova Lei de Saneamento.

Após uma primeira avaliação da situação de drenagem no Estado, através de um diagnóstico pre-

<sup>16</sup> Cerca de 211 sedes municipais do Estado (um pouco mais da metade do total das sedes municipais), segundo o PNAD 2000, possuem rede de drenagem, e em todas elas são veiculados esgotos sanitários.

liminar com proposta de hierarquização de intervenções prioritárias em manejo de águas pluviais, em cidades com mais de 50 mil habitantes e em dez cidades menores em situação precária no interior do Estado, conclui-se pela necessidade de elaboração de um Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário<sup>16</sup>, priorizando as cidades do interior ainda sem intervenção em programas como o PAC.

Com tal finalidade, foi elaborado o Termo de Referência e lançado o edital correspondente, que traça as diretrizes para buscar as soluções e organizar o atendimento da enorme demanda de ações nesses serviços, encaminhadas pelos municípios ao Governo do Estado. Possibilita também uma visão real da situação nas cidades do Estado, contemplando os aspectos técnico, econômico, social e ambiental, de forma a definir prioridades e hierarquizar ações.

O contrato para elaboração deste Plano já foi assinado e os serviços começaram em 16 de outubro de 2009. Neste foco, serão tratadas as sedes municipais agrupadas regionalmente, conforme as Regiões de Desenvolvimento Sustentável - RDS<sup>17</sup>, excluindo a Região Metropolitana de Salvador.

Visando ainda o emprego de novas tecnologias e processos de saneamento apropriados, considerando as peculiaridades locais e regionais, o Governo vem utilizando sistemas mistos (parte com rede unitária - coleta de águas pluviais e esgotos em um único sistema; e parte com rede separadora) para municípios do semiárido, com tratamento em tempo seco, além de alternativas de reúso de efluentes. Com esse objetivo, já foram elaborados projetos pilotos com utilização de sistemas mistos e reúso planejado dos efluentes, depois de tratados, em irrigação para plantio nas cidades de Anagé e Paripiranga. Em continuidade a essa premissa, elaborou-se também os projetos de Capela do Alto Alegre, Ruy Barbosa e Jaguarari.

Foi preparado também o Termo de Referência e lançado o edital para elaboração do projeto básico integrado de drenagem urbana e urbanização da

margem do rio urbano de Cochó, para a cidade de Seabra.

No que se refere aos projetos de macrodrenagem, a decisão do governo de construir uma via expressa de uso compartilhado para o transporte de cargas ao Porto de Salvador e a criação de um novo acesso à cidade consolida-se com a conclusão do projeto básico da Via Expressa Baía de Todos os Santos, com a participação ativa desse Grupo de Trabalho.

O Ministério das Cidades, através do Programa Drenagem Urbana Sustentável, selecionou a cidade de Lauro de Freitas para repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU (PAC Drenagem).

### **Gestão Democrática e Participativa do Saneamento Básico**

Na área de Saneamento Básico a gestão democrática e participativa tem se consolidado principalmente pela atuação da Câmara Técnica de Saneamento no âmbito do Conselho Estadual das Cidades - ConCidades/BA.

Criada em consonância com um dos princípios das Leis Federal e Estadual de Saneamento – o controle social possui 22 membros que representam os diversos segmentos sociais envolvidos nas ações relativas ao saneamento básico do Estado da Bahia e sua atuação tem permitido a efetiva participação da sociedade na definição das políticas públicas de saneamento básico no Estado da Bahia, refletindo positivamente na vida do povo baiano. A partir de reuniões mensais, discutem-se temas relacionados com as ações do Governo do Estado e com as demandas da sociedade.

No intuito de promover a participação social, foi também criada o GT Interinstitucional para acompanhamento do convênio 0002/2007 SEDUR/MMA, o qual tem como objetivo contribuir com a elaboração do Plano de Gestão Resíduos Sólidos do Estado da Bahia, abrindo assim espaço para uma ampla participação social ao longo de todo o processo de elaboração dessa Política.

<sup>17</sup> A SEDUR está organizando os trabalhos por RDS – Regiões de Desenvolvimento Sustentável – em caráter experimental, ou outra divisão regional, a ser adotada oficialmente pelo Governo do Estado.

## **Sistema Estadual de Informações em Saneamento**

O Governo do Estado, através da SEDUR, está elaborando um sistema de informações georreferenciadas que engloba as atividades relacionadas com o Saneamento Básico, Habitação e Desenvolvimento Urbano. O diagnóstico dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana no Estado da Bahia representam o primeiro passo para garantir a universalização destes serviços.

Esse sistema de informações está sendo adaptado para emprego de ferramentas que possibilitarão o acesso de forma integrada ao sistema geral de informações do Estado em articulação com o Sistema Nacional de Informações de Saneamento – Sinisa.

## **Saneamento Integrado à Habitação e ao Desenvolvimento Urbano**

A ocupação irregular do espaço urbano, que ocorre principalmente em áreas precárias de Salvador com uma adensada aglomeração habitacional sobre as áreas de vales e canais, dificulta a implantação de sistemas de esgotamento sanitário ou até inviabiliza a realização de obras de drenagem pluvial, exigindo portanto soluções criativas e inovadoras. Neste sentido, qualquer obra a ser realizada nestas áreas precisam ser planejadas de forma integrada, uma vez que elas requerem intervenções de reordenamento do uso do solo, recuperação de áreas degradadas, desocupação de canais e fundo de vales, execução de drenagem e criação de vias de acesso, para então poder viabilizar a implantação do sistema de esgotamento sanitário.

Uma das ações relevantes realizadas em 2009, associada ao Saneamento Integrado, à Habitação e ao Desenvolvimento Urbano, foi o trabalho conjunto que envolveu SEDUR, Ministério Público Estadual - MPE, Embasa, Conder, SEMA, Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga, Prefeitura Municipal de Salvador e moradores, visando responder à demanda de abastecimento de água da comunidade que vive no bairro Cassange, localizado no entorno da represa do rio Ipitanga, situada no limite dos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho.

## **Apoio Institucional**

### **Apoio a Municípios em obras e ações de Saneamento Básico**

O Estado vem prestando assistência técnica a diversas prefeituras no encaminhamento de suas demandas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais, tanto para a inserção destes pleitos no PAC como para o aprimoramento das concepções de projeto e encaminhamento de soluções pela Embasa e prefeituras, objetivando a obtenção de recursos necessários à execução das obras através dos prestadores dos serviços.

Em 2009, referente a abastecimento de água, esgotamento sanitário e/ou drenagem pluvial urbana, foram recebidos cerca de 315 processos originários de 293 municípios, contendo, ao todo, cerca de 345 solicitações, sendo todas elas previamente analisadas e efetuados os encaminhamentos aos órgãos do Governo responsáveis para informações e/ou soluções, organizadas por Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano.

Dentre as avaliações, estudos e assessoramentos realizados, destacam-se:

- Elaboração do escopo para o Projeto Executivo do Sistema de Abastecimento de Água da área denominada Vetor Ipitanga (Fazenda Cassange), abrangendo os municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho;
- Gerenciamento das ações para efetivação dos Convênios PAC-Funasa;
- Relatório Técnico Situacional do Sistema de Drenagem e Esgotamento Sanitário da Cidade de Itabuna;
- Estudo de Concepção e Pré-dimensionamento para Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades de Pequeno Porte no Município de Morro de Chapéu.

### **Apoio ao Saneamento Rural, com ênfase na Central de Associações Comunitárias para Manutenção dos Sistemas de Saneamento**

Muitas populações que ocupam as áreas rurais do Estado ainda sofrem com o abastecimento de água e esgotamento sanitário, em especial aquelas localizadas na região semiárida. As dificuldades inerentes às condições climáticas adversas, aliadas à carência

de condições adequadas de saneamento, causam um permanente êxodo dos habitantes, principalmente os mais jovens, em direção à periferia das grandes cidades brasileiras.

Ao longo de 2009, a SEDUR priorizou a implantação, a melhoria e a ampliação de sistemas de água e esgoto em comunidades carentes da zona rural, em especial aquelas localizadas no semiárido baiano. A escolha das localidades beneficiadas leva em consideração os altos índices de mortalidade infantil e de doenças de veiculação hídrica das populações ali residentes, de comunidades quilombolas e aldeias indígenas que não contam com o abastecimento de água potável ou que possuem sistemas que permanecem desativados por não dispor de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

Neste sentido, o Governo do Estado vem buscando fortalecer as Centrais de Associações Comunitárias para Manutenção dos Sistemas de Saneamento, situadas nos municípios de Seabra e Jacobina.

As centrais são entidades sem fins lucrativos, fundadas a partir da união de associações comunitárias que surgiram a partir da necessidade de uma solução definitiva para a gestão sustentável de sistemas que antes apresentavam um alto índice de perdas dos equipamentos. A entidade situada em Seabra conta atualmente com 55 associações filiadas e a de Jacobina, com 22.

O Programa de Apoio às Centrais de Associações Comunitárias para Manutenção dos Sistemas de Saneamento adota o modelo de gestão descentralizada, no qual as comunidades, através de suas associações, são diretamente responsáveis pela administração do serviço local de saneamento básico, com o apoio do município.

Ao longo de 2009, foi oferecido apoio para a melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e implantação de novos sistemas, além de capacitação de lideranças comunitárias em gestão e operação destes sistemas. A execução destas ações favorece o fortalecimento, requalificação e replicação do modelo de gestão comunitária associada de serviços de saneamento no meio rural. Para o cumprimento destas ações, foi firmado convênio Nº 002/2009 no valor de R\$ 10,14 milhões.

O Governo do Estado viabilizou também o Convênio 052/2009 entre a Central de Jacobina e a Cerb, visando a construção da sede da Central de Jacobina com o saldo dos recursos do banco alemão KfW. As obras já foram iniciadas, com previsão de 120 dias para sua conclusão.

As principais ações realizadas em 2009 na área rural estão listadas a seguir:

- Início da construção da sede da Central de Jacobina, tendo sido obtida a permissão do Banco Alemão KfW para utilização do saldo dos recursos financeiros do Acordo Brasil Alemanha;
- Melhorias e ampliação de sistemas de saneamento básico em comunidades de pequeno porte através do convênio SEDUR/Cerb nº 064/04;
- Viabilização, fiscalização e acompanhamento do convênio nº 002/2009 SEDUR/Cerb, tendo como objetivo a implantação e recuperação de sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, construção de melhorias sanitárias domiciliares, perfuração de poços subterrâneos, construção de cisternas para captação de águas pluviais, mobilização e desenvolvimento comunitário. Investimento de R\$ 10 milhões, atendimento a 48 localidades em 23 municípios e prazo de 24 meses (previsão de conclusão 2011).

## **Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**

### **Ações de Educação Ambiental**

Os processos e as ações educativas visam contribuir para que, diante das questões ambientais e, em especial, de saneamento, as pessoas aumentem suas possibilidades de acesso, uso e produção de conhecimentos, fortaleçam suas habilidades, compartilhem saberes, adquiram competências e reformulem valores, princípios, hábitos e atitudes.

A existência da Câmara Técnica de Saneamento e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA/BA colabora com a Política Estadual de Educação Ambiental do Estado, mantendo os diversos segmentos sociais informados das diretrizes primordiais associadas com prática da educação ambiental.

Em 2009, mereceu destaque a coordenação e execução do Curso de Educação Ambiental, Agenda 21 e

Sustentabilidade do Quilombo da Lagoa da Paixão, em Salvador, o qual teve o objetivo de levar os participantes a refletirem sobre os problemas ambientais locais, de forma a motivá-los a agir e interferir sobre a realidade ambiental da sua comunidade e do seu entorno.

Os seguintes conteúdos foram abordados neste curso, do qual participaram mais de 50 pessoas: Módulo I – Cidadania Ambiental; Módulo II – Ambiente local; Módulo III – Saneamento Ambiental; Módulo IV – Conservação Ambiental; Módulo V – Saúde Ambiental; Módulo VI – Metodologia para trabalhar Educação Ambiental; Módulo VII – Legislação Ambiental; Módulo VIII – Agenda 21 do pedaço; Módulo IX e X – Formação Política.

### **Gestão Associada Para Serviços Públicos de Desenvolvimento Urbano**

#### **Estudo de Cenários para Regionalização do Setor Saneamento**

O Governo do Estado preconiza o modelo institucional de desenvolvimento interiorizado e participativo, adotando um modelo de regionalização que considerou, na sua concepção, a institucionalização dos Territórios de Identidade, as bacias e sub-bacias hidrográficas, as regiões administrativas de operação da Embasa, os municípios com sistemas autônomos de água e esgoto as interfaces de possibilidades de soluções compartilhadas de resíduos sólidos.

Seguindo essa diretriz, estudos apontaram um novo desenho para a regionalização planejada, possibilitando a gestão associada e a regulação dos serviços de saneamento básico. O foco dos estudos foi ampliado para além do saneamento básico, integrando setores como habitação, gestão territorial e mobilidade urbana.

Os consórcios municipais também tiveram seu escopo ampliado para ações no âmbito da agricultura, estradas, educação, turismo, segurança e outras demandas, chegando ao novo modelo dos Consórcios Regionais de Desenvolvimento Sustentável – RDS. Aproveitando todo esse histórico de elaboração de critérios e realização de estudos para a escolha do cenário ideal da regionalização para o novo modelo de gestão associada, integrando diversos setores de atuação governamental, foi formulada uma base única de regionalização, considerando os Territórios de

Identidade e as Regiões de Desenvolvimento Urbano para estas Regiões de Desenvolvimento Sustentável, com uma configuração que corresponde a 25 regiões no Estado, estando em curso dez ações de implantação de consórcios nestas RDS.

### **UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DE ENERGIA ELÉTRICA**

#### **Programa Luz Para Todos**

Para o crescimento econômico do Estado, é de fundamental importância a existência de energia elétrica suficiente para garantir o equilíbrio entre a demanda e a oferta nos setores residencial, comercial e industrial. Neste sentido, a SEINFRA vem desenvolvendo diversas ações, especialmente no que se refere à participação do Estado no Programa Luz para Todos, tendo em vista a universalização do acesso e uso da energia elétrica na área rural, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e social de pessoas e localidades, bem como para a redução da pobreza no meio rural.

Na Bahia, no período de 2004 a 2009, foram realizadas 355.515 ligações, distribuídas em todo o território baiano, com investimentos de R\$ 1,9 bilhão, dos quais o Governo do Estado participou com R\$ 198 milhões a título de subvenção econômica, beneficiando 1,8 milhão de habitantes.

Apesar de todo o esforço desenvolvido pela União e pelo Estado, não foi possível atingir a meta global estabelecida inicialmente, que, até dezembro de 2008, era de 360.707. Por essa razão, o Governo Federal estendeu o prazo de execução do Programa para 2010 e ampliou a meta de domicílios a serem eletrificados para mais 100.376 ligações, com a edição do Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008.

Na Bahia, além das ligações já realizadas e as previstas para execução até dezembro de 2010, foram identificados mais de 235 mil domicílios rurais sem energia elétrica, que serão atendidos a partir de 2011, como novo termo de compromisso entre a União, o Governo Estadual e a Concessionária.

Para o exercício de 2009, foi previsto executar 60.376 ligações, com investimentos da ordem de R\$ 513,2 milhões. De janeiro a dezembro, foram realizadas 54.785 ligações, representando 90,7% do previsto, com investimento de R\$ 410,3 milhões.



Para cumprir com a cota sob sua responsabilidade, o Estado celebrou contrato com a Coelba para a execução de 9.359 ligações, integrantes da quinta etapa do Programa Luz para Todos – até 2010, que exige investimentos da ordem de R\$ 61,9 milhões, dos quais R\$ 52,6 milhões oriundos do Tesouro Estadual e R\$ 9,3 milhões da Concessionária.

Na Tabela 19 são indicadas as características das novas contratações efetivadas neste exercício, sendo 179 obras com tecnologia convencional de extensão de redes para viabilizar o atendimento a 4.880 domicílios e outras 384 obras, por sistemas de geração individual de energia solar, que beneficiarão 4.010 domicílios.

**TABELA 19**

**PROGRAMA LUZ PARA TODOS - ENERGIA CONVENCIONAL E SOLAR  
BAHIA, 2009**

PROGRAMA LUZ PARA TODOS	OBRAS CONCLUÍDAS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
<b>Energia Convencional</b>			
Quantidade de obras (unidades)	19	160	179
Ligação de energia elétrica em domicílios (unidades)	303	4.577	4.880
<b>Investimento (R\$ 1.000,00)</b>	<b>2.216</b>	<b>39.304</b>	<b>42.221</b>
Estado (85%)	1.884	33.409	35.993
Coelba (15%)	332	5.896	6.228
<b>Energia Solar</b>			
Quantidade de obras (unidades)	24	360	384
Ligação de energia elétrica em domicílios (unidades)	559	3.451	4.010
<b>Investimento (R\$ 1.000,00)</b>	<b>2.986</b>	<b>16.766</b>	<b>19.751</b>
Estado (85%)	2.538	14.251	16.788
Coelba (15%)	448	2.515	2.963

Fonte: SEINFRA/Supec/Diren

### Energia Elétrica para o Programa de Subsídio à Habitação – PSH

Sendo prioridade do Governo do Estado fazer mais para quem mais precisa, e visando ampliar os efeitos positivos da ação governamental no âmbito do desenvolvimento da infraestrutura social, a SEINFRA, em apoio ao Programa de Subsídio à Habitação – PSH, vem desenvolvendo ações, na área de energia elétrica, para viabilizar o necessário atendimento a domicílios localizados em áreas urbanas, integrantes do Programa, e em outras áreas de baixa renda, em parceria com as prefeituras e com a Coelba.

No exercício de 2009, o PSH contemplou um total de 14 obras, atendendo a 1.109 domicílios, beneficiando diretamente 5.545 habitantes em oito municípios baianos, representando um investimento de R\$ 1,2 milhão, sendo que R\$ 259 mil referentes à partici-

pação financeira do Estado e R\$ 982 mil correspondentes à participação da Concessionária, conforme apresentado na Tabela 20.

### Energia Elétrica em Áreas Urbanas e Rurais

Para as populações de baixa renda, com domicílios localizados em áreas periféricas das sedes municipais e em zonas rurais, não contempladas pelo Programa Luz para Todos, foi aplicado, em 2009, um volume de recursos da ordem de R\$ 6,4 milhões, sendo que, deste montante, R\$ 4,5 milhões são referentes à participação do Governo do Estado e o restante da Coelba e de terceiros.

Em 2009, foram concluídas 57 obras, ligando 372 domicílios, beneficiando diretamente uma população de 1.860 habitantes, estando em andamento 46 obras que irão atender a 421 casas, Tabela 21.

**TABELA 20**

**PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO - PSH  
BAHIA, 2009**

DESCRIÇÃO	OBRAS CONCLUÍDAS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
Quantidade de obras (unidades)	10	4	14
Rede de distribuição (km)	3,8	5,8	9,6
Implantação de postes (unidades)	310	118	428
Ligação de energia elétrica em domicílios (unidades)	762	394	1.156
<b>Investimento (R\$ 1.000,00)</b>	<b>837</b>	<b>404</b>	<b>1.241</b>
Estado	154	105	259
Coelba	683	299	982

Fonte: SEINFRA

**TABELA 21**

**ELETRIFICAÇÃO URBANA E RURAL  
BAHIA, 2009**

DESCRIÇÃO	OBRAS CONCLUÍDAS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
Quantidade de obras (unidades)	57	46	103
Rede de distribuição (km)	74,4	88,8	163,2
Implantação de postes (unidades)	1.127	1.064	2.191
Ligação de energia elétrica em domicílios (unidades)	372	421	793
<b>Investimento (R\$ 1.000,00)</b>	<b>3.606</b>	<b>2.821</b>	<b>6.427</b>
Estado	3.082	1.406	4.488
Coelba	485	1.327	1.812
Terceiros	39	88	127

Fonte: SEINFRA

### Iluminação Pública Eficiente

Visando apoiar as administrações municipais, o Governo do Estado contratou obras de expansão de sistemas de iluminação pública para contribuir com os aspectos de segurança na trafegabilidade de veículos e de cidadãos, e para elevar os índices de eficiência energética dos municípios contemplados. Foram contratadas 69 obras, estando 21 concluídas e 48 em andamento, representando um investimento

de R\$ 5,2 milhões, conforme pode ser observado na Tabela 22.

Em edificações pertencentes ao Governo Estadual, no âmbito do Programa Compromisso Bahia, que é uma parceria da SEINFRA, SAEB e Coelba e tem como principal foco a redução das despesas de consumo de energia elétrica, foram implementadas, neste exercício, as primeiras ações para alcançar a eficiência energética.

**TABELA 22**

**MELHORIA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
BAHIA, 2009**

DESCRIÇÃO	OBRAS CONCLUÍDAS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
Quantidade de obras (unidades)	21	48	69
Rede de distribuição (km)	11,9	60,2	72,1
Implantação de postes (unidades)	262	1.214	1.476
Luminárias	601	1.506	2.107
<b>Investimento (R\$ 1.000,00)</b>	<b>1.124</b>	<b>4.045</b>	<b>5.169</b>
Estado	916	3.553	4.469
Coelba	6	352	358
Terceiros	202	140	342

Fonte: SEINFRA

Envolvendo a eficiência dos sistemas de iluminação e *retrofit* dos sistemas de ar condicionado, com investimentos de R\$ 850 mil oriundos do Programa de Eficiência Energética – PEE (Quadro 5), foram realizadas intervenções nas unidades selecionadas: Secretaria da Administração – SAEB, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria da Saúde – SESAB, Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – Derba e no prédio da Governadoria.

## INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA

### Sistema de Subtransmissão da Região Oeste

Dando continuidade às ações do Governo do Estado na área de infraestrutura energética, houve a execução de obras que viabilizarão a

expansão da oferta de energia elétrica a uma larga faixa territorial situada no Oeste da Bahia, compreendendo os municípios de Cocos, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, com investimentos da ordem de R\$ 84,9 milhões, cuja cota de responsabilidade do Estado é estimada em 10%, dos quais R\$ 2,9 milhões já foram efetivamente desembolsados.

Essas obras tornarão possível o suprimento de energia elétrica a grandes projetos agroindustriais e a áreas irrigadas do cerrado, especialmente as plantações de café, soja e cana de açúcar, que poderão triplicar a produção agrícola da região.

Encontram-se concluídos os projetos eletromecânicos de 11 obras, sendo duas linhas de trans-

**QUADRO 5**

**EQUIPAMENTOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE EFICIENTIZAÇÃO DAS UNIDADES  
CONSUMIDORAS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL  
BAHIA, 2009**

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
<b>Efficientização dos Sistemas de Iluminação</b>	
Luminárias	588
Lâmpadas	9.610
Reatores	5.340
<b>Retrofit dos Sistemas de Ar Condicionado</b>	
Aparelhos de janela	156

Fonte: SEINFRA/Supec

missão, de tensão 138KV, totalizando 156,1km; seis subestações, das quais quatro novas e duas ampliações, totalizando 106,4MVA de potência ofertada e três linhas tronco de distribuição, que somam 214,6km de extensão.

Neste exercício, foi executada a obra do alimentador LD Rio do Meio – complementação, em tensão 34,5KV, com extensão de 27km.

Esse conjunto de intervenções nos sistemas de transmissão, quando concluído, permitirá a interligação de redes de distribuição integrantes do Programa Luz para Todos, viabilizando o atendimento a uma demanda reprimida de 8.850 domicílios rurais na Região Oeste do Estado e, por outro lado, viabilizará grandes projetos agroindustriais, com a utilização de técnicas de irrigação, em vias de instalação na Região, tais como Santa Colomba Agropecuária, Planalto Agropecuária, Fazenda Rio do Meio, que proporcionarão um incremento na produção de soja, algodão, café, cana-de-açúcar, etanol, entre outros.



Manu Dias/Agecom

Subestação de Energia Elétrica construída

## ESTUDOS E PROJETOS

### Planejamento Energético

O Balanço Energético do Estado da Bahia é uma publicação de periodicidade anual editada pela Secretaria de Infraestrutura que descreve o comportamento e a dinâmica dos fluxos das diversas fontes de energia que compõem a matriz energética Estadual, desde a produção até o consumo final, constituindo-se em um dos instrumentos indispensáveis para o planejamento energético estadual. Neste exercício, foi lançado o Balanço Energético 2008, contemplando a série histórica 1991–2007, em conformidade com o Balanço Energético Na-

cional – BEN, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

No intuito de agilizar e ampliar o acesso a todo o conjunto de informações, função inerente ao exercício das atribuições da SEINFRA, a versão digital foi apresentada em janeiro de 2009, no endereço [www.seinfra.ba.gov.br](http://www.seinfra.ba.gov.br). A publicação impressa, com tiragem de 500 exemplares, teve a sua veiculação realizada em julho de 2009, junto aos principais órgãos governamentais, federais e estaduais, agentes privados, universidades e instituições de pesquisas.

O Balanço Energético 2009 já se encontra consolidado, destacando-se, no seu conteúdo, além da revisão das informações constantes de trabalhos anteriores, a atualização da série histórica com a inserção dos dados pertinentes ao ano de 2008. A sua divulgação, através do endereço eletrônico acima referenciado, ocorreu em dezembro de 2009. Cabe, ainda, destacar que os dados referentes ao ano de 2009 somente estarão sendo disponibilizados pelas principais fontes de informação a partir do primeiro trimestre de 2010.

## Energias Renováveis – Eólica e Solar

O esgotamento próximo das possibilidades de construção de usinas hidroelétricas no país tem exigido a diversificação da matriz energética brasileira, além da grande preocupação com os problemas ambientais e sociais que direcionam para o emprego de fontes de energia limpa e renovável, sem a geração de resíduos, contribuindo, assim, para a redução da emissão de dióxido de carbono na atmosfera.

Segundo o Atlas Eólico, o território baiano detém 10% do potencial nacional e 19,3% da Região Nordeste, correspondente a 14.500MW, inserindo-se como localização privilegiada para a implantação de Parques Eólicos.

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, realizou, em dezembro de 2009, o primeiro leilão proveniente de Fontes Eólicas. A Bahia foi beneficiada com 18 projetos, tendo o Governo do Estado celebrado Protocolo de Intenção com as empresas cadastradas, com a finalidade de conceder incentivos fis-

cais e apoio logístico, proporcionando maior competitividade no certame e facilitando a viabilidade dos empreendimentos contemplados. Quando se iniciar a fase de operação, os Parques Eólicos irão acrescentar 390MW de energia limpa e renovável à oferta estadual.

Com a parceria do Governo da Bahia, por intermédio da SEINFRA, foi realizado o Primeiro Fórum Baiano de Energia Eólica, em Salvador, promovido pela Sowitec, empresa cuja principal

atividade é a produção de energia renovável. O evento teve grande importância na consolidação dos aspectos de sustentabilidade de energia eólica e despertou a necessidade de implantação de fábricas de aerogeradores, resultando na assinatura de Protocolo de Intenção entre o Estado e a empresa Alstom do Brasil, que, até o início de 2011, concluirá a implantação de sua primeira unidade industrial de turbinas eólicas no Brasil, localizada na Bahia, representando um investimento de R\$ 50 milhões.



